

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	29
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	30
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	53
4.5 - Processos sigilosos relevantes	54
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	55
4.7 - Outras contingências relevantes	58
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	59

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	60
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	63
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	64
5.4 - Outras informações relevantes	65
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	67
6.3 - Breve histórico	68
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	70
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	71
6.7 - Outras informações relevantes	72
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	73
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	87
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	88
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	91
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	92
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	96
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	97
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	98
7.9 - Outras informações relevantes	99
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	102
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	104
8.3 - Operações de reestruturação	105
8.4 - Outras informações relevantes	106
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	109
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	110

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	111
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	114
9.2 - Outras informações relevantes	115
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	116
10.2 - Resultado operacional e financeiro	143
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	145
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	146
10.5 - Políticas contábeis críticas	147
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	148
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	149
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	150
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	151
10.10 - Plano de negócios	152
10.11 - Outros fatores com influência relevante	154
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	155
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	156
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	157
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	161
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	162
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	163
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	164
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	165
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	170
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	171

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	172
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	173
12.12 - Outras informações relevantes	174

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	175
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	177
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	181
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	182
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	183
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	184
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	185
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	186
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	187
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	188
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	189
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	190
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	191
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	192
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	193
13.16 - Outras informações relevantes	194

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	198
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	199
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	200

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	201
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	202
15.3 - Distribuição de capital	273
15.4 - Organograma dos acionistas	274
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	275
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	276
15.7 - Outras informações relevantes	277
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	278
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	279
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	280
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	281
17.2 - Aumentos do capital social	282
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	283
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	284
17.5 - Outras informações relevantes	285
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	286
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	287
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	288
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	289
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	290
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	294

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	295
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	296
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	297
18.10 - Outras informações relevantes	298
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	299
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	300
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	301
19.4 - Outras informações relevantes	302
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	303
20.2 - Outras informações relevantes	304
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	305
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	306
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	307
21.4 - Outras informações relevantes	309
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	310
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	311
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	312
22.4 - Outras informações relevantes	313

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sebastião Ricardo Carvalho Martins

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	16/07/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil e em IFRS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, os honorários dos auditores independentes totalizaram o valor de R\$ 295.000,00, referentes aos serviços de auditoria anual das demonstrações financeiras e revisões dos ITRs da Companhia. Para 2014 o valor previsto é de R\$ 311.000,00.
Justificativa da substituição	Não houve substituição
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Benedito Alfredo Baddini Blanc	16/07/2010 a 31/03/2013	964.173.908-53	Avenida José de Souza Campos, 900, 1º e 3º Andar, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33220500, Fax (19) 33220559, e-mail: alfredo.blanc@br.ey.com
José Antonio de Andrade Navarrete	01/04/2013	120.817.178-08	Avenida José de Souza Campos, 900, 1º e 3º Andar, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33220500, Fax (19) 33220559, e-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	163.220.000,00	188.182.000,00	207.408.000,00
Ativo Total	1.345.462.000,00	910.328.000,00	792.424.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	317.206.000,00	275.247.000,00	242.405.000,00
Resultado Bruto	84.220.000,00	92.369.000,00	80.657.000,00
Resultado Líquido	-36.334.000,00	-7.854.000,00	-11.201.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	22.357.847.595	22.357.847.595	22.357.847.595
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,007300	0,008417	0,009277
Resultado Líquido por Ação	-0,001625	-0,000351	-0,000501

3.2 - Medições não contábeis

3.2. a) Medições não contábeis:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Cálculo do EBITDA			
EBITDA (em R\$ mil) ⁽¹⁾	80.661	83.882	77.374
Margem EBITDA Ajustada (%) ⁽²⁾	46,10%	51,85%	53,34%
⁽¹⁾ O EBITDA corresponde ao lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização.			
⁽²⁾ Margem EBITDA Ajustada: corresponde ao EBITDA dividido pela Receita líquida de arrecadação de pedágio e acessórias.			

3.2. b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela abaixo apresenta a demonstração do cálculo do EBITDA da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Reconciliação do EBITDA			
	(valores em R\$ mil, exceto percentuais)		
Prejuízo Líquido	(36.334)	(7.854)	(11.201)
Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras	117.981	78.100	80.773
Imposto de renda e contribuição social	(18.781)	(967)	(5.018)
Depreciação e Amortização	17.795	14.603	12.820
EBITDA⁽¹⁾	80.661	83.882	77.374
Margem EBITDA Ajustada (%) ⁽²⁾	46,10%	51,85%	53,34%
⁽¹⁾ O EBITDA corresponde ao lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização.			
⁽²⁾ Margem EBITDA Ajustada: corresponde ao EBITDA dividido pela Receita líquida de arrecadação de pedágio e acessórias.			

3.2 - Medições não contábeis

3.2. c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a compreensão de sua condição financeira, pois entende que o EBITDA consiste em um indicador de desempenho operacional, uma vez que reflete o potencial de geração de recursos decorrentes exclusivamente das operações principais da Companhia. Vale lembrar que são excluídos do EBITDA despesas que não afetam o fluxo de caixa, ainda que operacional, como, por exemplo, a depreciação e amortização, que não representam saída de recursos do fluxo de caixa da Companhia.

O EBITDA engloba todos os componentes operacionais e, desta forma, compreende grande parte das receitas auferidas e despesas incorridas, o que destaca a medida em relação ao Prejuízo Líquido na visualização do desempenho operacional da Companhia.

Em resumo, a Companhia entende que o EBITDA demonstra o potencial de geração de caixa da atividade operacional, pois indica quanto recurso é gerado pelos ativos operacionais.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standard Board*. Desde a edição da Instrução da CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013, o EBITDA possui um significado padrão, que consta do artigo 3º, inciso I, da referida Instrução. No entanto, a Companhia não pode garantir que outras empresas, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras empresas, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras empresas. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução. Nos negócios da Companhia, o EBITDA é utilizado como medida de desempenho operacional.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não há eventos subsequentes às demonstrações financeiras de encerramento de exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para imposto de renda, a provisão para contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

Apurado o lucro líquido do exercício, dele deduzir-se-ão inicialmente 5% para constituição de reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social ou até que a soma desta e de outras reservas de capital atinja 30% do capital social.

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia prevê que uma quantia, representativa do dividendo mínimo obrigatório, equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações que deverá ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio em cada ano. A destinação do saldo remanescente será objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o balanço correspondente. Por último, o saldo que houver após o cumprimento do disposto acima terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral.

Além disso, o dividendo mínimo obrigatório estará limitado à porção do lucro líquido realizado. Adicionalmente, o montante de dividendos deve ser posteriormente acrescido da quantidade realizada da reserva de lucros a realizar. Os cálculos da Companhia relativos ao lucro líquido e alocações para reservas referentes a qualquer exercício social, bem como aos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base em suas Demonstrações Financeiras (auditadas) preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Período	Exercício Social Encerrado em 31.12.2013	Exercício Social Encerrado em 31.12.2012	Exercício Social Encerrado em 31.12.2011
a. Regras sobre retenção de lucros	Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão inicialmente 5% para constituição de reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social ou até que a soma desta e de outras reservas de capital atinja 30% do capital social. A Companhia não possui provisão estatutária de reserva de lucros além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Em função da Companhia não ter apresentado lucro líquido nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não foram contabilizados valores a título de reserva legal ou retenção de lucros.		
Valores das Retenções de Lucros	Não houve retenção de lucro.		
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido ajustado, a serem pagos no prazo de 60 dias a contar da data de sua deliberação em assembleia geral. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, sendo certo que o Conselho Fiscal, se em exercício, proferirá parecer sobre essa informação. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.		

3.4 - Política de destinação dos resultados

	Em função da Companhia não ter apresentado lucro líquido nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.		
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	As notas promissórias de quarta emissão (indicadas no item 18.5 deste Formulário de Referência) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.	As notas promissórias de terceira emissão (indicadas no item 18.5 deste Formulário de Referência) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação à qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.	As notas promissórias de primeira emissão (indicadas no item 18.5 deste Formulário de Referência) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação à qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	1.182.242.000,00	Índice de Endividamento	7,24324225	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	37.797.000,00	0,00	0,00	1.027.049.000,00	1.064.846.000,00
Quirografárias	33.193.000,00	39.012.000,00	0,00	45.191.000,00	117.396.000,00
Total	70.990.000,00	39.012.000,00	0,00	1.072.240.000,00	1.182.242.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes:

Informações sobre endividamento financeiro

Visando ao alongamento do perfil de sua dívida, a Companhia em efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil. Esta operação teve como finalidade o financiamento a longo prazo (15 anos) para liquidar a dívida de curto prazo de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) com vencimento em 13 de agosto de 2013.

As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento ocorreu em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos negócios, condição financeira, liquidez e/ou resultados de operações da Companhia, bem como seus futuros negócios e/ou valor das ações ordinárias de sua emissão. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado.

a) Com relação à Companhia

A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e receita de pedágios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2013, 59,3% e 55,8%, respectivamente, da receita bruta da Companhia é oriunda da arrecadação de pedágio e pode ser afetada por mudanças no volume de tráfego, aumento das tarifas dos pedágios e diminuição dos usuários de suas rodovias em razão do aumento das tarifas. Volumes de tráfego estão condicionados a múltiplos fatores, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas que não tenham sido concedidas à Companhia (inclusive pelo não cumprimento do contrato de concessão por outras concessionárias que tenham recebido em concessão rodovias ligadas às rodovias da Companhia), a qualidade e estado de conservação de suas rodovias, preços dos combustíveis, normas ambientais (incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar), a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais, climáticos, dentre outros, como, por exemplo, a existência de rotas importantes competitivas ao longo do trecho concedido à Companhia, incluindo as rodovias SP-280, SP-075 e SP-348. A Companhia não pode garantir que será capaz de adaptar suas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o negócio e a condição financeira da Companhia.

Custos de construção e manutenção maiores do que o esperado podem afetar negativamente a condição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.

A capacidade da Companhia (i) de concluir adequadamente as obras em andamento e futuros projetos exigidos pelo Contrato de Concessão; (ii) de obter custos adequados para a manutenção e conservação das rodovias sob sua administração; e (iii) de assumir projetos acessórios na Concessão está sujeita, dentre outros fatores, a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados e interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos de construção da Companhia e, caso não possamos repassar aumentos em tais custos aos usuários das rodovias por meio do aumento das tarifas cobradas, nos termos do Contrato de Concessão, o fluxo de caixa da Companhia poderá ser negativamente afetado e, conseqüentemente, sua condição econômico-financeira e seus resultados operacionais.

O não cumprimento do cronograma de investimentos elaborado pela Companhia e aprovado

4.1 - Descrição dos fatores de risco

pela ARTESP pode acarretar na imposição de multas à Companhia, conforme previstas no Contrato de Concessão.

Nos termos do financiamento de longo-prazo obtido pela Companhia através da emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no montante total de R\$1.065.000 (Um bilhão e sessenta e cinco milhões de reais, a Companhia se encontra sujeita a obrigações específicas, bem como a restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais.

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000. Para maiores informações sobre esta emissão, veja o item 18.5 deste Formulário de Referência.

Dificuldades na obtenção de novos financiamentos poderão ter um efeito adverso nas operações da Companhia e no desenvolvimento de seu negócio.

Até o final da Concessão, a estimativa dos investimentos a serem realizados pela Companhia, em cumprimento ao Contrato de Concessão, é de aproximadamente R\$ 1.128 milhões, sendo que os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação e outros fatores.

Além disso, o Contrato de Concessão determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão e o volume de recursos que a Companhia deve investir durante este período.

O objetivo da Companhia é financiar seu programa de investimentos dos 20 primeiros anos da Concessão por meio da geração de caixa próprio e da contratação de financiamentos.

A Companhia não pode assegurar que será capaz de obter recursos suficientes para completar seu programa de investimento ou para satisfazer suas demais obrigações de liquidez e recursos de capital. Em especial, a Companhia não pode assegurar que conseguirá recursos suficientes por meio de emissão de debêntures.

A dificuldade na obtenção de recursos necessários poderá adiar ou impedir que complete seu programa de investimento e outros projetos, o que poderá ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seu negócio, podendo gerar, inclusive a caducidade da Concessão por determinação do Poder Concedente.

Não obstante os altos níveis de endividamento atuais da Companhia, um endividamento substancialmente maior poderá ainda ser contratado pela Companhia. Tal hipótese pode aumentar os riscos relacionados à substancial alavancagem da Companhia.

A Companhia pode, no futuro, incorrer em um substancial endividamento adicional caso ocorra um aumento nos custos operacionais, nos investimentos nas rodovias ou mesmo uma queda no volume de tráfego, incluindo dívidas com garantia. Caso haja um aumento no nível de endividamento ou outras obrigações sejam assumidas pela Companhia, os riscos por ela já assumidos podem ser intensificados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As ações da Companhia encontram-se alienadas fiduciariamente.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”), por meio do convênio entre a CVM e a ANBIMA celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008, conforme alterado, e em observância ao disposto no “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas”. Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act. Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures e o financiamento de obras previstas no Contrato de Concessão. As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

Parte significativa das receitas da Companhia é objeto de Cessão Fiduciária.

Como garantia do pagamento das debêntures da Companhia, a Companhia cedeu fiduciariamente a totalidade dos direitos creditórios provenientes da arrecadação das tarifas de pedágio realizada nas praças de pedágio da concessão rodoviária do Corredor Marechal Rondon Leste, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes do Contrato de Concessão e Outras Avenças, datado de 13 de agosto de 2012.

Na hipótese de descumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, estabelecidas nos documentos de garantia e na cártula referentes à emissão das Notas Promissórias Comerciais, os credores terão a faculdade de executar, após a ocorrência ou não de assembleia geral de titulares das Notas Promissórias Comerciais, se necessária, de acordo com os documentos referentes à emissão, as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros e a Companhia poderá perder a propriedade plena e a posse direta de tais direitos creditórios, hipótese em que a Companhia pode ser adversamente afetada em suas operações, resultados e situação financeira.

A Companhia possui curto histórico operacional, o que pode dificultar a avaliação de seus resultados operacionais e perspectivas futuras.

A Companhia foi constituída em 19 de fevereiro de 2009, tendo iniciado suas operações em abril de 2009, completando seu primeiro ano de atividades operacionais no início do 2º trimestre de 2010. Sendo assim, apresenta um histórico de resultados operacionais que pode ainda não representar precisa e adequadamente sua situação econômico-financeira, de modo que os investidores poderão avaliar seu negócio atual e perspectivas futuras de maneira limitada.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As rodovias da Companhia estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

Algumas das áreas por onde passam as rodovias da Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar novos investimentos além dos já planejados pela Companhia. Exemplificativamente, caso haja um aumento significativo nos índices pluviométricos das regiões atendidas pelo sistema viário da Companhia, podem ocorrer deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras e provocar a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em perdas de arrecadações de pedágio e investimentos adicionais aos planejados, o que podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, impactando negativamente sua arrecadação. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e serviços face às condições naturais diferentes das atuais, o resultado operacional e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

A cobertura de seguro contratada pode não ser suficiente para cobrir os eventuais danos que possamos incorrer.

Possuímos apólices de seguro em concordância com os limites e coberturas estipulados nos contratos de concessões, incluindo responsabilidade civil e riscos de engenharia. No entanto, existem determinados tipos de risco que não estão cobertos pelas apólices contratadas. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, podemos incorrer em custos e despesas adicionais, o que poderá afetar os nossos resultados financeiros e operacionais. Além disso, não se pode garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por uma das apólices de seguro contratadas, o pagamento da indenização pela companhia seguradora será suficiente para cobrir integralmente os danos decorrentes de tal sinistro.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos à condição financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia era ré em 174 processos judiciais no valor total de R\$ 11,4 milhões, e em 47 processos administrativos no valor total de R\$ 27,3 milhões, tendo constituído provisão no valor de R\$ 1,678 milhão para cobrir eventuais perdas nesses processos. Além disso, existem processos judiciais em que se questiona o direito da Companhia de cobrar pedágio em algumas praças de pedágio. A Companhia não pode garantir que as decisões nesses processos lhe serão favoráveis, ou que as classificações de seus advogados para fins de provisionamento sejam confirmadas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em sua condição financeira e nos seus resultados.

Para mais informações sobre os processos em que a Companhia é parte, veja o item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de manter suas atividades depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. Nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo e a sua alta administração não está sujeita a pacto de não concorrência. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo do seu crescimento.

A perda dos serviços de qualquer dos membros da alta administração da Companhia ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A indenização devida à Companhia na hipótese de caducidade da Concessão e reversão dos bens ao Poder Concedente pode ser insuficiente.

Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à caducidade da Concessão, ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente, após julgamento de processo administrativo. A declaração da caducidade, que é caso de inadimplemento por parte da Companhia, conforme estabelecido no parágrafo 6º, do artigo 38 da Lei de Concessões, ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

Declarada a caducidade, o Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com os empregados da Companhia.

Além disso, uma vez extinta a concessão, deve haver a reversão (devolução) dos bens reversíveis ao Poder Concedente, em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus e encargos. Se a reversão não ocorrer nesses termos, a Companhia deverá indenizar o Poder Concedente.

Por fim, a Companhia perderá sua principal fonte de receitas, de modo que a capacidade financeira para o pagamento de dívidas será adversamente afetada.

A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

Em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo Contrato de Concessão, a Concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada, caso em que os ativos sujeitos à Concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Caso o Poder Concedente extinga o Contrato de Concessão por caducidade, que é o caso de inadimplemento grave por parte da Companhia, conforme estabelecido no parágrafo 5º, do artigo 38, da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões") a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, podendo o valor ser reduzido a até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades. De acordo com o artigo 38, parágrafo sexto, da Lei de Concessões, uma vez declarada a caducidade, não resultará para o Poder Concedente

4.1 - Descrição dos fatores de risco

qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da concessionária, não havendo, ademais, garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão oponíveis ao próximo concessionário.

Além disso, tal processo de indenização demanda tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo da Concessão.

Há também o risco de extinção unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente por encampação, que ocorre por motivo de interesse público e por meio de autorização legislativa, no qual o pagamento da indenização será prévio à extinção do vínculo contratual e deverá ser suficiente para indenizar a Companhia pelas parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, nos termos dos artigos 36 e 37, da Lei de Concessões.

Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão, o Poder Concedente poderá decretar intervenção na Concessão, nas hipóteses de descumprimento, pela Companhia, de obrigações decorrentes do Contrato de Concessão que não justifiquem a caducidade. Nesses casos, o Poder Concedente tomará a seu cargo os serviços pertinentes à Concessão.

Por fim, a Companhia perderá sua principal fonte de receitas, de modo que a capacidade financeira para o pagamento de dívidas será adversamente afetada.

A Companhia pode ser afetada adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem tempestivamente um aumento de seu fluxo de caixa.

O Contrato de Concessão especifica as tarifas de pedágio que a Companhia pode cobrar e prevê um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação e fatores supervenientes, imprevisíveis, irresistíveis e extraordinários, que alterem de forma relevante o equilíbrio econômico financeiro do contrato. Entretanto, as tarifas reajustadas ou revisadas, conforme o caso, e o reconhecimento da ocorrência de tais fatores estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente e a Companhia não pode assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou com a rapidez por nós esperada.

Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, a Companhia deve confiar num mecanismo menos objetivo, previsto em seu Contrato de Concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto que a Companhia quanto o Poder Concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do Contrato de Concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da Concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da Concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da Concessão, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir se, e em que condições, a Concessão será renovada.

As atividades da Companhia são desenvolvidas nos termos do Contrato de Concessão. Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Poder Concedente para renovação da Concessão, que vence em abril de 2039, a Companhia não pode garantir que esta será renovada e se as condições de renovação serão em termos favoráveis para a Companhia. Caso a Companhia não consiga renová-la ou os termos de renovação sejam desfavoráveis, a Companhia pode sofrer um efeito adverso e perder sua principal fonte de receitas.

Uma vez que parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Uma parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da sua Concessão e com a legislação. Essa limitação pode reduzir significativamente os valores disponíveis aos seus credores em caso de falência, além de poder ter um efeito negativo em sua capacidade de obter financiamentos.

A Companhia não possui mecanismos formais de avaliação de desempenho dos órgãos de sua administração.

A Companhia adota práticas de remuneração variável com o objetivo de atrair e reter talentos. Não obstante, atualmente não conta com políticas de avaliação de desempenho que estabeleçam mecanismos uniformes para análise de desempenho e consequente atribuição dos benefícios correspondentes em cada nível de performance dos órgãos de nossa administração. A não adoção de políticas de avaliação de desempenho poderá acarretar deficiências no equilíbrio entre a remuneração dos órgãos da administração em comparação às atividades que desenvolvem e às vantagens fruídas pela Companhia, resultando, potencialmente, em pagamentos de valores desproporcionais, bem como na perda de profissionais importantes da administração da Companhia.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nenhum risco detectado.

c) Com relação aos seus acionistas

Nenhum risco detectado.

d) Com relação às suas controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e) Com relação a seus fornecedores

O fornecimento e manutenção dos equipamentos, a conclusão dos projetos dentro do cronograma e a qualidade da mão-de-obra em empreendimentos da Companhia dependem de certos fatores que estão além do seu controle.

O prazo e a qualidade da gestão e operação do sistema rodoviário sob concessão dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento pontual e a correta manutenção de equipamentos, a qualidade e tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e prestadores de serviços contratados.

Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos fornecedores contratados podem ter um efeito negativo na imagem da Companhia e no relacionamento com seus clientes, podendo impactar negativamente nos seus negócios e operações.

Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais na gestão e operação do sistema rodoviário sob concessão que ultrapassem suas estimativas originais em razão de aumentos de preço para aquisição ou manutenção de equipamentos, custos de materiais, de mão-de-obra ou quaisquer outros custos, caso não seja possível repassar esses aumentos de custos a terceiros.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à terceirização de parte de suas atividades.

Atualmente a Companhia terceiriza certas atividades relacionadas à execução de obras podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada solidariamente por danos causados ao meio ambiente ou a terceiros, resultantes das atividades prestadas por empresas terceirizadas, como por exemplo, desenvolvimento de obras civis, disposição de resíduos, eventos de contaminação e derramamento de substâncias, dentre outros. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, o resultado da Companhia poderá ser impactado adversamente. Importante notar que, não obstante qualquer terceirização de atividades relacionadas à execução de obras, a Companhia permanece como a única responsável perante o Poder Concedente pela prestação e conclusão das referidas atividades.

f) Com relação a seus clientes

A Companhia depende em grande parte do volume de tráfego de carros de suas rodovias e da receita de seus pedágios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2013, 59,3% e 55,8%, respectivamente, da receita bruta da Companhia foi oriunda da arrecadação de pedágios em suas praças de pedágios, que são influenciadas diretamente por alterações no volume de tráfego das rodovias sob administração da Companhia. O tráfego nas rodovias está condicionado a diversos fatores, tais como qualidade das rodovias, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da malha viária administrada pela Companhia, preços dos combustíveis, normas ambientais, concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, fator importante do tráfego em rodovias é o tráfego de veículos-equivalentes pesados, incluindo caminhões e ônibus. Essa parcela de tráfego de veículos pode ser afetada por mudanças na economia e pela disponibilidade de modais alternativos. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar as operações da Companhia em caso de mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode impactar adversamente os negócios e condição financeira da Companhia.

Os usuários podem reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Antes da implantação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio.

Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo Contrato de Concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, como também podem reduzir a receita dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

g) Com relação aos setores de atuação

Aumento na concorrência nos setores de atuação da Companhia poderá reduzir as receitas e a participação no mercado.

Nossos principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do governo federal, dos governos estaduais e municipais, bem como outras sociedades ou grupos privados atuantes neste setor.

Com relação às rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, verificamos que muitas delas não cobram pedágio e, dessa maneira, atraem parte do tráfego das rodovias que operamos. Por outro lado, a concorrência privada no setor de operação de rodovias por concessão tende a elevar as despesas realizadas pelas empresas concessionárias, como forma de tornar as rodovias mais atrativas aos usuários, diminuindo as margens praticadas.

A intensificação da concorrência, por parte do setor público ou do setor privado, poderá resultar na diminuição do número de veículos em nossas rodovias ou de nossas margens, impactando nosso resultado de forma adversa.

Ao longo do trecho de aproximadamente 60 quilômetros do Corredor Marechal Rondon Leste, entre os Municípios de Piracicaba e Salto e onde estão instaladas 2 das nove praças de pedágio da Companhia, existem rotas alternativas constituídas pelas Rodovias SP-304 (Rodovias Luiz de Queiroz), SP-348 (Rodovia dos Bandeirantes) e SP-330 (Rodovia Anhanguera), cujas administrações pertencem ao Governo Estadual (não pedagiada) e à Autoban (pedagiadas), respectivamente. Estas rodovias são rotas concorrentes na ligação do interior do Estado à São

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Paulo e ao litoral. Adicionalmente, esta rota alternativa já é objeto de concessão desde o primeiro lote de licitação do governo do Estado e assim suas rodovias já estão duplicadas e em alto estado de conservação, atraindo a maior parte do tráfego da região, enquanto a Companhia não finaliza suas obras de duplicação da SP-308. Adicionalmente, se houver novo lote de concessões ferroviárias na região ou o desenvolvimento de transporte hidroviário que possa representar rota alternativa a parte ou todo o trecho administrado pela Companhia, os negócios da Companhia e seus resultados poderão ser adversamente afetados.

As atividades da Companhia estão concentradas na operação de rodovias no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental das rodovias nesse Estado poderão nos afetar significativamente.

As atividades da Companhia localizam-se no Estado de São Paulo, com a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste. Nosso Contrato de Concessão foi celebrado com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“ARTESP”) a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental ou pelo Estado de São Paulo poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, o nosso resultado operacional. Não podemos assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais.

Podemos não conseguir implementar integralmente a nossa estratégia de negócios.

O segmento em que a Companhia atua possui características próprias, como, por exemplo, alterações regulatórias e possibilidade de revisão de nossos contratos em razão do interesse público ou de mudanças na conjuntura política estadual. Os negócios da Companhia também podem ser prejudicados por alterações na situação econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxa de juros, possibilidade de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a economia. Quaisquer desses fatores, isoladamente ou em conjunto, podem afetar negativamente a implementação da estratégia de negócios da Companhia, resultando em efeitos adversos sobre seus negócios e resultados.

Crises econômicas ou aumento do preço dos combustíveis podem causar redução no tráfego de veículos, impactando adversamente os nossos negócios condição econômico-financeira e resultado operacional.

Os negócios da Companhia dependem principalmente do número de veículos comerciais e de passeio que trafegam em suas rodovias e da frequência com que circulam. O número de veículos comerciais e de passeio pode ser diretamente afetado por crises econômicas, redução da atividade econômica ou aumento do preço dos combustíveis. A redução, por qualquer motivo, das exportações dos produtos que trafegam pelas rodovias administradas pela Companhia, incluindo grãos (soja) e derivados de cana-de-açúcar, impactaria diretamente no volume de tráfego. A redução do tráfego em decorrência dos fatores acima mencionados pode afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Efeitos da retração no nível da atividade econômica.

O volume de tráfego nas rodovias e a frequência dos veículos que nelas circulam normalmente tem correlação direta com o desempenho da economia nacional. Uma eventual redução do

4.1 - Descrição dos fatores de risco

volume de investimentos estrangeiros no Brasil poderá ter impacto no balanço de pagamentos, o que poderá forçar o governo federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação do Brasil e eventual desaceleração da economia americana podem trazer impacto negativo para a economia brasileira.

Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar diminuição da circulação de veículos nas rodovias sob nossa administração, afetando direta e negativamente os resultados da Companhia.

h) Com relação à regulação do setor de atuação

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A principal atividade da Companhia, a exploração de seu sistema rodoviário, é um serviço público delegado à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. O contrato de concessão é contrato administrativo regido pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões, podendo determinar, inclusive, que as tarifas cobradas pela Companhia sejam reduzidas ou os investimentos que a Companhia deve fazer sejam incrementados. Caso sejam necessários investimentos adicionais por conta de uma medida não prevista no contrato resultante de alterações unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte do Poder Concedente, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar a capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pela regulamentação alterada e os resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pelas decisões do governo estadual com relação ao desenvolvimento do sistema rodoviário, especialmente, no que concerne à outorga de novas concessões, podendo aumentar a concorrência, ou com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessão de rodovias, limitar a capacidade da Companhia de crescer e implementar sua estratégia comercial.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão da Companhia. Assim, a Companhia está sujeita a aumentos não previstos nos seus custos ou decréscimos não previstos nas suas receitas.

A Companhia obtém grande parte de sua receita da cobrança de pedágio de acordo com o Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente. O Contrato de Concessão é contrato administrativo regido pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões. Caso sejam necessários investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, como resultado de alterações unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte do Poder Concedente, a condição financeira e os resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar a capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pela regulamentação alterada e os resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A regulamentação governamental afeta as operações e podem aumentar o custo do negócio, restringir as operações e resultar em atrasos operacionais.

Nossas operações estão sujeitas a leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas e outras questões. É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos ou mudanças na execução ou interpretação resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia, o que poderia ter impacto negativo significativo sobre seus negócios, resultados operacionais ou sua situação financeira. Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado e não há como garantir qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessária será obtida e, quando obtida, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças poderiam interromper e atrasar significativamente ou até restringir algumas das nossas operações.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis às operações da Companhia, mesmo que inadvertidamente, poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os negócios da Companhia, os resultados operacionais ou a situação financeira.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas pela inobservância destas normas, além de eventual responsabilização nas esferas criminal e cível. Além disso, a Companhia está sujeita a sanções: (i) administrativas, que podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$500,00 a R\$50 milhões, embargo, e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das nossas atividades e demolição; e, (ii) criminais, podendo ser aplicadas as penas de detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente, de acordo com a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"). Ademais, a Companhia fica responsável pela recuperação ambiental, em esfera cível, caso a operação de nossas atividades sem as devidas licenças der causa a danos ao meio ambiente ou a terceiros. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras da Companhia e sobre os seus resultados.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, disposição inadequada de resíduos e ocorrência de eventos de contaminação, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. De acordo com determinadas leis ambientais, a Companhia poderá, inclusive, ser responsabilizada objetivamente por todos os custos relacionados a qualquer tipo de contaminação ocorrida em suas instalações atuais e antigas e às de suas antecessoras, bem como nas unidades de descarte de resíduos de terceiros, ainda que não causadas diretamente pela Companhia. A legislação ambiental tem sido cada vez mais restritiva e complexa, exigindo da Companhia

4.1 - Descrição dos fatores de risco

investimentos contínuos na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos ambientais podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, a maioria da doutrina e jurisprudência entende que ações de reparação de danos ambientais não estão sujeitas à prescrição por decurso do tempo.

Adicionalmente, a Companhia pode não obter licenças necessárias para suas operações e obras dentro do prazo previsto. No caso das licenças de implantação (LI), o atraso na obtenção acaba ensejando atraso no início das obras e necessidade de informar o Poder Concedente sobre alteração no cronograma de implantação do Projeto. Vale ressaltar, ainda, que as concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo operam atualmente sem as licenças de operação (LO) aplicáveis.

Ademais, no curso do licenciamento ambiental das atividades da Companhia, poderá ser determinada pelas autoridades competentes a condução de estudos técnicos específicos para avaliar possíveis impactos decorrentes das intervenções realizadas. Merecem atenção as questões ligadas ao patrimônio arqueológico, cultural e histórico, bem como a necessidade de adoção de medidas de resgate e recolocação de fauna. As autoridades podem solicitar à Companhia que desempenhe medidas mitigadoras, de controle ou de monitoramento que poderão gerar custos elevados, atrasar, ou até mesmo inviabilizar a realização de suas atividades.

A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação da Companhia.

Além disso, o não cumprimento das condicionantes técnicas estabelecidas nas licenças ambientais poderá sujeitar a Companhia às sanções administrativas previstas para a operação de suas atividades sem as devidas licenças, como por exemplo, imposição de multa que pode variar de R\$500,00 até R\$10 milhões, embargo, desativação de atividades e demolição. Do mesmo modo, as autoridades ambientais competentes podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação ou inadequabilidade de qualquer das condicionantes ou normas legais; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Adicionalmente, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações assumidas pela Companhia por meio de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia. O não cumprimento de termos de ajustamento de conduta poderá ensejar a propositura de demandas judiciais contra a Companhia, dado que tais instrumentos configuram títulos executivos. Em razão das atividades que a Companhia desenvolve, usualmente ela se compromete a cumprir medidas reparatórias em razão da necessidade de supressão de vegetação e interferência em áreas de preservação permanente. A assinatura de termos de compromisso poderá prever uma série de medidas que podem gerar custos elevados, como por exemplo, recuperação de áreas degradadas, necessidade de plantio de árvores, doação de mudas etc.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) Com relação a países estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em países estrangeiros.
--

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Atualmente, a Companhia não possui expectativa de redução ou aumento de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia figura como parte em ações na esfera judicial relacionadas a matérias tributária, cível, trabalhista e ambiental, e processos na esfera administrativa. Todas as ações em que a Companhia figura como parte são oriundas do curso normal dos seus negócios.

O valor da contingência de cada processo pode não corresponder ao valor provisionado, tendo em vista a metodologia de definição de provisionamento utilizada. Para o provisionamento, o prognóstico dos processos é classificado em "provável", "possível" ou "remoto", conforme a estimativa de perda de cada demanda, considerando-se as ações nas quais a Companhia figura no pólo passivo. São provisionados valores apenas para ações em que a Companhia é ré e apenas para os processos classificados como de perda provável. As ações nas quais a Companhia é autora também podem gerar sucumbência no caso de improcedência, por exemplo. Essa classificação é feita após análise dos fatos e fundamentos alegados na peça processual inicial, dos argumentos de defesa e provas produzidas, do pleito deduzido em face da situação fática e de direito, da posição jurisprudencial dominante em casos análogos, além da opinião dos advogados internos e externos responsáveis pela condução de cada processo.

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando não apenas sua capacidade de representar impacto significativo ao patrimônio da Companhia, à sua capacidade financeira ou aos seus negócios, mas também os riscos de imagem inerentes à atribuição de determinada conduta à Companhia ou quaisquer outros fatores que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

Na opinião dos Diretores da Companhia, com base em relatórios de seus advogados e consultores externos, a Companhia mantém provisão suficiente em seus balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada dessas perdas. Abaixo seguem de forma sintética as matérias discutidas nos litígios judiciais e administrativos da Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantesI) Processos Cíveis

Ações em que a Companhia figura como Autora

1 - Ação Declaratória nº 583.00.2010.214185-8	
Juízo	27ª Vara Cível do Forum Central de São Paulo/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	14 de dezembro de 2010
Partes no processo	Autora: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Ré: Telecomunicações de São Paulo S. A - Telesp
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais)
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Autora não será remunerada pela utilização, pela Ré, de suas faixas de domínio, o que poderá afetar o seu resultado operacional.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

Ações em que a Companhia figura como Ré

2 - Ação Civil Pública com Pedido de Liminar nº 0025760-06.2011.8.26.0053 (antigo processo n. 854/09 da 1ª Vara Cível da Comarca de Conchas – SP)	
Juízo	Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo
Instância	Primeira
Data de instauração	23 de novembro de 2009
Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual objetivando que a Ré se abstenha de cobrar as tarifas de pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste. A localização das praças de pedágio é determinada pelo Poder Concedente e assim sendo a Concessionária cumpriu o quê foi por ele estabelecido, o valor envolvido na demanda é imensurável. Eventual insucesso da concessionária na presente ação implicará na tomada de providências junto ao poder concedente, inclusive com solicitação de reequilíbrio contratual, uma vez que o mesmo foi quem determinou a localização das praças, a forma de cobrança e a fixação das tarifas de pedágio.</p> <p>Andamento processual: Em 18 de novembro de 2009, foi deferida a liminar que suspendia a cobrança de pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste. Contra essa decisão, a Ré interpôs agravo de instrumento em 23 de novembro de 2009, que recebeu provimento em 24 de março de 2010. Após ter suas preliminares rejeitadas por meio de decisão proferida em 20 de julho de 2010, a Ré interpôs agravo de instrumento, que teve provimento em 15 de dezembro de 2010. Em 12 de janeiro de 2011 foi proferido despacho para aguardar o trânsito em julgado do acórdão. Em 15 de junho de 2011 foi disponibilizado no site do DOJ despacho determinando a remessa dos autos para a Comarca de São Paulo. Em 19 de julho de 2011 os autos foram distribuídos para a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo. Em 18 de outubro de 2011 os autos foram remetidos à conclusão. Em 25 de outubro de 2011 despacho no DOJ intimando as partes a especificarem as provas que pretendem produzir. Último Posicionamento: Em 03 de novembro de 2011 foi protocolizada petição da concessionária informando que não tem interesse na produção de novas provas, e requerendo abertura de prazo para alegações finais. Em 16 de abril de 2012 foi proferida decisão saneadora, na qual foi reconhecida em definitivo por Instância Superior a competência do Foro Central da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo para processamento e julgamento da presente Ação Civil Pública, indeferimento das preliminares arguidas pela concessionária, deferimento de que durante a fase instrutória sejam produzidas provas documentais e produção de provas periciais, nomeação de perito e concessão de prazo sucessivo de 5 dias para a formulação de quesitos e indicação de assistentes. Em 27 de abril de 2012 a concessionária interpôs agravo retido contra a R. decisão que rejeitou as preliminares formuladas em contestação, protocolização de petição apresentando quesitos e indicando assistente técnico. Em 23 de maio de 2012 autos foram remetidos ao MP. Em 13 de junho de 2012 foi proferido despacho nos seguintes termos: "Anote-se a interposição de agravo na forma retida, pela Concessionária Rodovias do Tietê S.A.</p> <p>Às contrarrazões. Ao Ministério Público. Após, intime-se o perito". Em 21 de junho de 2012 o R. despacho.</p> <p>Posicionamento março/2013: em fase de perícia, a qual ainda não foi iniciada.</p> <p>Posicionamento agosto/2013: Andamento 28/08/2013: O MP requereu perícia no trecho para verificação da viabilidade técnica de implantação de cobrança por km rodado e o Juízo deferiu, nomeando um perito que, até o momento, não se manifestou dizendo se aceita o encargo.</p> <p>Posicionamento setembro/2013: Perito peticionou descrevendo a complexidade da perícia e estimou seus honorários periciais em R\$330.000,00. Na mesma data os autos foram remetidos à conclusão.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: Foi proferida decisão determinando ao MPE que se manifeste</p>
------------------	--

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Chance de perda:	<p>Manifeste acerca da estimativa de honorários propostos pelo perito.</p> <p>Posicionamento janeiro/2014: os autos foram remetidos ao MPE. Em 15/01/2014 a decisão supra foi publicada. Nada mais desde então.</p> <p>Possível</p>
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

3 - Ação Civil Pública nº Proc. Nº 0003175-72.2011.8.26.0145 (antigo processo n. 145.01.2011.003175-1 e n. de ordem 15/12 - 1ª Vara judicial da Comarca de Conchas)	
Juízo	Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo
Instância	Primeira
Data de instauração	02 de dezembro de 2011
Partes no processo	<p>Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo</p> <p>Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.</p>
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual objetivando declarar a ilegalidade da cobrança da tarifa de pedágio na Rodovia Marechal Rondon para os moradores das cidades de Conchas e Pereiras. A localização das praças de pedágio é determinada pelo Poder Concedente e assim sendo a Concessionária cumpriu o que foi por ele estabelecido, o valor envolvido na demanda é imensurável. Eventual insucesso da concessionária na presente ação implicará na tomada de providências junto ao poder concedente, inclusive com solicitação de reequilíbrio contratual, uma vez que o mesmo foi quem determinou a localização das praças, a forma de cobrança e a fixação das tarifas de pedágio.</p> <p>Em 19 de junho de 2012 foi protocolada contestação pela concessionária. Em 16 de julho de 2012 foi proferido o despacho intimando as partes a apresentarem as provas que desejam produzir.</p> <p>dezembro/2012: a concessionária interpôs agravo de instrumento (cerceamento de produção de provas e deslocamento da competência para o Fôro da Capital), sendo que o relator concedeu efeito suspensivo ao agravo, encontrando-se o processo suspenso até o julgamento de mérito do recurso.</p> <p>janeiro/2013: o juiz suspendeu o curso do processo, até o julgamento do agravo de instrumento interposto pela concessionária.</p> <p>Março/2013: em fase de intimação dos agravados.</p> <p>Agosto/2013: Aguarde-se decisão dos Agravos de Instrumento.</p> <p>Setembro/2013: Deram provimento ao agravo de instrumento que determinou a remessa da Ação Civil Pública de Conchas à Vara da Fazenda Pública de São Paulo.</p> <p>Outubro/2013: os autos foram conclusos.</p> <p>Novembro/2013: Proferido despacho determinando que se aguarde por 30 dias informação acerca do trânsito em julgado do agravo de instrumento. Nada mais desde então.</p> <p>Dezembro/2013: mantido posicionamento anterior.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4 - Ação Civil Pública com pedido de liminar nº 2010.000.232-9 (antigo processo n. 2009.006.030-8)	
Juízo	2ª Vara Cível de Monte Mor/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	16 de dezembro de 2009
Partes no processo	Autor: Sindicato Rural de Monte Mor Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e outros.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais)
Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação civil pública movida pelo Sindicato Rural de Monte Mor objetivando declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade da cobrança de pedágio na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, e que, liminarmente, seja suspensa a cobrança de pedágio aos habitantes de Monte Mor/SP. A localização das praças de pedágio é determinada pelo Poder Concedente e assim sendo a Concessionária cumpriu o que foi por ele estabelecido, o valor envolvido na demanda é imensurável. Eventual insucesso da concessionária na presente ação implicará na tomada de providências junto ao poder concedente, inclusive com solicitação de reequilíbrio contratual, uma vez que o mesmo foi quem determinou a localização das praças, a forma de cobrança e a fixação das tarifas de pedágio.</p> <p>Andamento processual: Em 15 de janeiro de 2010, o autos da presente ação foram remetidos à Comarca de Conchas/SP. Contra essa decisão, o Autor interpôs agravo de instrumento em 11 de fevereiro de 2010, que se encontram conclusos para julgamento. Último posicionamento em 06 de junho de 2011: Foi interposto Agravo de Instrumento, aguardando o julgamento do recurso de agravo. Em 10 de junho de 2011 os autos foram remetidos ao Procurador do Estado, nada mais desde então.</p> <p>Já no que diz respeito ao Agravo interposto pela concessionária: em 07 de fevereiro de 2011 foi negado provimento ao recurso do Sindicato Rural de Monte Mor. Em 17 de fevereiro de 2012 os autos foram remetidos para a Procuradoria Geral de Justiça. Em 28 de fevereiro de 2012 os autos retornaram da Procuradoria Geral da Justiça. Em 13 de março de 2012 foi publicada a intimação do acórdão. Em 16 de maio de 2012 houve trânsito em julgado e os autos foram remetidos à vara de origem. Nada mais desde então. Publicação 20/08/2012: Vistos. Ante o trânsito em julgado da decisão colegiada, cumpra-se o v. acórdão, que reconheceu a conexão entre as demandas e, por fim, remetam-se os autos à Comarca de São Paulo, para julgamento conjunto com a ação civil pública 2009.003617-1, nos termos da decisão de fls. 824. Int.</p> <p>Publicação dezembro/2012: mantido o posicionamento anterior.</p> <p>Posicionamento julho/2013: os autos foram remetidos à conclusão.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: foi proferido despacho determinando que após a fase postulatória os autos sejam apensados aos autos do proc. N. 0025760-06.2011.8.26.0053. O mesmo despacho determinou a intimação do Sindicato Rural de Monte Mor para apresentar a réplica. Nada mais desde então.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5 - Ação Indenizatória nº 089.01.2009.010991-4/000000-000	
Juízo	1ª Vara Cível de Botucatu/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	09 de dezembro de 2010 (data da citação)
Partes no processo	Autor: Francisco Tadeu Novaes Júnior Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$ 537.540,00 (quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta Reais)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação ajuizada pelo Autor objetivando indenização por danos morais, c.c pensão mensal e danos morais, devido a acidente de veículo ocorrido com a genitora do autor, a qual veio a falecer, devido a acidente ocorrido no dia 04/05/2009 de aquaplanagem na pista. O valor envolvido no bojo da demanda é, aproximadamente o declarado para fins de alçada (valor da causa).</p> <p>Andamento processual: Apresentado no prazo legal a contestação por parte da concessionária, fev-12: Aguardando oitiva das testemunhas (fase instrutória) – Posicionamento julho-2012: Processo em fase de intrução processual. Publicação 19-09-2012: Ante a ausência de responsabilização da denunciada Concessionária, a denúncia da lide por esta após apresentada, em face da Itaú Seguros S.A., perdeu seu objeto, merecendo extinção sem análise de mérito. Diante do exposto, e considerando todo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da ação movida por FRANCISCO TADEU NOVAES JUNIOR e ROBERT DOS SANTOS QUERQUI em face de MUNICÍPIO DE PARDINHO e DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER, para o fim condenar estes réus, solidariamente, a pagar indenização por danos morais aos autores, que fixo em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para cada demandante, corrigidos monetariamente a partir da publicação da presente e com juros de mora de 1% ao mês, desde a data do ato ilícito. Contudo, sobre tal montante incidirá desconto do seguro obrigatório recebido. Por força de sucumbência recíproca, cada parte da lide principal arcará com as custas que despendeu e com seus próprios honorários advocatícios. JULGO IMPROCEDENTE o pedido da lide secundária apresentada por DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER em face de CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S/A. Por força de sucumbência na lide secundária, e em atenção ao princípio da causalidade, condeno a denunciante a ressarcir eventuais despesas processuais e a indenizar honorários advocatícios do Patrono da ré-denunciada, que fixo em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com fundamento no art. 20, §4º, do CPC. JULGO EXTINTA SEM ANÁLISE DE MÉRITO a lide secundária apresentada por CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETÊ S/A. em face de ITAÚ SEGUROS S.A Por força de sucumbência na lide secundária, e em atenção ao princípio da causalidade, condeno a denunciante aqui referida a ressarcir eventuais despesas processuais e a indenizar honorários advocatícios do Patrono da ré-denunciada, que fixo em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com fundamento no art. 20, §4º, do CPC. Com o trânsito em julgado, ao arquivo. P.R.I. Botucatu, 14 de setembro de 2012. Publicação 17/10/2012: Fls.876/896 e fls. 897/924 (apelações): Recebe-o em seus regulares efeitos. Apresente o autor as contra-razões. Após, subam. Int. Publicação 25/10/2012:Fls. 936-Fls.927/933, recebo a apelação da denunciada Concessionárias Rodovias do Tietê S/A, em seus regulares efeitos. Apresentem os autores, bem como a ré- denunciada Itaú Seguros S/A, as contrarrazões. Após, cumpra-se o tópico final de fls. 925. Int. (Pz 03) dezembro/2012: interposto recurso de apelação pelas partes. Março/2013: Aguardando julgamento do recurso. Setembro/2013: Negaram provimento aos recursos da Municipalidade e da Concessionária Rodovias do Tietê e deram parcial provimento ao recurso do DER. A Concessionária efetuou o pagamento de honorários sucumbenciais da Itaú Seguros em 16/10/2013 no valor de R\$1.797,85. No mais, não foi interposto pelos autores qualquer recurso, objetivando reverter a decisão. A concessionária efetuou o pagamento de R\$1.797.85. Sendo assim em tese, este processo está extinto perante a concessionária, no prazo para interposição de recurso especial e extraordinário pelas partes sucumbentes.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valor provisionado, se houver.	Não tem.
--------------------------------	----------

6 - Ação Indenizatória nº 1679-2011	
Juízo	2ª Vara Cível Ourinhos
Instância	Primeira
Data de instauração	07/10/2011 (ajuizamento pela parte)
Partes no processo	Autor: Valdenir Lino de Gouveia e Irene Dias de Gouveia Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$1.017.000,00 (um milhão e dezessete mil reais)
Principais fatos	<p>Principais fatos: Alega o autor que no dia 09-09-2009, por volta das 10h50m, seu filho trafegava na SP-300 km 237, quando devido a problemas na pista acabou por perder o controle do caminhão, vindo a bater na mureta de contenção, e tombando o caminhão, vindo o filho da autora a falecer. Pleiteia a condenação da ré no pagamento de pensão indenização mensal em razão do falecimento do seu filho, 13º salários, indenização por dano moral. O valor envolvido no bojo da demanda é, aproximadamente o declarado para fins de alçada (valor da causa).</p> <p>Posição julho-2012: A concessionária contestou a ação e requereu a denunciação da lide à seguradora.</p> <p>Publicação 15/10/2012: Fls. 248 - ATO ORDINATÓRIO CERTIFICO e dou fé que, em cumprimento a Portaria nº 03/2006, da E. Corregedoria Permanente, determinou-se: "Complemente a litisdenunciante - Concessionárias Rodovias do Tiete S/A - o valor da taxa postal (R\$2,50 a recolher), para fins de citação da litisdenunciada." O referido é verdade.</p> <p>Posicionamento março/2013: mantido o posicionamento anterior. O processo aguarda a manifestação da litisdenunciada.</p> <p>Posicionamento junho/2013: Aguardando instrução processual.</p> <p>Posicionamento setembro/2013: Em fase de instrução processual – Oitiva de testemunhas.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

7 - Ação Indenizatória nº 1814-2010	
Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Botucatu
Instância	Primeira
Data de instauração	22/08/2010 (ajuizamento pela parte)
Partes no processo	Autor: Marcos Antonio de Moraes Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Município de Pardinho DER – Departamento de Estradas e Rodagem
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$510.000,00 (quinhentos e dez mil reais).
Principais fatos	<p>Principais fatos: Os autores alegam que no dia 04.05.2011 a Sra. Aparecida Ferreira de Moraes, mãe dos autores, estava indo à consulta médica na cidade de Botucatu, e usuária de transporte público, que consistia numa perua Kombi escolar, quando por volta da 12h, chovia muito e o motorista da kombi perdeu o controle invadindo a pista contrária, onde colidiu com um veículo saveiro, fazendo falecer todos os passageiros da kombi. Pleiteia a condenação da ré a indenização aos danos morais, computando no cálculo do pensionamento mensal, em 1 salário mínimo, desde a data de sua morte (05/05/2009) até 06/11/2016, quando completaria 70 anos de vida. Indenização por danos morais ocasionados pela perda, na ordem de no mínimo R\$510.000,00 para ambos. Pagamento das custas processuais, honorários advocatícios na base de 20%, habilitação da 1ª requerida, justiça gratuita. O valor envolvido na causa é aproximado ao de alçada (deve-se levar em conta a atualização monetária que o pedido sofrerá quando de seu efetivo pagamento, caso a concessionária seja vencida).</p> <p>Posicionamento dezembro/2012: Fase instrutória.</p> <p>Posicionamento março/2013: o processo continua em fase instrutória (oitiva das testemunhas de ambas as partes).</p> <p>Posicionamento junho/2013: Aguardando o encerramento da instrução processual.</p> <p>Posicionamento outubro/2013: SENTENÇA: O juiz julgou PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido dos autores para condenar o Município de Pardinho e o DER ao pagamento de R\$ 100.000,00 para cada autor, a título de danos morais e julgou IMPROCEDENTE A DENUNCIAÇÃO da CRT à lide – Aguardando se as partes irão recorrer da decisão ou o trânsito em julgado da sentença.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: Aguardando remessa dos autos ao TJSP, em razão de recurso das partes sucumbentes.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	R\$722.927,24

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

8 - Ação Indenizatória nº 576.01.2010.062382-1/000000-000	
Juízo	4ª Vara Cível de São José do Rio Preto
Instância	Primeira
Data de instauração	10/12/2010 (ajuizamento pela parte)
Partes no processo	Autor: Marcela das Graças Rosolem Teixeira e outro Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Denunciada à lide: Itaú Seguros S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais)
Principais fatos	<p>Principais fatos: Os autores são respectivamente: esposa e filho do falecido policial militar Osmar Bernardo Teixeira Filho, que no dia 22.06.2010 as 2h46m, deslocava-se na companhia do PM Adilson Rodrigues Mafei da cidade de São José do Rio Preto para a cidade de Salto, onde ambos trabalhavam, quando ao parar na praça de pedágio localizada na Rodovia SP-308 km 109, Elias Fausto – SP, perdeu a vida, ao ser vítima de disparos de arma de fogo deferido por assaltantes. Pleiteia dano moral pela perda do ente, bem como, pensão alimentícia à esposa e ao filho. O valor envolvido na causa, pleiteado pela autora é aproximado ao de alçada.</p> <p>11-07-2012 - A decisão de 1ª Instância condenou a concessionária ao pagamento de indenização de R\$200.000,00 a título de danos materiais e morais, metade para cada um das autoras e julgou procedente a lide secundária para condenar a denunciada a reembolsar a ré do valor da condenação nos limites da apólice contratada, ou seja, até R\$100.000,00.</p> <p>**** Diante da sentença de 1º grau, entramos com pedido de Embargos de Declaração à sentença, pois o valor da franquia da seguradora é de R\$100.000,00 e o valor de limite máximo de indenização corresponde a R\$4.450.000,00 para casos de danos morais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - posicionamento dezembro/2012: Interpusemos Recurso de Apelação. - posicionamento março/2013: mantida a posição anterior. - posicionamento junho/2013: Em fase de contrarrazões pela autora, o processo foi recebido no Tribunal de Justiça. - posicionamento julho/2013: a apelação foi distribuída por sorteio para a 6ª Câmara de Direito Público. - posicionamento agosto/2013: os autos foram remetidos à Procuradoria Geral de Justiça para parecer, os autos foram remetidos à conclusão. Nada mais desde então. - posicionamento dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior, aguardando julgamento do recurso.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

9 - Ação Indenizatória nº 089.01.2010.014763-0/000000-000 e Ordem nº 2724/2010	
Juízo	2ª Vara Cível de Botucatu
Instância	Primeira
Data de instauração	01/09/2010 (ajuizamento pela parte)
Partes no processo	Autor: Florevita Carvalho da Silva Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Denunciada à lide: Itaú Seguros S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada R\$15.000,00 (somente para fins de alçada)
Valor Atualizado do pedido em dez/13	R\$567.280,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	<p>Principais fatos: A autora é mãe do falecido Edinaldo Carvalho da Silva, que no dia 06-09-2009, às 20h30m, trafegava pela Rodovia Domingos Sartori, sentido Botucatu, quando no km 262+000m, teve a roda de sua motocicleta estragada por um buraco existente na pista, fazendo perder o controle e a direção, chocando-se com a guia de concreto do canteiro central, o que ocasionou sua morte. Pleiteia danos morais e materiais, bem como pensão mensal vitalícia.</p> <p>Posicionamento julho-2012: Aguardando sentença</p> <p>Posicionamento 10/08/2012: SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e o faço para condenar a Ré ao pagamento de indenização pelo danos morais, arbitrados em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com correção monetária desde a data do arbitramento, e juros de 1% ao mês contados da data do fato, por se tratar de ato ilícito extracontratual, descontada a quantia paga a título de DPVAT, com correção monetária desde a data de pagamento. Condeno a Ré a pagar a Autora ao pagamento de pensão mensal, de acordo com a fundamentação. Condeno a Requerida nas custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% sobre o valor da condenação. JULGO PROCEDENTE A DENUNCIÇÃO DA LIDE e o faço para condenar a Denunciada a ressarcir a Denunciante o valor desembolsado para pagamento dos danos materiais e morais, limitado ao valor segurado. Sem sucumbência da Denunciada, por não haver resistência à pretensão. Declaro extinto o processo, com resolução de mérito, com base no art. 269, inc. I, do CPC. P. R. I Botucatu, 02 de agosto de 2012.</p> <p>dezembro/2012: Concessionária interpôs recurso de apelação.</p> <p>Março/2013: mantida o posicionamento anterior.</p> <p>junho/2013: em 14/05/13 foi realizado o julgamento da apelação e foi veiculado acórdão dando provimento em parte ao recurso (redução do valor do dano moral para R\$60.000,00), após essa decisão a concessionária entrou com o recurso de embargos de declaração, em 21/06/2013 os embargos estão na pauta para julgamento.</p> <p>Julho/2013: Em fase de julgamento do recurso de embargos, os quais foram rejeitados.</p> <p>Agosto/2013: Concessionária interpôs recurso especial.</p> <p>Setembro/2013: os autos foram remetidos ao processamento de recursos aos Tribunais Superiores. Nada mais desde então.</p> <p>Dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

10 - Ação Indenizatória nº 1753/2011	
Juízo	2ª Vara Cível de Votorantim
Instância	Primeira
Data de instauração	05/12/2012
Partes no processo	Autor: Vanderlei Marques de Oliveira e outros Ré: - Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Prefeitura de Votorantim - Carlos Alberto Parri de Campos ME - Carlos Alberto Parri de Campos Denunciada à lide: Itaú Seguros S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$1.907.500,00 (um milhão, novecentos e sete mil e quinhentos reais).
Principais fatos	Principais fatos: Os autores alegam que no dia 16-03-2011 ocorreu a morte da Sra Maria Inez Antunes de Oliveira (mulher e mãe dos autores) em decorrência de acidente de trânsito ocorrido na Rodovia SP-300, quando no km 175+450m, quando seu veículo foi atingido por outro, que encontrava-se a serviço da concessionária e invadiu a faixa contrária. Pleiteia a indenização por danos morais pela perda do ente querido. O valor envolvido na ação foi pleiteado pelos autores em salários mínimos, que, atualmente é de R\$2.373.000,00. dezembro/2012: Fomos citados e estamos no prazo para oferecimento de resposta.. março/2013: Apresentada a contestação pela concessionária em 08/02/2013, nada mais desde então. Junho/2013: Em fase de instrução, nada mais desde então. Setembro/2013: O processo continua em fase de instrução – Oitiva de testemunhas. Dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada, sendo este valor a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

11 - Ação Indenizatória nº 546-2011	
Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas
Instância	Primeira
Data de instauração	28/03/2011 (ajuizamento pela parte)
Partes no processo	Autor: Michele Tainá da Costa Fidelis Ré: - Concessionária Rodovias do Tietê S.A. DER – Departamento de Estradas e Rodagem
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$405.480,00 (Quatrocentos e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais)
Principais fatos	Principais fatos:No dia 25-09-2010 por volta das 05h45m o marido da autora trafegava na altura do km 002+300m da Rodovia Campinas à Monte Mor, quando foi atropelado e sofreu morte instantânea. Pleiteia a autora a condenação da requerida no pagamento de indenização pela morte de José Carlos Fidelis em 200 salários mínimos e danos morais, fundo assecuritário, custas processuais, honorários advocatícios e demais incidências. O valor envolvido na causa, pleiteado pela autora é aproximado ao de alçada. julho-2012: Aguardando fase de instrução processual. dezembro-2012: O processo continua em fase instrutória. Março/2013: mantido o mesmo posicionamento anterior. Junho/2013: mantido o mesmo posicionamento anterior. Posicionamento setembro/2013: Apresentada contestação pela concessionária. Deferida a denúncia à lide da seguradora. Aguardando citação e manifestação da seguradora. Posicionamento dezembro/2013: Aguardando início da instrução processual.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

12- Ação de Reparação de Danos – Processo nº 1032-2011	
Juízo	2ª Vara Cível de São Manuel
Instância	Primeira
Data de instauração	04/10/2011 (ajuizamento pela parte)
Partes no processo	Autor: Dhione Henrique dos Santos Réus: - Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - ARTESP; - DER - UNESP
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$200.000,00 (Quatrocentos e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais)
Principais fatos	Principais fatos: Alega o autor que no dia 24-12-2010 por volta das 19h, trafegava pela SP-255, quando ao ingressar na alça de acesso para a SP-300 sua motocicleta veio derrapar atingindo o guard-rail, causando avarias em sua moto e fazendo com que fosse necessário a amputação de seus 4º e 5º dedos. Pleiteia a condenação das réus no pagamento de R\$1.432,53 a título de danos materiais e danos morais. O valor envolvido na causa, pleiteado pelo autor é aproximado ao de alçada. julho-2012: Aguardando a devolução de todas as cartas precatórias, para citação de todos os réus. outubro-2012: Apresentada contestação pela concessionária, ainda não foi apreciada pelo juiz o pedido de denunciação da lide à seguradora. dezembro/2012: mantido o posicionamento anterior. Março/2013: estamos aguardando início da instrução processual. Junho/2013: mantido o posicionamento anterior. Setembro/2013: mantido o posicionamento anterior. Dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior.
Chance de perda:	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

13 - Ação de Cobrança nº 629.01.2010.002.824-0	
Juízo	2ª Vara Judicial de Tietê/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	30 de julho de 2010
Partes no processo	Autora: LMA Construtora Ltda. Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valores para fins de alçada de R\$ 859.847,84 (oitocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete Reais e quatro centavos)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela Autora objetivando a cobrança de suposto saldo decorrente de contrato de empreitada firmado entre as partes.</p> <p>Andamento processual: Em 29 de setembro de 2010, a Ré ofereceu contestação e reconvenção, requerendo, nesta, que a Autora seja condenada ao pagamento do valor de R\$ 951.443,74 (novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos), correspondente às multas devidas em função do atraso nas obras de construção das praças de pedágio de Anhembi/SP e Areiópolis/SP. Em 28 de dezembro de 2010, a Autora ofereceu réplica e, em 04 de fevereiro de 2011, a Ré ofereceu tréplica. Em 06 de maio de 2011, foi proferido despacho convocando as Partes para audiência de conciliação, a ser realizada em 13 de setembro de 2011 a qual restou-se infrutífera. Últimos posicionamentos: 17 de outubro de 2011 foi juntada petição protocolizada pela concessionária requerendo a juntada de comprovante de depósito de honorários periciais. Em 26 de outubro de 2011 foi realizada carga pelo perito. Em 09 de dezembro de 2011 os autos foram remetidos à conclusão para despacho nos seguintes termos: deferimento da produção de prova pericial de engenharia, facultou às partes a indicação de assistentes técnicos e o oferecimento de quesitos, o juiz fixou o prazo de 60 dias para apresentação do laudo, a contar da data em que o perito for intimado para início dos trabalhos, oportunamente, à luz das conclusões da perícia de engenharia, será apreciada a necessidade da produção de perícia contábil. Em 25 de maio de 2012 os autos foram retirados em carga pelo perito aguardando juntada de petição e documentos desde 04 de julho de 2012.</p> <p>Publicação 20/08/2012: CIÊNCIA DOS HONORÁRIOS APRESENTADOS. 27/08/2012: Os honorários estimados pelo perito para conduzir a perícia foi de R\$ 38.000,00, qual deverá ser antecipado pela própria LMA.</p> <p>posicionamento dezembro/2012: Continua em fase de perícia.</p> <p>Posicionamento março/2013: o processo continua em fase de perícia, ainda não iniciada.</p> <p>Posicionamento junho/2013: continua em fase de perícia.</p> <p>Posicionamento setembro/2013: continua em fase de perícia.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: continua em fase de perícia.</p> <p>*** Em 29 de setembro de 2010 a concessionária reconviu para requerer que a Empresa LMA seja condenada ao pagamento do valor de R\$951.443,74 referente às multas devidas em função do atraso nas obras de construção das praças de pedágio de Anhembi e Areiópolis, os valores envolvidos são aproximadamente os de alçada, observando-se a atualização monetária incidente no período.</p> <p>- Andamento processual acompanha a ação principal (Ação de Cobrança nº 629.01.2010.002.824-0)</p> <p>Possibilidade de êxito: possível</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré será obrigada a realizar o pagamento requerido pela Autora, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

14 - Ação Indenizatória nº 0016955-26.2012.8.26.0604 (Processo Antigo nº 604.01.2012016955-7/000000-000 e Ordem nº 2662/2012 da 3ª Vara Cível da Comarca de Sumaré)	
Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Monte Mor
Instância	Primeira
Data de instauração	18/01/2013
Partes no processo	Autor: Pedro Filipi da Silva Barboza, representado por Cristiane da Silva Pavão Ré: - Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valores somente para fins de alçada de R\$300.000,00 (a título de alçada) e pedido de pensão vitalícia.
Principais fatos	<p>Principais fatos: O autor foi vítima de trânsito em um acidente na Av. João Lirani, na cidade de Monte Mor, nas proximidades da Rodovia SP-101, teve seu pé esquerdo preso na lataria do veículo e seu corpo foi arremessado a mais de 25 metros de distância do local do fato, acarretando na amputação de seu pé, o autor foi atendido pelo resgate da concessionária (empresa terceirizada Enseg Serviços Pré-Hospitalares Ltda), mesmo o acidente sendo fora do trecho de concessão e alega que a concessionária não levou o seu pé do local, sendo somente levado o membro ao hospital 4 horas após o acidente, diante da demora o membro já estava em estado de decomposição, não permitindo assim o reimplante. O valor envolvido na causa, pleiteado pelo autor é aproximado ao de alçada.</p> <p>Posicionamento fevereiro/2013: o juiz recebeu a exceção de incompetência e determinou a suspensão do processo principal, nada mais desde então. A concessionária no momento em que for oferecer a defesa, irá fazer o pedido de denunciação da lide à seguradora Itaú Seguros S.A. e à Empresa Enseg Serviços Pré-Hospitalares Ltda. Entendemos e alegaremos em contestação fatos relevantes, tais como: acidente ocorrido fora do trecho concedido, cujo socorro foi prestado, por liberalidade, por empresa contratada da concessionária.</p> <p>Posicionamento junho/2013: A exceção de incompetência foi acolhida pelo juízo, os autos foram encaminhados para a Comarca de Monte Mor, aguardando o recebimento dos autos em Monte Mor para apresentação da contestação pela concessionária.</p> <p>Posicionamento setembro/2013: O juízo de Monte Mor recebeu os autos e determinou seu prosseguimento - Apresentada contestação pela concessionária. Aguardando despacho referente a denunciação à lide da empresa Enseg e seguradora.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada, sendo este valor a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

15 - Ação Indenizatória nº 0038854-03.2009.8.26.0114 (114.01.2009.038854-5) e Ordem n. 1724/2009	
Juízo	8ª Vara Cível Comarca de Campinas – SP
Instância	Primeira
Data de instauração	01/08/2013
Partes no processo	Autor: Gilberto Nei Venâncio Ré: - Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valores somente para fins de alçada de R\$90.000,00 (a título de alçada) e pedido de pensão vitalícia e indenização por danos estéticos a serem apurados pelo juízo.
Principais fatos	Principais fatos: O autor foi vítima de trânsito em um acidente na SP-101, km 005+900m, por volta das 19h30m, transitando com sua motocicleta Honda/CG 125 Titan, passou sobre uma saliência/deformação no asfalto, vindo a perder o controle da direção e tombando o veículo, sofreu ferimentos graves em seu ombro e braço direito. O valor envolvido na causa, pleiteado pelo autor é aproximado ao de alçada. Posicionamento junho/2013: Apresentada a contestação pela concessionária, autos se encontram conclusos. Posicionamento setembro/2013: mantido o posicionamento anterior, nada mais desde então. Posicionamento dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior, nada mais desde então.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada, sendo este valor a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

16 - Ação Indenizatória nº 0007226-90.2012.8.26.0372	
Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Monte Mor
Instância	Primeira
Data de instauração	03/07/2013
Partes no processo	Autor: Cristovão Furtado de Souza e Maria Socorro de Moraes Souza Réus: DER e Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$590.900,00 (quinhentos e noventa mil reais).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	<p>Principais fatos: Os autores são pais da Srta. Cícera Priscila de Souza, a qual faleceu no dia 23/12/2010, vítima de atropelamento na SP-101 km 16+500m. Os autores alegam que o acidente ocorreu devido a ausência de passarela no local, pois alegam que a sua filha descia de ônibus na rodovia e ao atravessá-la foi atropelada vindo a óbito. O valor envolvido na causa é aproximado ao de alçada (deve-se levar em conta a atualização monetária que o pedido sofrerá quando do seu efetivo pagamento, caso a concessionária seja vencida).</p> <p>Posicionamento agosto/2013: Foi apresentada contestação pela concessionária, bem como o pedido de denúncia da seguradora à lide.</p> <p>Posicionamento setembro/2013: Em fase dos autores se manifestarem acerca contestação e documentos apresentados.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: Foi deferida a denúncia da seguradora à lide. Aguardando citação da denunciada.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, os réus terão que pagar a indenização solicitada, sendo este valor a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

17 - Ação Indenizatória nº 0000745-77.2013.8.26.0663	
Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Votorantim
Instância	Primeira
Data de instauração	20/08/2013
Partes no processo	<p>Autor: Marli de Fátima Barbosa Oliveira</p> <p>Réus: CRT/ Prefeitura de Votorantim/ Carlos Alberto Parri de Campos ME/ Carlos Alberto Parri de Campos.</p>
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada de R\$203.400,00 (duzentos e três mil e quatrocentos reais).
Principais fatos	<p>Principais fatos: O veículo conduzido por funcionário da CRT que colidiu com um transporte gratuito fornecido pelo município de Votorantim no dia 16/03/2011, na SP-300, km 175+450m, acarretando na morte da Sra. Maria Inez Antunes de Oliveira, sogra da autora e a autora era acompanhante da vítima, a autora alega que sofreu danos físicos e psicológicos. O valor envolvido na causa é aproximado ao de alçada (deve-se levar em conta a atualização monetária que o pedido sofrerá quando do seu efetivo pagamento, caso a concessionária seja vencida).</p> <p>Posicionamento setembro/2013: Apresentada a contestação com pedido de denúncia da seguradora à lide, aguardando deferimento. Aguardando início da instrução processual.</p> <p>Posicionamento dezembro/2013: mantido o posicionamento anterior.</p>
Chance de perda:	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, os réus terão que pagar a indenização solicitada, sendo este valor a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

18 - Ação Indenizatória nº 11838-87.2013	
Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba
Instância	Primeira
Data de instauração	14/11/2013
Partes no processo	Autor: Silvia Helena Caldato Réus: CRT/ Viocil Zotele ME
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor para fins de alçada R\$439.344,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais).
Principais fatos	Principais fatos: A autora alega que seu marido era motorista de ônibus, o qual trafegava pela Rodovia SP-300 quando um caminhão invadiu a faixa de rolamento, vindo a colidir com o ônibus dirigido pelo marido da autora, vindo este a falecer. Pleiteia a condenação da concessionária no pagamento de indenização por danos morais. O valor envolvido na causa é aproximado ao de alçada (deve-se levar em conta a atualização monetária que o pedido sofrerá quando do seu efetivo pagamento, caso a concessionária seja vencida). Posicionamento dezembro/2013: Apresentada a contestação – Aguardando o início da instrução processual.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

II) Processos Criminais

Não há qualquer ação criminal envolvendo a Companhia em 31 de dezembro de 2013.

III) Processos Ambientais

Não há qualquer ação ambiental envolvendo a Companhia em 31 de dezembro de 2013.

IV) Processos Trabalhistas

Não há qualquer ação trabalhista que a Companhia entenda ser individualmente relevante.

V) Processos Tributários

Não há qualquer ação tributária envolvendo a Companhia em 31 de dezembro de 2013.

VI) Processos Administrativos

Os processos administrativos estão detalhados no item 4.6 deste formulário de referência.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

Não há processos sigilosos envolvendo a Companhia.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

Os processos descritos neste item foram selecionados considerando não apenas sua capacidade de, em conjunto, representar impacto significativo ao patrimônio da Companhia, à sua capacidade financeira ou aos seus negócios, mas também os riscos de imagem inerentes à atribuição de determinada conduta à Companhia ou quaisquer outros fatores que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

Ações Cíveis

Em 31 de dezembro de 2013, A Companhia é parte em 82 ações cíveis em geral (notadamente de natureza indenizatória) totalizando o valor de R\$ 8.492.094,60 (já inclusos neste valor os processos relacionados no quadro acima), cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para as seguintes probabilidades de perda:

- I) Remotas: R\$ 135.359,20
- II) Possíveis: R\$ 7.940.612,39
- III) Prováveis: R\$ 416.123,01

Utilização de Infraestrutura – Faixas de Domínio e Ações de Obrigação de Fazer e não fazer

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia é parte (autora) em 12 ações que discutem valores a serem pagos por terceiros a elas como contraprestação pela utilização das faixas de domínio (e infraestrutura relacionada), bem como ações de obrigação de fazer e não fazer relativas às rodovias que estão sob sua administração, totalizando R\$ 1.717.045,97 (valores somente para títulos de alçada, sendo devidamente calculados por peritos e o valor da indenização definida pelo juiz), para as quais as provisões são:

- i) Remotas: R\$ 53.024,00
- ii) Possíveis: R\$ 1.664.021,97

A Companhia figura como ré em 12 ações referentes ao uso pela faixa de domínio e de ações de isenção de cobrança de pedágio pelos autores, os quais possuem imóveis lindeiros às rodovias pedagiadas sob concessão da Companhia, possuindo valor estimado de R\$ 133.000,00, sendo este valor com probabilidade de perdas:

- I) Remota: R\$ 0,00
- II) Possíveis: R\$ 133.000,00

Desapropriação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia é parte em 88 ações referentes à desapropriação de imóveis em áreas comuns às rodovias que estão sob sua administração, totalizando

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

as quais não são constituídas provisões, uma vez que em caso de perda não haverá passivo a ser assumido pela Companhia, sendo este valor desmembrado em:

- I) Construções de Praças de Pedágios: R\$229.962,00 (valores estimados pela concessionária);;
- II) Contorno de Piracicaba: R\$7.240.042,47 (valores estimados de oferta inicial pela concessionária), já os peritos judiciais estimaram o valor de R\$48.950.871,63, porém os os valores estão sendo discutidos judicialmente.
- III) Duplicação SP-101 – 1º Trecho: R\$1.007.110,67 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- IV) PGF: R\$35.335,96 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- V) SP-308 km 141+410m: R\$133.990,16 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- VI) SP-308 km 127+730m ao 141+410m: R\$101.197,91 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária).
- VII) SP-308 km 127+730m ao 141+410m (áreas complementares): R\$52.952,63 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- VIII) Dispositivo SP-308 km 139 Capivari: R\$127.521,83 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- IX) Duplicação SP-308 km 146+250m – Rio das Pedras: R\$102.363,84 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- X) SP-101 km 15+200m – Monte Mor, Campinas e Hortolândia: R\$ 718.148,70 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- XI) SP-101 km 019+100m: R\$1.097.872,59 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- XII) SP-101 x SP-113: R\$ 72.019,91 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- XIII) SP-300 km 171+700m - Jumirim e Laranjal Paulista: R\$14.112,91 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);
- XIV) Contorno de Maristela: R\$2.308.217,71 (valor estimado de oferta inicial pela concessionária);

Reclamações Trabalhistas – Verbas Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia é parte em 80 reclamações trabalhistas, dentre este número possuem ações diretas e indiretas (de empresas terceirizadas), em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais. Tais reclamações trabalhistas totalizam R\$ 2.783.914,82, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para as seguintes probabilidades de perda:

- I) Remota: R\$ 1.699.285,60
- II) Possíveis: R\$ 782.916,58
- III) Prováveis: R\$ 301.712,64

III) Processos administrativos

A Companhia é parte em 47 processos administrativos perante a ARTESP, em que se discutem, principalmente, o não início ou a não conclusão de certas obras em determinado prazo e descumprimentos ao Contrato de Concessão. Em caso de eventual condenação pela ARTESP, as penalidades administrativas previstas incluem advertências e multas pecuniárias, que totalizam o valor de R\$ 27.295.526,09 (valor estimado pela concessionária). A diretoria da

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

onde que as perdas, nesses processos, são remotas. A decisão final da ARTESP no âmbito de tais processos pode ser levada à apreciação do Poder Judiciário.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem de emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados:

Não aplicável, pois a Companhia tem sede no Brasil, estando todas as suas atividades sujeitas exclusivamente à legislação nacional.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5. Riscos de Mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado em função de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, mudanças adversas na política econômica, em taxas de juros, inflação (índices de preços) e taxas de crescimento (PIB).

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

A inflação e os esforços do Governo Federal de controle à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades, capacidade de pagamento da Companhia.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos anos anteriores. A taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, caiu de 20,1% positivos, em 1999, para deflação de 1,7% em 2009, tornando a subir para 11,32% em 2010 e, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IBGE") foi de 5,9%, 4,3%, 5,9%, 6,5%, 5,8% e 5,9% em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 respectivamente.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, a taxa de juros básica no Brasil para os anos de, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 foram de 13,75%, 8,75%, 10,75%, 11%, 7,25% e 10% por ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária ("COPOM").

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear o aumento da inflação.

Na hipótese de o Brasil sofrer aumento de inflação no futuro, o Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades, e capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de taxas de juros, uma vez que parte significativa de suas obrigações financeiras está indexada a taxas flutuantes.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que a maior parte de suas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (CDI ou IPCA). O saldo contábil da dívida da Companhia indexada ao CDI em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 481,4 milhões, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 603,6 milhões e em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.030,4 milhões para as dívidas com terceiros (relacionadas à emissão de debêntures ocorrida em 15 de junho de 2013) e R\$ 38,2 milhões, R\$ 41,6 milhões e R\$ 45,2 milhões, em 31 de dezembro de

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

2011, 2012 e 2013, respectivamente aos períodos acima, para as dívidas com partes relacionadas existentes via operações de mútuo. Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros, em especial a SELIC, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento das taxas de juros, os encargos que a Companhia paga em suas dívidas aumentará, afetando adversamente sua condição econômico-financeira.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações frequentes e significativas em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implantou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. A título de exemplo, o Real desvalorizou 52,3%, 18,7% e 9,3% frente ao Dólar em 2002, 2001 e 2000, respectivamente.

Nos anos 2005, 2006 e 2007, o Real se valorizou 11,8%, 8,7% e 17,2%, respectivamente, com relação ao Dólar. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 32,0% frente ao Dólar, fechando em R\$2,33 por US\$1,00 em 31 de dezembro. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, observou-se a valorização de 25,5% da moeda brasileira frente ao Dólar no exercício. Em 2010, o Real valorizou-se em aproximadamente 4,3% em relação ao Dólar, sendo que, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013 era de R\$ 1,66 por US\$1,00, de R\$ 1,87 por US\$1,00, R\$ 2,04 por US\$1,00 e R\$ 2,35 por US\$1,00 respectivamente. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente.

Apesar de a Companhia não atuar em outros países, a desvalorização da moeda brasileira com relação ao dólar e outras moedas fortes pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, por meio de aumento, de um modo geral, dos preços, inclusive de combustíveis, tornando necessária a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal. As desvalorizações do Real podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros internas, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e o resultado das operações da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais.

Por outro lado, a valorização do Real frente ao dólar e outras moedas pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Uma valorização ou desvalorização do real poderá impactar o volume de importações e exportações e, conseqüentemente, o fluxo de transporte comercial nas rodovias, que são os principais corredores de importação e exportação e ligam os maiores portos brasileiros.

A instabilidade política pode prejudicar o resultado operacional da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

As incertezas e especulações sobre as medidas do novo Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

Além disso, acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar a balança comercial e causar um impacto negativo aos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, incluindo objetivos, estratégias e instrumentos:

a) riscos para os quais se busca proteção:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*):

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*):

Hedge de Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*).

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes:

A Companhia atua no mercado brasileiro estando sujeita, portanto, às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e, ocasionalmente, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, bloqueio de contas correntes, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevêê-las. Os negócios da Companhia, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- taxas de juros;
- políticas cambiais;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- alteração das normas trabalhistas;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção de medidas pelo Governo Federal nas políticas e normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros. Como resultado, estas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Alterações nas leis tributárias brasileiras poderão impactar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implanta mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos.

5.4 - Outras informações relevantes

Caso não haja o repasse desses tributos adicionais às tarifas da Companhia em valores suficientes e em prazo hábil, o aumento das obrigações fiscais da Companhia pode afetar adversamente o seu resultado operacional e sua condição econômico-financeira.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos desses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou crises nas políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo aqueles de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Quaisquer desses acontecimentos poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

As crises financeiras originadas nos Estados Unidos em 2008 e na Europa em 2011 resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/02/2009
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	23/04/2039
Data de Registro CVM	09/02/2012

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

Em 29 de outubro de 2008, o Consórcio Brasinfra ("Consórcio"), formado pelas empresas Equipav S.A. – Pavimentação, Engenharia e Comércio S.A. ("Equipav") (representando o Grupo Cibe), Opway Engenharia S.A. ("Opway") (representando o Grupo Ascendi) e a Leão & Leão Ltda. (Leão"), participou do leilão da Segunda Etapa do Programa de Concessão de Rodovias do Estado de São Paulo ("Leilão"), e obteve o direito de exploração do Corredor Marechal Rondon Leste pelo prazo de 30 anos ("Concessão").

No Leilão o Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente") concedeu à iniciativa privada 5 (cinco) corredores rodoviários:

Lote	Extensão (km)	Vicinais (km)	Investimentos			Desconto Vencedor (%)
			Capex 30 anos	Outorga fixa	Total	
			(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	
Dom Pedro I	297	81,4	2.410	1.342	3.752	6,02
Ayrton Senna/Carvalho Pinto	142	-	903	594	1.497	45,42
Raposo Tavares	444	389,8	1.803	634	2.437	16,11
Marechal Rondon Leste	415	201,8	1.612	517	2.129	13,1
Marechal Rondon Oeste	417	243,8	1.312	411	1.723	40,6
Total	1.715	916,8	8.040	3.498	11.538	

O Consórcio se sagrou vencedor do Leilão do Corredor Marechal Rondon Leste, apresentando um desconto sobre a tarifa quilométrica máxima de 13,10%.

A Companhia foi constituída em 19 de fevereiro de 2009, tendo iniciado suas operações em 23 de abril de 2009, data em que foi celebrado o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária nº 004/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Marechal Rondon Leste, correspondente ao Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia possui prazo de duração indeterminado, perdurando, no entanto, enquanto vigorar o Contrato de Concessão, ou seja, 30 anos contados da data de celebração deste. A Companhia tem, atualmente, como acionistas a Atlantia Bertin Concessões S.A. ("ABC") e a Ascendi International Holding BV ("Ascendi" e, em conjunto com a ABP, "Acionistas"), cada uma com 50% das ações.

A ABC tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A Ascendi tem por objeto social: (i) constituir, participar em, gerenciar, financiar, administrar, dar assessoria e prestar serviços a outras sociedades e empresas; (ii) conceder e tomar empréstimos em dinheiro, emitir obrigações, títulos de dívidas ou outros valores mobiliários, bem como firmar os contratos pertinentes; (iii) constituir garantias por dívidas e outros compromissos da sociedade ou de terceiros; (iv) adquirir, gerenciar, explorar, gravar com ônus e alienar bens registrados; (v) explorar e comercializar direitos autorais, patentes, protótipos, processos secretos, marcas comerciais e outros direitos de propriedade intelectual ou industrial; (vi) comercializar moedas, títulos e bens patrimoniais em geral; (vii) realizar quaisquer tipos de

6.3 - Breve histórico

atividades industriais, financeiras e comerciais; e (viii) tudo aquilo que estiver relacionado com os itens acima.

Para mais informações sobre os Acionistas, ver item 8.1 deste Formulário de Referência. Para maiores detalhes sobre as alterações societárias no Grupo Societário da Companhia, consultar o item 8.3 deste formulário de referência.

A Companhia tem por objetivo, exclusivamente, a exploração, sob o regime de concessão onerosa, do sistema rodoviário definido por Corredor Marechal Rondon Leste, constituído por trecho da Rodovia SP-300 Rodovia Marechal Rondon (km 158+650 ao km 177+850) e acessos, que consistem nas rodovias SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença e Rodovia Bento Antônio de Moraes (km 0+000 ao km 71+250)), SP-113 (Rodovia Doutor João José Rodrigues (km 0+000 ao km 14+400)), SP-209 (Rodovia Professor João Hipólito Martins (km 0+000 ao km 21+090)) e SP-308 (Rodovia do Açúcar (km 102+200 ao km 162+000)), totalizando 415 quilômetros de extensão, correspondente ao Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, que correspondem a, aproximadamente, 2,7 % da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no país, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias ("ABCR"). Tal exploração pressupõe (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados pelo Poder Concedente, inclusive serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços não delegados; e (iii) a gestão dos serviços complementares, além da prática de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**6.5. Principais eventos societários:**

Não houve eventos societários (tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes) ocorridos na Companhia, que também não possui controladas nem coligadas, desde a sua constituição. Para informações sobre operações de reestruturação ocorridas no Grupo Econômico da Companhia, envolvendo seus acionistas, ver o item 8.3 deste Formulário de Referência.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial e pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial:

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não apresentou nem sofreu qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7. Atividades da Companhia

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 23 de abril de 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do Sistema Rodoviário; (ii) o apoio aos serviços não delegados de competência exclusiva do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, tudo nos termos do Contrato de Concessão.

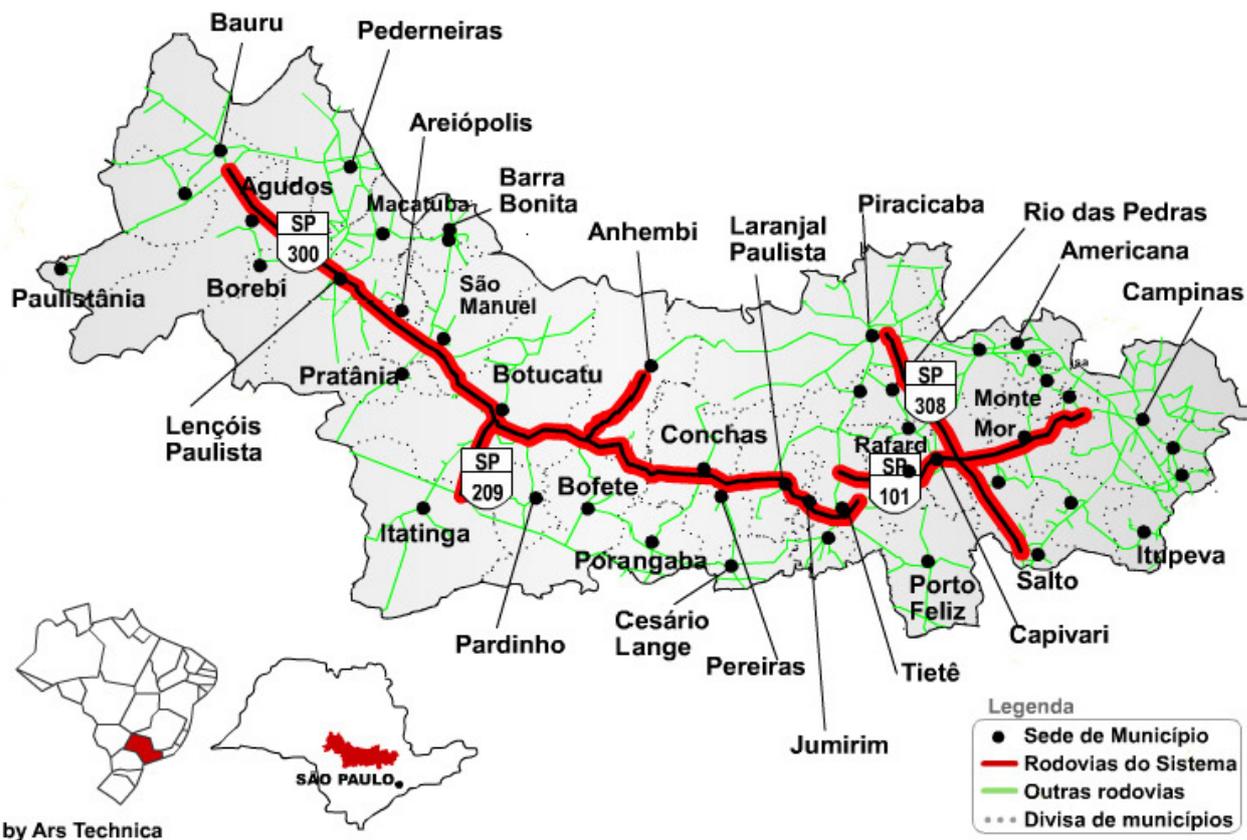
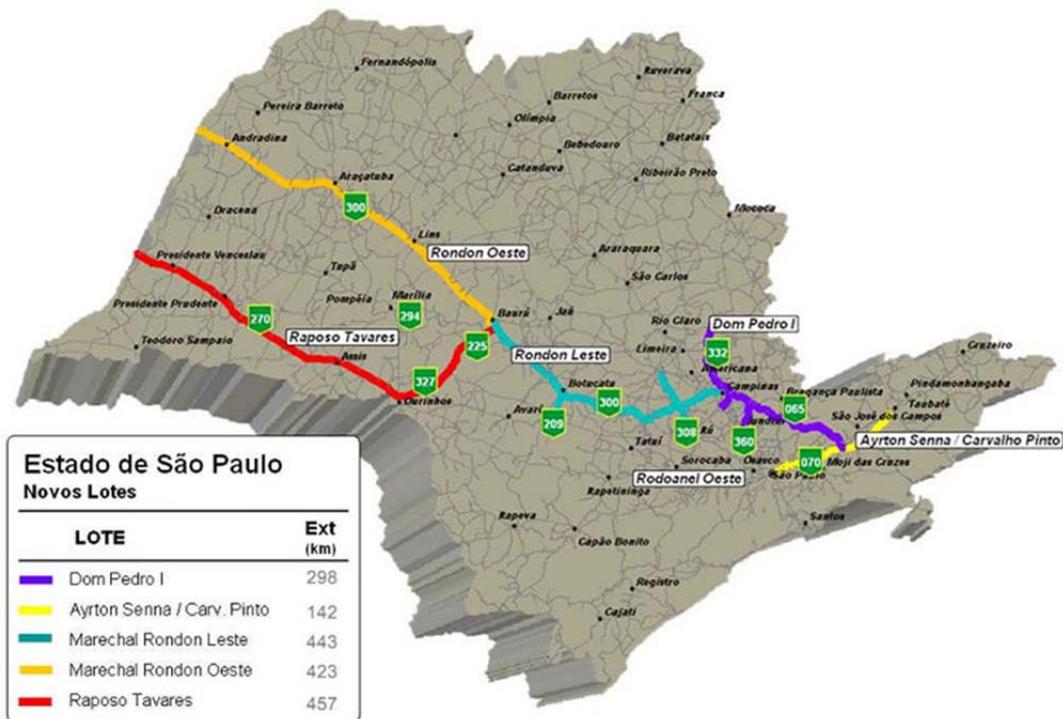
No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia obteve receita bruta de R\$ 333,8 milhões, sendo R\$ 186,1 milhões oriunda de arrecadação de pedágio. No ano de 2012, a Companhia obteve receita bruta de R\$ 290,7 milhões, sendo R\$ 172,4 milhões oriunda de arrecadação de pedágio. No ano de 2011, a Companhia obteve receita bruta de R\$ 256,6 milhões, sendo R\$ 158,7 milhões oriunda de arrecadação de pedágio. Desde o início da concessão em 2009 até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a extensão das rodovias administradas pela Companhia permaneceu inalterada em 406 quilômetros.

No ano de 2013 circularam, em média, aproximadamente 74 mil veículos diários e aproximadamente 3,9 milhões de veículos em eixos equivalentes mensalmente, sendo que destes, 1,6 milhões são veículos de passeio e 2,3 milhões são veículos comerciais. A tabela abaixo demonstra o crescimento da receita bruta com arrecadação de pedágio nos últimos três exercícios sociais:

Receita bruta com arrecadação de pedágio (R\$ mil)	2011	2012	2013	Crescimento medio
Veículos Leves	69.184	76.270	78.750	6,6%
Veículos Pesados	85.501	96172	107.360	12,1%
TOTAL	158.685	172.442	186.110	8,3%

Os mapas abaixo ilustram a localização das rodovias do Estado de São Paulo e na sequência as rodovias administradas pela Companhia:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



A concessão outorgada à Companhia compreende 5 (cinco) rodovias, 2 (dois) contornos e 18 (dezoito) acessos, representando 7,76% do total de quilômetros das rodovias atualmente sob concessão no Estado de São Paulo, conforme dados do Departamento de Estradas de Rodagem, quais sejam:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- SP 300: Rodovia Marechal Rondon (km 158+650 ao km 336+500) – de Tietê à Bauru
- SP 101: Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença e Rodovia Bento Antônio de Moraes (km 0+000 ao km 71+850) – de Campinas à Rafard
- SP 308: Rodovia do Açúcar (km 102+200 ao km 162+000) de Piracicaba à Salto
- SP 113: Rodovia Doutor João José Rodrigues (km 0+000 ao km 14+400) – de Tietê à Rafard
- SP 209: Rodovia Professor João Hipólito Martins (km 0+000 ao km 21+090) – de Botucatu até a SP-280 (Rodovia Castello Branco)
- Contorno de Piracicaba (extensão: 8+875 km)
- Contorno de Maristela (extensão: 3+200km)
- SPA-022/101 – acesso Monte Mor (km 22+340. Extensão: 0,500 km)
- SPA-026/101 – acesso Monte Mor (km 26+000. Extensão: 1,230 km)
- SPA-032/101 – acesso Elias Fausto (km 32+150. Extensão: 6,260 km)
- SPA-043/101 – acesso Capivari (km 43+180. Extensão: 1,200 km)
- SPA-051/101 – acesso Rafard (km 51+800. Extensão: 1,900 km)
- SPA-007/209 – acesso Pardinho/Botucatu (km 7+170. Extensão: 17,810 km)
- SPA-159/300 – acesso Tietê (km 159+200. Extensão: 0,100 km)
- SPA-172/300 – acesso Laranjal Paulista (km 172+000. Extensão: 0,600 km)
- SPA-176/300 – acesso Laranjal Paulista (km 176+000. Extensão: 0,040 km)
- SPA-193/300 – acesso Conchas (km 193+000. Extensão: 1,280 km)
- SPA-196/300 – acesso Conchas (km 196+150. Extensão: 1,010 km)
- SPA-231/300 – acesso Botucatu (variante) (km 231+000. Extensão: 1,500 km)
- SPA-241/300 – acesso Botucatu/Gastão Dal Farra (variante) (km 241+380. Extensão: 9,740 km)
- SPA-251/300 – acesso Botucatu (variante) (km 251+000. Extensão: 4,000 km)
- SPA-270/300 – acesso São Manuel (km 270+900. Extensão: 0,580 km)
- SPA-283/300 – acesso Areiópolis (km 283+000. Extensão: 1,100 km)
- SPA-139/308 – acesso Capivari (km 139+220. Extensão: 9,000 km)
- SPA-155/308 – acesso Rio das Pedras (km 155+000. Extensão: 4,010 km)

A rodovia SP-300 apresenta dois perfis distintos, sendo o primeiro de Tietê a Botucatu, trecho de pista simples que é caracterizado pelo transporte de produtos para consumo interno dos municípios da região (corredor municipal), incluindo as praças de pedágio de Anhembi e Conchas. Neste perfil inclui-se, também a SP-209 que é a ligação entre a Rodovia Marechal Rondon e a Rodovia Castello Branco. O segundo é de Botucatu a Bauru, trecho de pista dupla, que é um importante corredor de exportação, que passa pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, pelo qual diversas empresas exportadoras transportam principalmente produtos como soja, cana-de-açúcar, madeira e carne.

Já a rodovia SP-308 entre Piracicaba e Salto da rodovia e o trecho entre Capivari e Campinas da SP-101, trechos de pista simples, constituem corredores industriais passando pelas praças de Rafard, Monte Mor, Salto e Rio das Pedras, pelo quais são transportados, sobretudo, cana-de-açúcar e produtos da indústria de construção civil. Empresas como Cosan, Dedini, Toyota, Caterpillar e Hyundai possuem fábricas nos trechos dessas rodovias.

Já o trecho da SP-101 entre Capivari e Rafard apresenta as mesmas características do corredor municipal da SP-300, entre Tietê e Botucatu, com destaque para o transporte para consumo interno das cidades lindeiras.

Por fim a SP-113 é uma rodovia de menor porte que liga a SP-101 à SP-300 entre Tietê e Rafard. Já os contornos de Maristela e de Piracicaba são obras realizadas pela Companhia que

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

visam diminuir o fluxo de veículos pesados nessas cidades. Já as SPA's são basicamente acessos das rodovias às cidades lindeiras, que são administradas pela Companhia.

As tabelas abaixo mostram a evolução do tráfego, em veículos equivalentes, por praça de pedágio e por categoria de veículos para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Praça de Pedágio	Veículos Equivalentes				
	2013	2012	2011	Crescimento 2013 X 2012	Crescimento 2012 X 2011
Monte Mor	2.954.330	2.747.955	2.794.143	7,5%	-1,7%
Rafard	2.234.741	2.002.042	1.939.919	11,6%	3,2%
Conchas	2.902.537	2.578.172	2.487.025	12,6%	3,7%
Anhembi	2.029.070	1.823.166	1.690.504	11,3%	7,8%
Botucatu	9.614.772	8.984.544	8.750.057	7,0%	2,7%
Areiópolis	8.914.060	8.422.829	8.424.215	5,8%	0,0%
Agudos	9.063.707	8.617.562	8.473.707	5,2%	1,7%
Salto	5.033.368	4.551.509	4.502.024	10,6%	1,1%
Rio das Pedras	3.557.747	3.283.756	3.106.681	8,3%	5,7%
TOTAL	46.304.332	43.011.533	42.168.273	7,7%	2,0%

Veículos Equivalentes	2013	2012	2011	Crescimento 2013 X 2012	Crescimento 2012 X 2011
Veículos Leves	18.784.865	18.136.304	17.627.042	3,6%	2,9%
Veículos Pesados	27.519.467	24.875.230	24.541.231	10,6%	1,4%
TOTAL	46.304.332	43.011.533	42.168.273	7,7%	2,0%

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia apresentou receita operacional líquida de R\$ 317,3 milhões, R\$ 275,2 milhões e R\$ 242,4 milhões, respectivamente. Nesse sentido, houve um aumento de 15,3% de 2012 para 2013 e de 13,5% de 2011 para 2012.

Além disso, o EBITDA da Companhia foi de R\$ 80,7 milhões, R\$83,9 milhões e R\$77,4 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente.

A Companhia possuía a obrigação contratual de pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 517 milhões ("Outorga Fixa") que, de acordo com o Contrato de Concessão, foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela no valor de R\$ 103,4 milhões, correspondente a 20% do valor da Outorga Fixa, paga 2 (dois) dias antes da assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, dois dias antes de 23 de abril de 2009; e (ii) 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 22.977.778,00, sendo que a primeira parcela venceu no último dia útil de maio de 2009 e as demais no último dia útil dos meses subsequentes, sendo a última em 29 de outubro de 2010.

Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da Outorga Fixa passou a ser de aproximadamente R\$542 milhões, o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Ademais, o Contrato de Concessão estabelece o pagamento mensal, até o último dia útil, de outorga variável à ARTESP em valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia no mês anterior ao do pagamento, durante todo o prazo da Concessão. Porém, com o não reajuste das tarifas de pedágio em 01 de julho de 2013, a Artesp reduziu este percentual para 1,5% até instruções posteriores, ainda não recebidas na data de publicação deste formulário.

Investimentos no Projeto

O cronograma de investimento foi estabelecido no Contrato de Concessão, abrangendo as intervenções necessárias para enquadrar o Projeto nos padrões de operação requeridos.

O programa de investimentos considera um conjunto de obras iniciais, que integram o chamado Programa Intensivo Inicial ("PII"), que foi executado satisfatoriamente dentro do prazo de 180 dias, contados da formalização da Concessão. O PII envolveu obras imediatas de recuperação das praças de pedágio, melhorias na sinalização, instalação de equipamentos em monitoração e Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU). Vale destacar que a cobrança de pedágio nas novas praças somente iniciou-se em novembro de 2009, após a execução do PII e a autorização da ARTESP.

Estas obrigações de investimentos podem ser divididas em três fases:

a) Programa Intensivo Inicial ou Primeira Fase:

O Programa Intensivo Inicial (PII), concluído em outubro de 2009, destinava-se à adequação das condições de tráfego, abrangendo intervenções nos locais mais críticos de utilização das rodovias, englobando pavimento, faixa de domínio, drenagem, dispositivos de proteção contínua, sinalização e dispositivos auxiliares, estruturas, prédios e pátios, sistemas de controle e automação, sistemas de telecomunicações e iluminação. Algumas das intervenções previstas no programa e devidamente implementadas são as seguintes:

- Remoção de detritos, lixo e entulho das plataformas, limpeza geral das pistas, acostamento, canteiros centrais e laterais de faixa de domínio;
- Retirada e substituição de dispositivos de segurança avariados;
- Poda do revestimento vegetal que esteja prejudicando a sinalização e em locais como praças de pedágio, balanças e postos de polícia;
- Execução de operação tapa buracos em todas as vias;
- Complementação e limpeza de placas e elementos de sinalização vertical, horizontal e aérea;
- Restauração da sinalização horizontal, com substituição de tachas e tachões;
- Recuperação de placas de sinalização;
- Desobstrução de bueiros e elementos de drenagem superficial;
- Recomposição de defensas e balizadores na aproximação dos encontros das obras de arte especiais; e
- Correção de depressões no pavimento junto às cabeceiras das obras de arte especiais (termo utilizado no setor para se referir a pontes e viadutos e obras de engenharia similares).

b) Segunda Fase:

A segunda fase, com início em 2010 e término previsto para 2017, engloba os principais investimentos da Companhia durante o prazo da Concessão. Nesta fase destacam-se a

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

construção de 12 SAU's, implantação de acostamentos, instalação de sistema inteligente de gestão de rodovia com câmeras, radares, call box e fibra ótica e, por fim, a construção do Contorno de Piracicaba, as duplicações da SP-101 e SP-308, além da construção de marginais e faixas adicionais.

c) Terceira Fase:

A terceira fase, que será iniciada em 2017, é uma etapa de manutenção do sistema viário concedido e ampliado pela Companhia. Nesta fase destacam-se os recapeamentos, a troca de sistemas e equipamentos e a substituição de elementos de segurança e sinalização.

Investimentos Concluídos e em andamento

Como parte do PII, a Companhia investiu mais de R\$25 milhões em obras de ampliação, manutenção, poda e drenagem das rodovias do complexo Marechal Rondon Leste. Esse investimento foi realizado antes mesmo da cobrança das tarifas de pedágio.

Além dessas obras, desde novembro de 2009, com a abertura das praças de pedágio, iniciaram-se diversos outros investimentos como, por exemplo, os acostamentos da SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, a instalação de fibra ótica em mais de 400km de Concessão, a restauração de obras de arte como a Ponte Orlando Mazzer na SP-113 sobre o Rio Tietê, a construção de 12 (doze) SAU's (Serviço de Apoio ao Usuário), a instalação de cercas e defensas nas rodovias, o recapeamento de mais de 200km de rodovias, o início da construção do Contorno de Piracicaba e das duplicações da SP-101 e SP-308, totalizando cerca de R\$285 milhões de investimentos no sistema rodoviário sob administração da Companhia, além dos R\$25 milhões já citados.

Os investimentos programados para os trinta anos da concessão estão discriminados abaixo, divididos entre os seguintes itens:

CAPEX	2009 (*)	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	3.011	7.948	25.750	42.786	46.826	27.237	21.584	18.154	13.858	5.488	3.037
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	30.215	13.911	12.473	35.711	36.928	31.349	23.857	24.564	22.486	14.945	9.140
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	24.665	18.296	12.690	4.615	596	4.196	4.036	984	35	1.788	12.175
4. DESAPROPRIAÇÕES	932	311	5.215	4.921	1.601	3.053	1.633	2.879	3.916	1.086	25
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	12.364	11.731	18.230	7.838	4.774	1.736	580	580	25.858	42.011	28.605
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	200	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
TOTAL	71.388	52.462	74.625	96.138	90.991	67.838	51.956	47.428	66.420	65.583	53.248

* A partir de 23 de abril de 2009.

CAPEX	2.020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028	2.029	2.030
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	3.795	6.705	12.904	3.669	2.351	3.135	3.135	7.838	11.757	5.705	3.427
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	13.122	17.249	4.971	9.400	4.414	444	9.987	10.615	2.429	-	-
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	7.128	11.358	3.423	-	5.984	2.844	477	1.853	596	11.489	8.886
4. DESAPROPRIAÇÕES	2.115	2.820	705	-	-	-	-	-	-	-	-
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	9.332	3.161	1.165	1.486	3.264	17.072	21.167	19.455	5.232	749	6.901
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
TOTAL	35.759	41.560	23.435	14.822	16.280	23.762	35.033	40.028	20.281	18.210	19.481

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

CAPEX	2.031	2.032	2.033	2.034	2.035	2.036	2.037	2.038	2039 (*)
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	5.997	8.510	14.202	8.146	6.412	10.009	7.053	1.425	-
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	10.166	2.827	1.877	6.023	2.649	2.176	631	25.010	8.337
4. DESAPROPRIAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	3.843	32.728	64.335	18.369	814	862	21.736	34.551	9.126
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	267	267	267	267	267	267	267	267	67
TOTAL	20.273	44.331	80.680	32.805	10.141	13.314	29.687	61.253	17.529

* Até 23 de abril de 2039.

As tabelas acima consideram a antecipação do cronograma de obras pela Companhia (com aprovação da ARTESP), com o objetivo de antecipar também uma maior arrecadação advinda do aumento de tráfego que costuma ocorrer quando das melhorias geradas pelas obras e principalmente pela duplicação das pistas.

Receita Tarifária

As tarifas de cada praça de pedágio da concessão são calculadas em função (i) da base tarifária quilométrica ofertada, (ii) da metodologia de reajuste estabelecida no Contrato de Concessão e (iii) do trecho de cobertura. A tabela abaixo mostra as tarifas de pedágio para automóvel vigente em cada praça de pedágio da concessão, entre julho de 2013 e junho de 2014.

Rodovia	Tarifa para Automóvel - Jul/12 (1)
SP-101 - Jornalista Francisco Aguirre Proença	
Praça Monte Mor - Km 029 + 700m	R\$ 4,70
Praça Rafard - Km 055 + 800m	R\$ 3,70
SP-300 - Marechal Rondon	
Praça Conchas - Km 192 + 100m	R\$ 5,00
Praça Anhembi - Km 228 + 200m	R\$ 5,60
Praça Botucatu - Km 259 + 300m	R\$ 3,90
Praça Areiópolis - Km 285 + 000m	R\$ 4,40
Praça Agudos - Km 314 + 000m	R\$ 4,30
SP-308 - Comendador Mário Dedini	
Praça Salto - Km 109 + 300m	R\$ 2,50
Praça Rio das Pedras - Km 147 + 300m	R\$ 3,80

¹ Valores, por eixo, vigentes de julho de 2013 a junho de 2014.

Cálculo do Valor das Tarifas de Pedágio e Reajustes

Os valores máximos das tarifas básicas quilométricas, com data base em julho de 2008, foram fixadas no Contrato de Concessão, para veículos de rodagem simples dois eixos, em R\$0,077078 para rodovias de pista simples e R\$0,107910 para rodovias de pista dupla. Como a utilização de arrecadação por praças do tipo barreira não permite medição da exata

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

quilometragem percorrida pelo usuário, as tarifas são cobradas em cada praça com base na extensão de rodovia posta à sua disposição (Trecho de Cobertura da Praça de Pedágio - TCP). Para mais informações sobre TCP de cada uma das praças de pedágio administradas pela Companhia, veja o item "Praças de Pedágio" abaixo.

As tarifas são diferenciadas por categorias de veículos, de acordo com o desgaste físico que cada uma delas acarreta às rodovias.

Segundo o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no dia primeiro de julho de cada ano de acordo com o IPCA acumulado de junho a maio de cada ano.

Além do reajuste anual pelo IPCA, o contrato de concessão prevê a alteração na tarifa quando a Companhia finalizar as obras de ampliação da malha viária, que no caso seriam as duplicações e o Contorno de Piracicaba.

As tabelas abaixo demonstram a base para cálculo da tarifa atual, conforme fórmula acima, bem como a evolução do TCP com o término das obras de ampliação.

Base tarifária jul/12	
Pista simples	0,082940
Pista dupla	0,116112

Pista Simples	mar/13	jul/14	jul/15	jul/16	jul/17	jul/18	jul/23
Monte Mor	40,9	26,6	26,6	26,6	9,5	9,5	9,5
Rafard	44,5	43,0	43,0	43,0	43,0	43,0	43,0
Conchas	59,2	59,2	59,2	59,2	59,2	59,2	56,2
Anhembi	53,1	53,1	53,1	53,1	53,1	53,1	53,1
Botucatu	12,9	12,9	12,9	12,9	12,9	12,9	12,9
Areiópolis	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Agudos	-	-	-	-	-	-	-
Salto	30,6	30,6	30,6	30,6	30,6	4,5	4,5
Rio das Pedras	33,7	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5

Pista Dupla	mar/13	jul/14	jul/15	jul/16	jul/17	jul/18	jul/23
Monte Mor	11,4	25,7	25,7	25,7	42,8	42,8	42,8
Rafard	-	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Conchas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	3,7
Anhembi	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5
Botucatu	24,7	24,7	24,7	24,7	24,7	24,7	24,7
Areiópolis	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8	36,8
Agudos	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0	37,0
Salto	-	-	-	-	-	26,1	26,1
Rio das Pedras	8,5	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6	42,6

Sistemas para Cobrança de Pedágios

Existem dois sistemas mediante os quais o pedágio pode ser cobrado nas rodovias: o sistema manual e o sistema AVI (Identificação Automática de Veículos, do inglês *Automatic Vehicle Identification*). O sistema manual exige que o motorista pare na praça de pedágio e pague a tarifa correspondente à categoria de veículo visualmente identificada pelo arrecadador.

O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias operadas pela Companhia. Os motoristas que aderem ao sistema AVI acoplam um sensor eletrônico no pára-brisa do veículo, que os identifica e reconhece a categoria de veículo em que o respectivo

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

automóvel se enquadra. Ao passar por uma praça de pedágio que disponham do sistema AVI, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo. Os dados de cada praça de pedágio são adicionados aos das demais praças e posteriormente debitados na conta corrente ou no cartão de crédito do proprietário do veículo uma vez ao mês. Na eventualidade de tal proprietário permanecer inadimplente, o número do seu respectivo sensor é identificado de forma a impedir a passagem de seu veículo na praça de pedágio com a utilização do sistema AVI. Os sistemas AVI em operação ("Sem Parar" e "Auto Expresso" são interoperáveis com o sistema das demais concessionárias do Estado de São Paulo e de algumas das concessionárias federais.

O sistema AVI traz diversas vantagens, na medida em que representa economia de tempo e maior conveniência para o motorista, bem como uma redução dos custos operacionais da Companhia. O sistema AVI não implica riscos adicionais de cobrança para as operações da Companhia, sendo a eventual inadimplência dos usuários suportada pela STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. A instalação dos sistemas AVI também não importa em custos para a Companhia, sendo as despesas arcadas pela fornecedora do sistema de identificação automática.

Todas as praças de pedágio da Companhia estão equipadas com o sistema AVI. A utilização deste meio de pagamento representa uma porcentagem importante da receita bruta de pedágio da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente).

A Companhia não pode oferecer descontos nas tarifas de pedágio pelo uso do sistema AVI.

Receitas Acessórias

Embora representem um percentual reduzido de sua receita total, a Companhia desenvolve e explora atividades alternativas que geram outras receitas para ela, além daquelas advindas da arrecadação de pedágio, tais como a exploração da faixa de domínio através da colocação de cabos de fibras óticas, redes de telefonia e de gás natural; a cobrança pelo uso da faixa de domínio para instalação de torres de telecomunicação; a cobrança pela realização de publicidade nas rodovias; dentre outros.

Praças de Pedágio

No trecho objeto da Concessão, no km 285 da Rodovia SP-300, já estava instalada uma praça de pedágio tipo barreira, denominada Areiópolis à época que a Companhia passou a administrar tal rodovia, cuja arrecadação passou a ser exercida pela proponente no dia subsequente à formalização do Contrato de Concessão.

Inicialmente e conforme edital, o projeto previa a implantação adicional de oito praças de pedágio como descrito no quadro abaixo. Porém, a Companhia demoliu a praça já existente e construiu todas as 9 (nove) praças para manter um padrão de construção.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

RODOVIA	PRAÇA DE PEDÁGIO		LIGAÇÃO	TCP		
	Localização	Km		Rodovia	Acessos	Total (km)
SP-101	Monte Mor	033+000	SP-101 - km 000+000 ao km 045+500	45,500		55,040
			SP-032 / SP-101 - Elias Fausto		6,260	
			SP-026 / SP-101 - Monte Mor		1,230	
			SP-022 / SP-101 - Monte Mor		0,500	
			SP-051 / SP-101 - Rafard		0,950	
			SP-043 / SP-101 - Capivari		0,600	
SP-101 SP-113	Rafard	058+000	SP-101 - km 045+500 ao km 071+250	25,750		41,700
			SP-113 - km 000+000 ao km 014+400	14,400		
			SP-051 / SP-101 - Rafard		0,950	
			SP-043 / SP-101 - Capivari		0,600	
SP-300	Conchas	192+100	SP-300 - km 158+650 ao km 234+060	56,850		59,880
			SP-196 / SP-300 - Conchal		1,010	
			SP-193 / SP-300 - Conchal		1,280	
			SP-176 / SP-300 - Laranjal Paulista		0,040	
			SP-172 / SP-300 - Laranjal Paulista		0,600	
			SP-159 / SP-300 - Tietê		0,100	
SP-209 SP-300	Anhembi	227+700	SP-209 - km 000+000 ao km 010+545	10,545		63,690
			SP-300 - km 215+500 ao km 248+500	33,000		
			SP-241 / SP-300 - Anhembi		9,740	
			SP-231 / SP-300 - Anhembi		1,500	
			SP-007 / SP-209 - Pardinho		8,905	
SP-209 SP-300	Botucatu	261+120	SP-209 - km 010+545 ao km 021+090	10,545		37,650
			SP-300 - km 248+500 ao km 262+700	14,200		
			SP-251 / SP-300 - Botucatu		4,000	
			SP-007 / SP-209 - Pardinho		8,905	
SP-300	Areiópolis	285+000	SP-300 - km 262+700 ao km 299+500	36,800		38,480
			SP-270 / SP-300 - São Manoel		0,580	
			SP-283 / SP-300 - Arariópoli		1,100	
SP-300	Agudos	314+000	SP-300 - km 299+500 ao km 336+500	37,000		37,000
SP-308	Salto	105+000	SP-308 - km 102+200 ao km 127+730	25,530		30,030
			SP-139 / SP-308 - Capivari		4,500	
SP-308	Rio das Pedras	150+460	SP-300 - km 127+730 ao km 162+000	34,270		51,655
			Contorno de Piracicaba		8,875	
			SP-139 / SP-308 - Capivari		4,500	
			SP-155 / SP-308 - Piracicaba		4,010	

Todas as praças de pedágio administradas pela Companhia são do tipo barreira, forma mais comum no país em que a cobrança é feita em um determinado ponto da rodovia pelo trecho colocado à disposição do usuário, sem considerar a distância por ele percorrida no sistema, em oposição às praças do tipo "bloqueio", em que os usuários recebem *tags* colocados nos veículos, que ao passar por pórtilhas e antenas que fazem sua leitura eletrônica desde o ponto de entrada da rodovia, identificam a extensão do trecho percorrido para que o usuário efetue o pagamento da tarifa nos pontos de saída.

As praças de pedágio de Monte Mor, Rafard, Salto e Rio das Pedras foram construídas em locais diferentes ao previsto inicialmente no edital de concessão, no 29,70 km, 55,80 km, 109,30 km e 147,30 km respectivamente. Essas alterações foram solicitadas e aprovadas pela ARTESP e o motivo de mudança de cada uma das praças foi:

- Monte Mor: o local original era muito próximo à cabeceira do Rio Capivari, além da presença de uma rota de fuga (via alternativa no trecho em que se localiza uma praça, evitando o pagamento de pedágio), devido a uma estrada municipal existente no local. O novo local proposto e aceito pelo Poder Concedente dista 3,3km do original, porém em local sem restrições ambientais e sem possíveis rotas de fuga.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- Rafard: A localização original desta praça era muito próxima ao entroncamento com a SP-113, dificultando a implantação do garrafão de acesso e a respectiva sinalização de advertência necessária. Devido a esses motivos a Companhia foi autorizada a instalar a praça com deslocamento de 2km referente ao edital.
- Salto: No local indicado pelo Edital para instalação dessa praça foi identificado um trecho em declive e com vegetação nativa, além de três possibilidades de rotas de fuga. Devido a isso a Companhia foi autorizada a construir a praça com deslocamento de 4,3Km do que constava no Edital.
- Rio das Pedras: A localização indicada pelo Edital para praça de pedágio estava situada muito próxima ao trevo de acesso à Rio das Pedras, local em curva e com dificuldade de visibilidade na aproximação do acesso à praça. Devido a esses motivos a Companhia foi autorizada, pelo Poder Concedente, a construir a praça com deslocamento de 3km do edital.

Outros aspectos do contrato de concessão

A Companhia está sujeita à regulamentação e fiscalização do Poder Concedente, devendo facultar à ARTESP livre acesso a todas as suas instalações, livros e documentos relativos à Companhia e às atividades abrangidas pela concessão, incluindo estatísticas e registros administrativos. A Companhia deve, ainda, prestar certas informações periodicamente e todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados. O não cumprimento das normas, regulamentações e parâmetros fixados pelo Poder Concedente, bem como atrasos no cumprimento de prazos, cronogramas e demais descumprimentos do contrato de concessão sujeitam a Companhia a penalidades de advertência, multa variando entre R\$30 mil e R\$400 mil por infração.

Para garantia do cumprimento de suas obrigações, a Companhia apresentou ao Poder Concedente um conjunto de garantias e seguros tal como previsto no contrato de concessão, incluindo: (a) seguro-garantia para cumprimento das funções operacionais e de conservação, que cobre o pagamento do valor mensal variável, pagamento de multas aplicáveis à Companhia e o ressarcimento de custos e despesas que venham a ser incorridas pelo Poder Concedente, a ser liberada quando da emissão do termo de devolução definitivo ao final da concessão; (b) seguro-garantia para cumprimento de funções de ampliação, que será liberada à proporção do cumprimento das funções de ampliação e (c) seguros contra responsabilidade civil, riscos de engenharia e riscos operacionais, dentre outros.

Contratos de elaboração de projetos, construção e conservação

Para execução dos projetos de engenharia, construção e serviços de conservação incluídos no escopo da concessão, a Concessionária contrata empresas especializadas no mercado. A contratação dessas empresas é feita nos termos das minutas de contrato de projeto, de contrato de construção e de contrato de conservação, que são anexas ao Contrato de Concessão. Essas contratações são feitas conforme o princípio da transferência ("back-to-back"), em que a contratada se sujeita, na medida em que aplicável, às mesmas regras aplicáveis à Concessionária por meio do Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à imposição unilateral de alterações pelo Poder Concedente e ao direito de receber compensações e indenizações em caso alterações unilaterais ou outros eventos imputáveis ao Poder Concedente, desde que reconhecidos pelo Poder Concedente. As minutas de contrato de projeto, construção e conservação estabelecem obrigações de contratação de seguros, tais como seguro de responsabilidade civil geral e cruzada e riscos de engenharia. Essas minutas também preveem retenção de 5% do valor de cada fatura emitida pela contratada, a título de garantia, sendo que

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

esse valor é liberado após doze meses do recebimento definitivo da obra, nos contratos de construção ou de conservação, ou após seis meses da última medição contratual, nos contratos de elaboração de projeto. No caso dos contratos de construção e de conservação, além da retenção mensal, a contratada é obrigada a apresentar à Concessionária uma fiança bancária ou seguro-garantia, no montante de 15% do valor do contrato para garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

Vantagens Competitivas

Pontos Fortes da Companhia

Os principais pontos fortes da Companhia são:

Elevada capacidade de geração de caixa do setor. De acordo com os editais de concorrência pública para concessões rodoviárias, pode-se concluir que concessionárias de rodovias apresentam grande capacidade de geração de caixa, o que também pode ser verificado analisando-se as demonstrações financeiras das companhias abertas do setor. A Companhia apresentou nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 margens EBTIDA de 46,10%, 51,85% e 53,34% respectivamente, demonstrando o potencial de geração de caixa do setor.

Sistema rodoviário importante para a economia brasileira. O transporte de cargas no Brasil é realizado predominantemente pela via rodoviária. A região por onde passam a rodovias SP-300 (Marechal Rondon) e as rodovias SP-308 e SP-101, administradas pela Companhia, tem como característica o crescimento no número de indústrias e seus diversos pólos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens, segundo ranking do Ministério do Desenvolvimento (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1444&refr=603>) e dados do SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. Isso gera volume de tráfego nas rodovias administradas pela Companhia e, conseqüentemente, aumento das receitas e resultados operacionais da Companhia.

As rodovias sob concessão da Companhia, atualmente, são em sua maioria interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais. Essa interligação será otimizada com a conclusão das principais obras como a construção do Contorno de Piracicaba e a duplicação da SP-101 e da SP-308.

Localização estratégica dos ativos explorados pela Companhia. A Companhia acredita que seu conjunto de ativos localiza-se em regiões estratégicas e economicamente privilegiadas no Estado de São Paulo (conforme PIB per capita de tais municípios divulgado pelo IBGE, acima da média nacional, conforme dados do parágrafo a seguir), estando posicionado perto dos principais centros comerciais do Brasil. Atende, portanto, grandes centros de produção, consumo e circulação de bens e pessoas, que geram grandes fluxos de veículos de passageiros e de cargas e ainda contam com um grande fluxo de transporte de passageiros e de turismo.

Os principais municípios lindeiros às rodovias administradas pela Companhia são Campinas, Piracicaba, Botucatu e Bauru, que apresentaram PIB per capita de R\$ 33 mil, R\$ 29 mil, R\$ 22 mil, R\$ 21 mil, respectivamente em 2010, segundo os últimos dados oficiais divulgados pelo IBGE, media superior à brasileira que foi de R\$ 19 mil no mesmo período.

Suporte dos acionistas. Os negócios da Companhia beneficiam-se de alinhamento de interesses entre a Companhia e seus acionistas controladores. Os acionistas controladores da Companhia possuem tradição na indústria de infraestrutura no Brasil e no exterior, por atuarem

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

no setor desde o final de década de 1990, quando da outorga da Concessão Norte pelo Governo Português ao Grupo Ascendi. O grupo de empresas controladas pela Atlantia Bertin Concessões possui experiência no setor brasileiro de infraestrutura, incluindo em seu portfólio projetos em rodovias, centrais energéticas e construtoras, além de áreas de saneamento. A Atlantia também atua como concessionária na Itália, sendo um importante *player* atuante no país. O Grupo Ascendi possui forte atuação no setor de concessões rodoviárias em Portugal. Este alinhamento de interesses se reflete em maior flexibilidade para a avaliação de projetos e investimento em uma gama melhor e diversificada de ativos. Desta forma, a Companhia cria valores e sinergias para seu portfólio de negócios, consolidando assim uma posição sólida nos setores em que atua. Além disso, o fato de não possuímos um acionista controlador único traz uma outra vantagem competitiva frente aos concorrentes da Companhia, que consiste na contratação, na maioria das obras, de fornecedores de mercado ao invés de ligados às partes relacionadas, proporcionando condições de contratação em tese mais benéficas para a Companhia.

Tecnologia. Em 2012, foi instalado na sede administrativa da Companhia o Centro de Controle Operacional ("CCO"), que é responsável pela centralização de todos os chamados e atendimentos aos usuários e é equipado com recursos tecnológicos para controlar e direcionar as viaturas de atendimento, monitorando as rodovias pelas câmeras instaladas, além do controle das mensagens nos painéis fixos e móveis. Com a conclusão da instalação da fibra ótica e dos *call boxes* (telefones de emergência), toda a integração de sistemas foi finalizada e a Companhia passou a operar totalmente com o sistema inteligente de gestão de rodovias. Adiciona-se a essas inovações tecnológicas o sistema de posicionamento global (GPS), presente em todas as viaturas operacionais, permitindo ao CCO otimizar o tempo de atendimento aos usuários.

Estratégia

A estratégia da Companhia tem sido orientada pelos seguintes princípios:

Fortalecer a estrutura de capital da Companhia. O endividamento financeiro da Companhia era de R\$ 1.068,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 627,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, e de R\$ 481,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, excluindo-se o mútuo com os acionistas, que é subordinado às demais dívidas, sendo que em 2013, com a emissão de debêntures, o perfil da dívida passou a ser de longo prazo com vencimento em 15 anos.

Aumentar receitas provenientes das rodovias. A Companhia busca continuamente melhorar sua base de arrecadação pelo acompanhamento das mudanças de tráfego e monitoramento da utilização de rotas alternativas, por meio de pesquisas anuais de origem e destino e tipo de mercadorias transportadas. Estas melhorias são realizadas por meio da implantação de tecnologias alternativas para a cobrança do pedágio e da otimização das receitas das praças de pedágio. Além das receitas de pedágio, a Companhia procura obter outras fontes de receita, como contratos de aluguel de fibra ótica já fechados ou em negociação.

Maximizar eficiências operacionais. A Companhia procura obter determinadas eficiências operacionais por meio da utilização de um sistema integrado eletrônico de cobrança de pedágio, novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos (mecânica e ótica) e novas tecnologias relacionadas à leitura de placas e controles operacionais. A Companhia utiliza sistemas de comunicação e controle centralizados no CCO, como câmeras de Circuito Fechado de TV (CFTV), painéis de mensagens variáveis (PMV), telefones de emergência (SOS), radares e analisadores de tráfego (SAT – Sistema de Analisadores de Tráfego), todos interligados por fibra ótica e rádio *wireless*, operados a partir de um ponto único.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Maximizar o potencial de fontes alternativas de receitas. Embora representem um percentual reduzido da receita total da Companhia, as receitas, nos termos do Contrato de Concessão, de determinadas oportunidades alternativas são desenvolvidas e exploradas pela Companhia, tais como: (a) exploração da faixa de domínio através da colocação de cabos de fibras óticas, redes de telefonia e de gás natural; (b) cobrança pelo uso da faixa de domínio para instalação de torres de telecomunicação; (c) manutenção de vias de acesso às suas rodovias que se situam próximas da faixa de domínio, custeada pela Companhia; (d) cobrança de receitas acessórias de publicidade na rodovia; (e) permissão de uso de rodovia com apoio de sinalização e suporte com veículos; (f) tráfego de cargas especiais; e (g) apoio operacional e logístico. Além disso, a Companhia acredita que tem possibilitado o desenvolvimento socioeconômico para as regiões em que atua, o que tem como consequência o aumento de tráfego e, por isso, também gera receitas para a Companhia.

Qualidade no desenvolvimento dos trabalhos. A Companhia trabalha buscando a melhoria contínua em todos os seus processos, atividades e ações. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**7.3. Produtos e serviços:****a) características do processo de produção**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) características do processo de distribuição

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) características dos mercados de atuação, em especial: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados**Concessões Estaduais Atuais e Futuras*****Concessões Estaduais Atuais***

O programa estadual de concessões teve início em 1994, com a concessão da Linha Azul, em Santa Catarina. Os programas estaduais de concessões foram impulsionados em 1996, com a promulgação da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, a qual autorizou a União a delegar aos Estados e Municípios da Federação a administração e exploração de rodovias federais, permitindo que estes entes concedessem trechos específicos de rodovias federais, localizados em seus territórios, à iniciativa privada. Nesse contexto, merecem destaque os programas de concessões do Estado do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, além das duas concessões no Estado do Rio de Janeiro (Via Lagos e Rota 116).

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo teve início em 1998 com a transferência à iniciativa privada das rodovias do eixo logístico mais importante do país. Dez anos mais tarde, em 2008, o Estado de São Paulo deu início à Segunda Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias com as publicações dos editais de concessão do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas e de mais cinco lotes rodoviários: Corredores D. Pedro I, Raposo Tavares, Marechal Rondon Oeste, Marechal Rondon Leste e Ayrton Senna/Carvalho Pinto. A Segunda Etapa apresentou algumas novidades regulatórias em relação à primeira, tais como o pagamento da outorga no curto prazo e a realização de obras de melhoria e conservação durante toda a concessão, possibilitando a modernização do serviço de exploração rodoviária.

(i) participação da Companhia no seu mercado de atuação:

A Companhia faz parte dessa nova etapa de concessões rodoviárias estaduais e participa em 7,76% da extensão total da malha concedida pelo governo do Estado de São Paulo.

Atualmente, as concessões estaduais abrangem sete Estados e concentram a maior parte do tráfego rodoviário nacional, com aproximadamente 10.806,1 quilômetros de rodovias e pontes operadas pelo setor privado, conforme explicitado abaixo:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Estado	Concessionária	Rodovias	Referência	Extensão (km)
SP 1ª Etapa	Autoban	SP-330/348/300	Sistema Anhanguera - Bandeirantes	317
	Viaoesle	SP-075/091/270/280	Sistema Castello Braco - Raposo Tavares	169
	Renovias	SP-215/340/342/344/350	Campinas - São José do Rio Pardo	346
	Ecovias	SP-055/150/160	Sistema Anchieta - Imigrantes	177
	Autovias	SP-255/318/330/334/345	Região de Franca	317
	Centrovias	SP-225/310	Região de Jau e São Carlos	218
	Intervias	SP-147/191/215/330/352	Região de Araras	376
	Colinas	SP-075/127/280/300	Região de Itu e Tietê	307
	SPVias	SP-127/255/258/270/280	Região de Itapetininga	516
	Tebe	SP-323/326/351	Região de Bebedouro	156
	Vianorte	SP - 322/330	Região de Ribeirão Preto	237
Triângulo do Sol	SP-310/326/333	Região de Araraquara	442	
SP 2ª Etapa Fase	Rodoanel	SP-310/326/333	Rodoanel Mario Covas - Trecho Oeste	30
SP 2ª Etapa Fase	Rota das Bandeiras	SP-065/063/360/332	Corredor Dom Pedro I	297
	Ecopistas	SP-070	Corredo Ayrton Senna - Carvalho Pinto	135
	Rodovias do Tietê	SP-300/101/113/209/308	Corredor Rondon Leste	415
	Via Rondon	SP 300/	Corredor Rondon Oeste	414
	Cart	SP-280/225/327	Corredor Raposo Tavares	444
SP 2ª Etapa Fase 3	SPMar		Rodoanel Sul/Leste	161
MT	Morro da Mesa	MT-130	Rondonópolis - Primavera do Leste	122
RJ	Vialagos	RJ- 124/106	Pedro da Aldeia	57
	Rota 116	RJ-116/104	Itaboraí - Nova Friburgo - Cantagalo	140
PR	Econorte	BR-153/369 e PR-090/323/445	Região de Londrina	341
	Viapar	BR- 369/376 e PR-317/369/444	Região de Maringá	547
	Ecocataratas	BR-277	Guarapuava - Foz do Iguaçu	459
	Caminhos do Paraná	BR-277/373/476	Curitiba - Guarapuava	406
	Rodonorte	BR- 277/373/376 e PR-151	Região de Ponta Grossa	568
	Ecovia	BR-277 e PR-407/508	Região do Paranaguá	175
	Metrovias	BR-290/116 e RS- 030/040	Região de Guaíba	501
	Rodosul	BR-116/285	Região de Vacaria	133
RS	Santa Cruz	BR-471 e RST-287	Região de Santa Cruz	208
	Sulvias	BR- 386 e RS-129 e RST-453/287	Região de Lajeado	329
	Briia	RS-020/115/235/466	Região de Canela	142
	Convias	BR-116 e RS-122	Região de Caxias	191
BA	Conviplan	BR-285/386 e RST- 153	Região de Carazinho	250
	CLN	BA- 099	Lauro de Freitas - Abadia (Linha Verde)	217
	Bahia Norte	BA-093	Camacari	121
PE	Rota do Atlântico		Complexo Suape	44
PE	Rota dos Coqueiros		Paiva	7
MG	Nascentes das Gerais	MG-050 e BR-265	Belo Horizonte - Formiga - Divisa MG/SP	371
ES	Rodosol	ES-060	Guarapari- Vila Velha	68

Fonte: Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR

<http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/9/concessionarias.aspx>

(ii) condições de competição no mercado de atuação da Companhia:

A Companhia acredita que as suas principais concorrentes podem ser consideradas rodovias sob administração direta de órgãos públicos em que não há cobrança de pedágio. Todavia, a Companhia acredita que tais rodovias estejam em piores condições em comparação às rodovias administradas pela Companhia. A Companhia esclarece, no entanto, que a concorrência não se limita a rodovias sob administração direta de órgãos públicos em que não há cobrança de pedágio. Além disso, há rodovias já concessionadas para outras empresas, como por exemplo as rodovias SP-348 (Rodovia dos Bandeirantes) e SP-330 (Rodovia Anhanguera) que são rotas alternativas na interligação entre o interior e a capital do Estado. Porém, com a conclusão das duplicações das pistas das rodovias sob Concessão da Companhia, tais rodovias terão a vantagem competitiva de possuírem tarifas de pedágio menores, aumentando a atratividade. A concorrência se limita, no entanto, ao tráfego de veículos da mesma região de operação da Concessão.

Além disso, outros meios de transporte, especialmente o ferroviário, também representam uma possibilidade de concorrência, caso exista um programa de investimentos no setor. Apesar de,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

historicamente, o transporte rodoviário, de passageiros como no transporte de cargas, predominar no Brasil, o desenvolvimento do transporte ferroviário poderá afetar o fluxo de veículos nas rodovias sob concessão da Companhia.

d) eventual sazonalidade

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e) principais insumos e matérias primas: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

(i) A Companhia procura permanentemente disseminar seus valores e práticas direcionados à gestão sustentável dos negócios. A Companhia mantém com seus fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização da qualidade na prestação de serviços. Para selecioná-los, a Companhia analisa a qualidade do produto e/ou serviço, a disponibilidade e as condições comerciais. Ademais, a Companhia segue critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são cheçadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeiras, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais. Os principais fornecedores que Companhia mantém relações são os prestadores de serviços de conservação, manutenção e construção de estruturas das rodovias, como, por exemplo, as construtoras Ellenco Construções Ltda., Construtora Estrutural Ltda. e Construtora SPL Ltda., entre outros. Além disso, na execução dos empreendimentos sob sua responsabilidade, a Companhia mantém as licenças e autorizações necessárias e cumpre as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

(ii) A Companhia acredita não possuir relação de dependência com nenhum de seus fornecedores ou prestadores de serviços. Nesse sentido, a Companhia adota a estratégia de pulverizar as contratações de fornecedores, solicitando sempre propostas de diversas construtoras e escolhendo a que oferece as melhores condições de mercado, ao invés de concentrar as contratações em uma única.

(iii) As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas em 1º de julho de cada ano. A tarifa-básica de pedágio de cada concessão é reajustada de acordo com a fórmula disposta no contrato de concessão. No caso da Companhia, a fórmula de correção corresponde a 100% do IPCA.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia):

Não há um cliente que, individualmente, seja responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Por atuar na exploração de atividades de infraestrutura e no segmento de operação de rodovias, a Companhia mantém relacionamento constante com o Poder Público, que fiscaliza seus negócios.

Concessões Rodoviárias

As concessões de rodovias no Brasil possuem origem nas desestatizações promovidas no governo do ex-Presidente José Sarney, na segunda metade da década de 1980. Posteriormente, o ex-Presidente Fernando Collor de Mello deu continuidade à política com o Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031/90), culminando, no governo do ex-Presidente Itamar Franco, na criação do Programa de Concessões de Rodovias Federais – PROCROFE em 1993. Posteriormente, em 1994, houve a assinatura de contratos de concessões em todas as esferas federativas: municipal (Linha Amarela), estadual (Santa Catarina, que fracassou) e federal (Ponte Rio-Niterói). É importante ressaltar também que, com a promulgação da Lei nº 8.666, que estabeleceu regras gerais para os processos de licitação e contratação entre a administração pública e o setor privado, as licitações puderam ser promovidas com base nessa legislação. O governo federal, representado pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), também durante 1993, 1994 e 1995, realizou a licitação pública de mais quatro rodovias além da Ponte Rio Niterói, marcando o início da Primeira Etapa do PROCROFE. No início do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 13 de fevereiro de 1995, foi promulgada a Lei nº 8.987, a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Seguindo esses passos iniciais, a promulgação da Lei nº 9.277, em maio de 1996, autorizou a União a delegar aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal a administração e operação de determinadas rodovias federais, as quais também foram alvo de concessão pelos Estados delegatários. Em junho de 2011, a Lei nº 10.233 deu início ao processo de reestruturação do setor de transporte terrestre brasileiro na esfera federal, por meio da criação dos seguintes órgãos reguladores:

- **Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT:** a quem compete propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens em conformidade com (i) as políticas de desenvolvimento nacional, regional e urbano, de defesa nacional, de meio ambiente e de segurança das populações, formuladas pelas diversas esferas de governo; (ii) as diretrizes para a integração física e de objetivos dos sistemas viários e das operações de transporte sob jurisdição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (iii) a promoção da competitividade, para redução de custos, tarifas e fretes, e da descentralização, para melhoria da qualidade dos serviços prestados; (iv) as políticas de apoio à expansão e ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos e veículos de transporte; e (v) a necessidade da coordenação de atividades pertinentes ao Sistema Federal de Viação e atribuídas pela legislação vigente aos Ministérios dos Transportes, da Defesa, da Justiça, das Cidades e à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.
- **Agência Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT:** entidade autárquica federal de direito público, com autonomia financeira e funcional. A ANTT é responsável pela implementação das políticas estabelecidas pelo CONIT e tem autoridade para, dentre outras, (i) regular e supervisionar as atividades de prestação de serviços de transporte rodoviário e de exploração da infraestrutura de transportes, exercidas por terceiros, com vistas a (a) garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

tarifas e (b) harmonizar, preservado o interesse público, os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica; (ii) firmar e administrar os contratos de concessão dentro de sua área de atuação; e (iii) revisar e reajustar as tarifas dos serviços prestados, segundo disposições contratuais.

- **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:** entidade autárquica de direito público vinculada ao Ministério dos Transportes, que tem competência para implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais. Também é atribuição do DNIT, em sua esfera de atuação, declarar de utilidade pública bens e propriedades a serem desapropriadas para implementação do Sistema Federal de Viação. O DNER foi submetido a um processo de liquidação, sendo gradualmente sucedido (i) pela União, que assumiu, basicamente, suas ações judiciais e obrigações financeiras, (ii) pela ANTT, a quem foram atribuídas suas obrigações de natureza regulatória e contratos de concessão, e (iii) pelo DNIT, que, de forma geral, assumiu a administração dos projetos relacionados à construção, manutenção e expansão das rodovias, dentre outros. Esse processo de liquidação foi encerrado em 14 de agosto de 2003, com a consequente extinção do DNER. Adicionalmente, foram criadas agências reguladoras para regular e supervisionar as concessões outorgadas na esfera estadual. Em São Paulo, por meio da Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002, foi criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, ficando responsável pela fiscalização dos contratos de concessão da Primeira Etapa de Concessões do Estado de São Paulo (do processo de desestatização de 1997) e, posteriormente, pela transferência à iniciativa privada de outras rodovias estaduais. A ARTESP também foi responsável pela Segunda Etapa de Concessões do Estado de São Paulo, programa no qual a Companhia está inserida, dentro de um novo marco regulatório nas concessões rodoviárias estaduais paulistas.

A Companhia mantém um relacionamento adequado com a administração pública, de maneira que todas as autorizações necessárias para suas respectivas operações foram obtidas.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal. A depender da conduta praticada, no entanto, o agente poderá ser responsabilizado nas três esferas.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil encontra-se delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81, que instaura a responsabilidade objetiva na matéria, ou seja, aquela que independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre este e a atividade de uma companhia ou indivíduo para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O empreendedor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades.

Além disso, é importante ressaltar que a Lei Federal nº 6.938/81 ampliou o rol de sujeitos responsáveis por danos ambientais, considerando como poluidor a pessoa, física ou jurídica, responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de dano ambiental.

A legislação ambiental estipula a responsabilidade solidária entre os poluidores. A vítima do dano ambiental, ou aquele que a lei autorizar, não está obrigada a processar todos os poluidores em uma mesma ação. Por ser solidária a responsabilidade, pode-se escolher uma dentre todas as empresas poluidoras (aquela que tem todos os requisitos necessários para figurar como ré na ação, ou simplesmente a de melhor situação econômica) para a efetiva reparação do dano. Resta para a empresa acionada o direito de regresso contra as demais.

Além disso, diante da previsão da responsabilidade civil objetiva e solidária, tem-se que a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades de uma determinada companhia, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos não as isentam de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados, caso os terceiros não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Eventuais erros na gestão conjunta de riscos ambientais, imputáveis ou não à Companhia, podem resultar em responsabilização por danos ambientais, o que pode gerar efeitos adversos para a Companhia.

Responsabilidade Criminal

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa, a depender do ilícito penal incorrido.

De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão por parte da mesma e deve a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei Federal nº 9.605/98.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de direitos; (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como de dele obter subsídios, subvenções ou doações; e, (iv) prestação pecuniária.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei dos Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente, independentemente da verificação de culpa ou da efetiva ocorrência de dano ambiental.

As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multa, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de contratação com entes públicos.

Política Ambiental

A Companhia não possui atualmente uma política ambiental formalmente documentada (não obstante pretenda aprovar em breve documentos que já se encontram em desenvolvimento).

No entanto, adota algumas práticas que demonstram seu comprometimento com o meio ambiente e o desenvolvimento social das comunidades em que está inserida. Para mais informações sobre essas práticas, ver o item 7.9 deste Formulário de Referência.

Adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia possui a certificação internacional ISO 9001, que define o padrão para sistemas de gestão de qualidade e para sistemas de gestão em geral.

Custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental

Os custos incorridos pela Companhia para cumprimento da regulação ambiental não são relevantes.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, franquias ou contratos de royalties para o desenvolvimento das suas atividades.

Porém, por seu contrato ser de concessão de serviço público existe uma dependência direta no desenvolvimento das atividades da Companhia.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Informações acerca de países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

A Companhia não desenvolve suas atividades além do território brasileiro, sendo a totalidade de sua receita proveniente da prestação de serviços a seus clientes em território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

Não aplicável à Companhia, pois ela não desenvolve suas atividades além do território brasileiro.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

Sustentabilidade

Com atuação em mais de 25 municípios, a Companhia tem consciência de sua importância para o desenvolvimento das comunidades onde está presente. Para responder aos novos desafios mundiais que cobram das empresas maior responsabilidade socioambiental, a Companhia trabalha no planejamento de ações estruturadas de forma a minimizar os impactos sociais, econômicos e ambientais de sua atividade e promover um desenvolvimento sustentável.

Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

Política de Responsabilidade

A política de responsabilidade social adotada pela Companhia visa proporcionar a sustentabilidade aos negócios com benefícios para acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores e comunidades próximas a seus locais de atuação, contribuindo para o desenvolvimento social.

Acionistas

- Assegurar que as informações relativas às atividades da Companhia sejam preservadas e somente divulgadas de acordo com as disposições legais e regulamentares, de forma transparente e ética;
- Basear os relacionamentos sociais na filosofia empresarial da Companhia, fundamentada nos valores de desprendimento, integridade, ousadia, respeito e autonomia, e ainda, na importância da parceria entre a iniciativa privada e o Estado e na busca legítima de resultados econômico-financeiros.

Usuários

- Manter elevado padrão de qualidade no atendimento nas concessões sob administração da Companhia, valorizando a criatividade e a pró-atividade de nossos colaboradores, lembrando que a prestação de serviço e um bom atendimento não se resumem às emergências;
- Garantir um rápido e bom atendimento aos usuários, independente de sua condição social, raça, sexo, cor, idade, religião, nacionalidade, opção sexual ou deficiência física;
- Investir em equipamentos, pessoal e tecnologia que garantam maior segurança, conforto, fluidez e orientação aos usuários, objetivando reduzir o índice de acidentes.

Fornecedores

- Manter relacionamento transparente em processos de suprimentos, adotando-se como premissa, tanto para quaisquer aquisições quanto para contratações de prestação de serviços, as regras de contratação com partes relacionadas, oferecendo aos participantes total igualdade de disputa, independente de ser ou não parte relacionada;
- Não firmar contratos com empresas que mantenham trabalho infantil, forçado ou compulsório de forma ativa ou passiva, ou que se beneficiem de práticas desonestas.

7.9 - Outras informações relevantes

Colaboradores

- Valorizar a diversidade e repudiar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação por deficiência física, raça, sexo, cor, idade, religião, classe social, nacionalidade ou opção sexual;
- Coibir ações de qualquer natureza que possam representar ou caracterizar assédio moral e/ou sexual;
- Respeitar os direitos humanos nas relações com o seu quadro de colaboradores, não se beneficiando de trabalho compulsório, forçado, escravo ou infantil;
- Incentivar as relações de cortesia, respeito e honestidade no ambiente de trabalho;
- Propiciar igualdade de acesso às oportunidades de desenvolvimento profissional;
- Respeitar o direito a associação sindical e a negociação coletiva.

Responsabilidade Social – Valorização da Vida

Para conscientizar usuários e moradores lindeiros sobre regras e melhores condutas de respeito no trânsito, a Companhia inclui no Programa de Redução de Acidentes (PRA) a realização de campanhas educativas focadas na segurança viária.

Ao longo de 2013, foram realizadas 7 campanhas educativas, algumas em parceria com o Policiamento Rodoviário do Estado.

- Campanha de Segurança nas Férias
- Campanha de Segurança no Carnaval
- Campanha Abrace a Vida, #motociclista.
- Campanha Abrace a Vida, #pedestre.
- Programa Seleção da Estrada
- Projeto Abrace a Vida, #escola.
- Projeto Cardume de Mães

A campanha de Segurança nas Férias teve como público alvo os usuários da rodovia Marechal Rondon (SP 300) – cerca de 50 mil por dia. Foram instaladas 19 faixas, em 13 pontos da rodovia, alertando os motoristas sobre cuidados e regras de trânsito para uma direção segura. O objetivo da campanha foi sensibilizar os usuários sobre alcoolemia, excesso de velocidade, colisão traseira e distração ao volante.

A campanha de Segurança no Carnaval foi realizada em todo o trecho sob concessão da empresa. Foram distribuídos 15 mil folhetos e serpentinas nas praças de pedágio, orientando os motoristas sobre a Lei Seca, dicas de segurança e manutenção do veículo.

A campanha Abrace a Vida, # motociclista e # pedestre foi lançada em 2013 com o objetivo de reduzir o número de acidentes com esses usuários. A campanha é vinculada ao Programa de Redução de Acidentes (PRA) da empresa e trabalhou os temas em diversas peças de comunicação: faixas de rodovias, palestras em empresas, spot de rádio, eventos para motociclistas, distribuição de folhetos em terminais rodoviários e passarelas e afixação de cartazes. Foram feitas oito palestras em empresas, atingindo 584 pessoas.

7.9 - Outras informações relevantes

O Seleção da Estrada é um programa de saúde e cidadania voltado ao caminhoneiro. Em 2013, a concessionária realizou três edições: duas na SP 300 e uma na SP 308, entre maio e setembro. O programa ofereceu 14 serviços – entre atendimento mecânico, corte de cabelo, vacinação, teste de hepatite, dicas de nutrição, etc – e 771 usuários foram atendidos.

O projeto Abrace a Vida, #escola visa à educação de crianças e à orientação de professores sobre regras e comportamentos de segurança no trânsito. Foi criado para atender alunos da rede fundamental de ensino das cidades limdeiras. Em 2013, 92 alunos de Salto, com idades entre nove e 12 anos, participaram do projeto, que é desenvolvido na sede da concessionária.

A concessionária doou lonas utilizadas em campanhas ao projeto Cardume de Mães, ligado a uma ONG que ajuda mães da periferia de São Paulo. As lonas foram reutilizadas na confecção de ecobags e o dinheiro da venda revertido às mães artesãs.

Meio Ambiente – Ações que garantem o futuro

A equipe responsável pelas ações de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho realiza um trabalho fundamental para garantir o atendimento da legislação e o bom desempenho das obras de ampliação das rodovias. Com processos planejados, a Companhia conseguiu, em 2013, todas as licenças ambientais necessárias para a realização dos investimentos previstos.

Engenheiros ambientais e técnicos de segurança do trabalho controlam, através de relatórios de campo e gerenciais, o andamento do serviço, os riscos das obras e identificam qualquer necessidade de correção.

Durante o licenciamento ambiental, realizaram estudos específicos que vão desde o levantamento da vegetação a ser suprimida a avaliações mais específicas, como levantamento arqueológico e medições de ruídos. O objetivo é garantir que as obras gerem o menor impacto possível ao meio ambiente.

Além disso, a Companhia vem acompanhando, passo a passo, todas as etapas das construções, monitorando com equipe de profissionais qualificada o cumprimento da legislação ambiental e demais normas aplicáveis.

Exemplos disso são a duplicação das rodovias SP-101 e SP-308 e a construção do Contorno de Piracicaba, que seguem um plano ambiental que respeita as normas e boas práticas de construção e ainda se molda a novos fatos e descobertas, sempre considerando a natureza como parte do processo.

A Companhia pretende aprovar documentos formais contendo as políticas acima mencionadas, documentos estes que atualmente já se encontram em desenvolvimento atualmente.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1.

a) Controladores diretos e indiretos e d) participações de sociedades do grupo na Companhia

A Companhia dois acionistas controladores diretos, a Atlantia Bertin Concessões e a Ascendi, sendo cada um detentor de 50% do nosso capital social, conforme tabela abaixo:

Acionistas Diretos	Nacionalidade	CNPJ/CPF	Quantidade de ações Ordinárias	Participação
Atlantia Bertin Concessões S.A.	Brasileira	14.975.903/0001-00	11.178.923.797	50%
Ascendi International Holding B.V.	Holandesa	14.382.914/0001-79	11.178.923.798	50%
Total:			22.357.847.595	100%

A Atlantia Bertin Concessões S.A., uma *joint venture* que nasceu da união do grupo italiano Atlantia e do Grupo Bertin que, no setor rodoviário, detinha importantes concessionárias em dois Estados brasileiros. A Atlantia Bertin Concessões S.A. possui mais de 1.500 quilômetros sob sua administração.

Já a Ascendi, gestora de infraestruturas de transportes, é detida pelo Grupo Mota-Engil e Grupo Espírito Santo. O Grupo Ascendi atua no setor de concessões rodoviárias em Portugal e o fato de atuarem no mercado há quase 15 anos tem ajudado no desenvolvimento do nosso portfólio.

A ABC tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A Ascendi tem por objeto social: (i) constituir, participar em, gerenciar, financiar, administrar, dar assessoria e prestar serviços a outras sociedades e empresas; (ii) conceder e tomar empréstimos em dinheiro, emitir obrigações, títulos de dívidas ou outros valores mobiliários, bem como firmar os contratos pertinentes; (iii) constituir garantias por dívidas e outros compromissos da sociedade ou de terceiros; (iv) adquirir, gerenciar, explorar, gravar com ônus e alienar bens registrados; (v) explorar e comercializar direitos autorais, patentes, protótipos, processos secretos, marcas comerciais e outros direitos de propriedade intelectual ou industrial; (vi) comercializar moedas, títulos e bens patrimoniais em geral; (vii) realizar quaisquer tipos de atividades industriais, financeiras e comerciais; e (viii) tudo aquilo que estiver relacionado com os itens acima.

Para mais informações sobre a nossa estrutura societária, como controle indireto e toda a cadeia de acionistas até o nível da pessoa física, veja a seção "15. Controle" deste Formulário de Referência.

b) Controladas e coligadas e c) participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

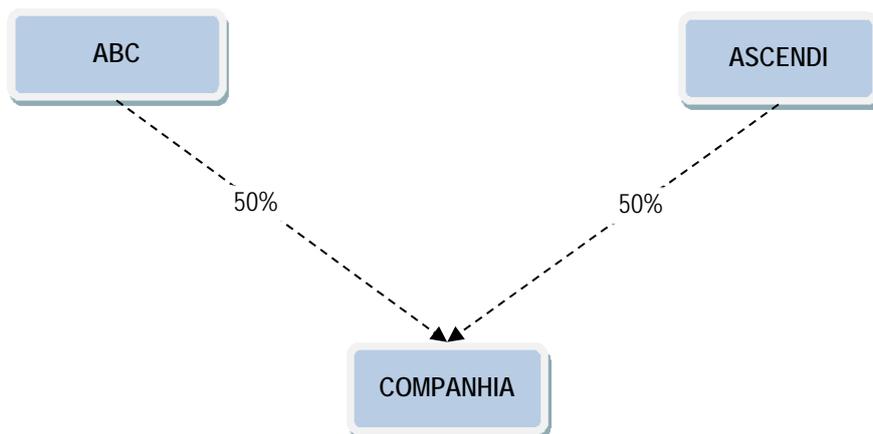
8.1 - Descrição do Grupo Econômico

e) Sociedades sob controle comum

A Companhia não possui outras Sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do grupo econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	30/07/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação Societária Transferência de Ações
Descrição da operação	No dia 30 de julho de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo que em 1º de julho de 2013 foram celebrados atos societários entre a acionista da Companhia, Atlantia Bertin Participações S.A. ("ABP") e a Atlantia Bertin Concessões S.A. ("ABC"), empresa de seu grupo econômico, Protocolo e Justificação de Incorporação da ABP pela ABC. Com a celebração dos atos societários, a ABP foi incorporada pela ABC.
Data da operação	26/05/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação Societária Transferência de Ações
Descrição da operação	No dia 26 de maio de 2012, foi publicada do Diário Oficial do Estado de São Paulo a autorização da ARTESP para transferência das ações pertencentes à Cibe (correspondentes a 50% do capital social da Companhia) para a ABP.
Data da operação	28/01/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação Societária Transferência de Ações
Descrição da operação	No dia 28 de janeiro de 2012, foi publicada do Diário Oficial do Estado de São Paulo a autorização da ARTESP para transferência das ações pertencentes à Leão (correspondentes a 10% do capital social da Companhia) para a acionista Ascendi.
Data da operação	25/11/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação Societária Transferência de Ações
Descrição da operação	Realizou-se a transferência das ações da Companhia detidas pela Opway para a Ascendi, e do restante das ações de propriedade da Equipav para a Cibe. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25 de novembro de 2011.

8.4 - Outras informações relevantes

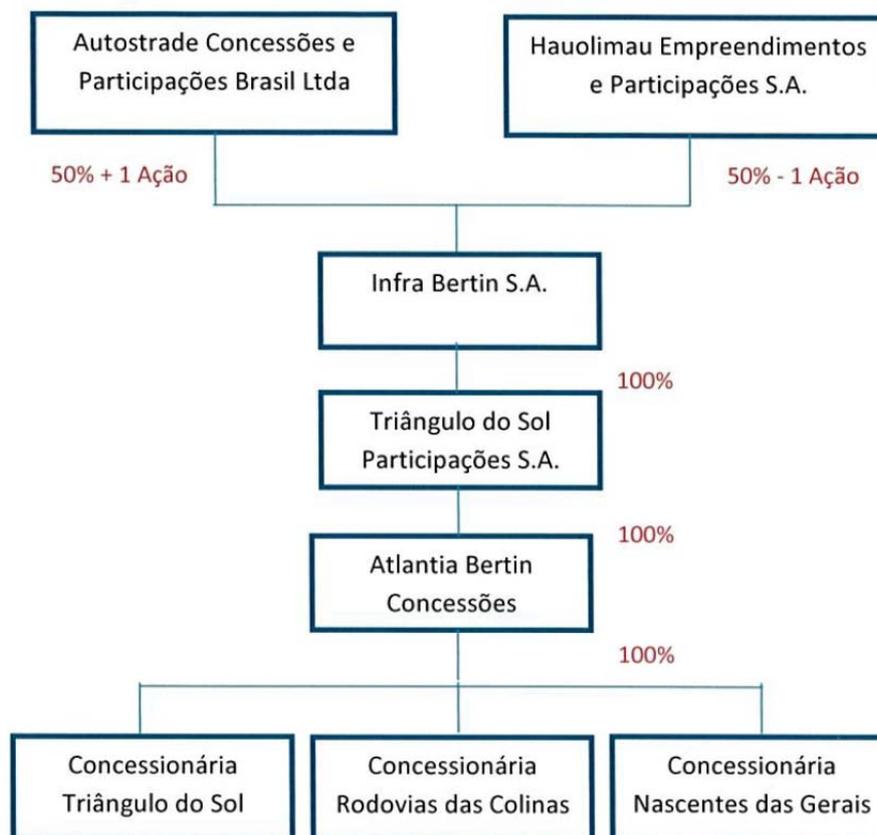
8.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Incorporação da ABP pela ABC

Com o objetivo de reestruturar e simplificar a estrutura societária do seu grupo econômico, a Atlantia Bertin Concessões S.A. ("ABC") realizou, sujeito à ocorrência da condição suspensiva abaixo descrita, a incorporação da Atlantia Bertin Participações S.A. ("ABP"), acionista titular de 50% do capital social da Companhia ("Incorporação").

Na presente data, a ABC é subsidiária integral da Triângulo do Sol Participações S.A., que, por sua vez, é detida integralmente pela Infra Bertin S.A. 50% mais uma ação do capital social da Infra Bertin S.A. é detido pela Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. ("Autostrade") e 50% menos uma ação do seu capital social é detido pela Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A. ("Hauolimau").

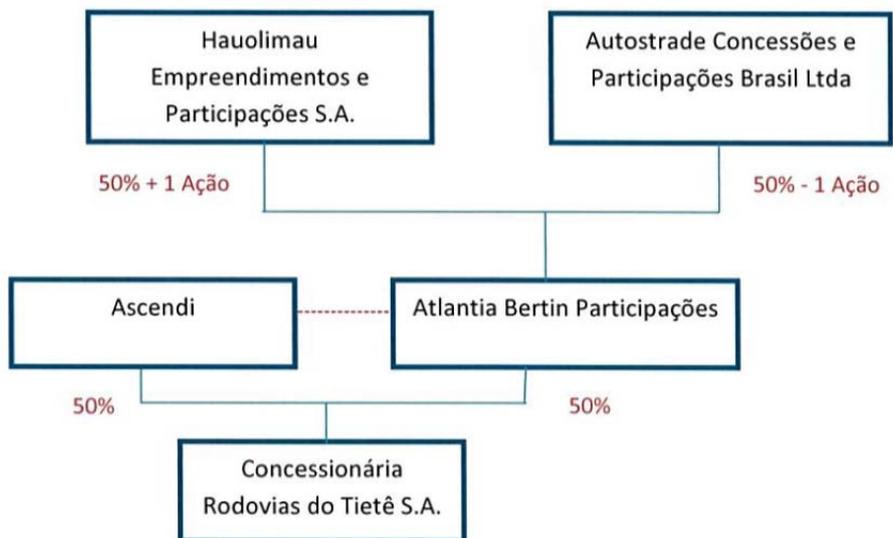
A atual estrutura societária da ABC está representada no organograma a seguir:



A ABP, por sua vez, tinha o capital social distribuído na seguinte proporção: (i) 50% mais uma ação detidos pela Hauolimau e (ii) 50% menos uma ação detidos pela Autostrade.

O organograma abaixo ilustra a atual estrutura acionária da ABP:

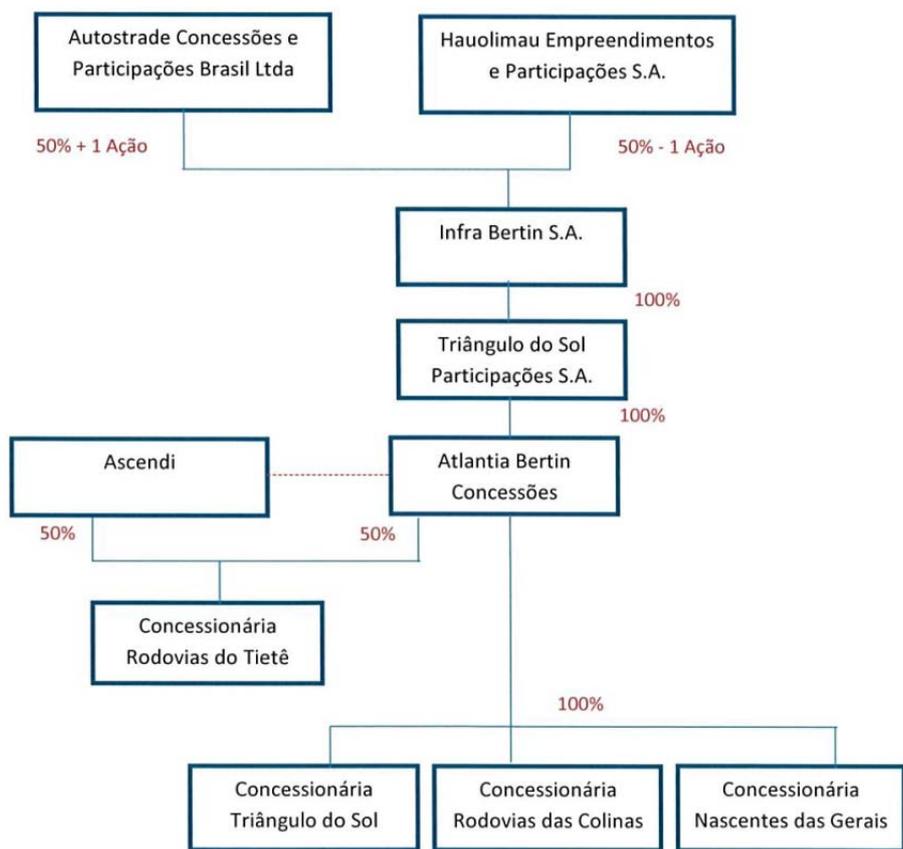
8.4 - Outras informações relevantes



Como resultado da Incorporação, a ABP foi extinta e a ABC sucedeu, de forma universal, todos os seus direitos e obrigações, incluindo a participação societária correspondente a 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela ABP.

Ademais, a Incorporação implicou também na alteração do controle indireto da Companhia, que passou a ser exercido pela Autostrade.

O organograma abaixo ilustra a atual estrutura societária do grupo societário da ABC, incluindo a Companhia, após a realização da Incorporação da ABP pela ABC:



8.4 - Outras informações relevantes

Não obstante a Incorporação tenha tido como resultado a alteração dos controles direto e indireto da Companhia, o acordo de acionistas da Companhia atualmente vigente não foi modificado e, portanto, não houve mudanças na sua atual estrutura de governança.

Esclarece-se que a estrutura de controle indireto é alterada por conta de o controle da Companhia antes compartilhado entre os Grupos Ascendi e Bertin passar a ser compartilhado entre os Grupos Ascendi e Atlantia.

A consumação da Incorporação foi sujeita à obtenção de prévia e expressa anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), nos termos da legislação aplicável. Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia protocolou perante a ARTESP pedido de anuência prévia para a realização da Incorporação da ABP pela ABC.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na Categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na Categoria B.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Rodoviasdotiete.net.br	Brasil	26/04/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Rodoviasdotiete.com.br	Brasil	03/04/2020	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Rodovias do Tietê registro nº 901951358, mista, classe 39	Brasil	02/10/2022	No âmbito administrativo, para este registro de marca, concedido em 02/10/2012, a perda dos direitos podem ocorrer de três formas: (i) ser contestado através de Processo Administrativo de Nulidade até 31/03/2013 e o INPI decidir pelo seu cancelamento por entender que a concessão está em desacordo com a Lei 9.279/96; (ii) Após 5 anos contados da concessão do registro, através de requerimento de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; e (iii) pela falta de pagamento da taxa de prorrogação. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de nossa marca, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento decenal de retribuições ao INPI.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não detém qualquer participação em sociedades.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes:

Bens da Concessão

Integram a Concessão todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do Sistema Rodoviário concedido à Companhia, a ela transferidos por ocasião do início da Concessão, bem como os bens adquiridos pela Companhia ao longo de todo o prazo da Concessão, que sejam utilizados na exploração do Sistema Rodoviário concedido.

A Companhia somente pode alienar os bens que integram a Concessão, não afetados em decorrência de sua destinação especial de utilização pelos usuários, se proceder à sua imediata substituição por outros bens com condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores às dos bens substituídos.

Nos últimos 5 (cinco) anos da Concessão, qualquer alienação e aquisição de bens pela Companhia dependerá de prévia e expressa autorização da ARTESP.

Os bens do Sistema Rodoviário, durante o prazo de concessão, incluindo os bens imóveis adquiridos pela Companhia para a realização dos serviços correspondentes a funções de ampliação, afetados em decorrência de sua destinação especial de utilização pelos usuários, não poderão ser a nenhum título cedidos, alienados ou onerados, nem arrendados ou dados em comodato, ou de qualquer modo, ser permitida sua ocupação, arresto, penhora ou qualquer providência dessa mesma natureza, exceto no caso de bem móvel quando oferecido em garantia de financiamento à sua aquisição.

Além disso, as receitas da Concessão só são penhoráveis se não houver impacto à prestação do serviço público.

Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário concedido que haviam sido transferidos à Companhia no início da Concessão ou que foram por ela implantados durante e no âmbito da Concessão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria informa que a Companhia é responsável pela concessão de trechos das rodovias: SP 101: Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença e Rodovia Bento Antônio de Moraes (km 0+000 ao km 71+250), SP 113: Rodovia Doutor João José Rodrigues (km 0+000 ao km 14+400), SP 209: Rodovia Professor João Hipólito Martins (km 0+000 ao km 21+090), SP 300: Rodovia Marechal Rondon (km 158+650 ao km 177+850) e SP 308: Rodovia do Açúcar (km 102+200 ao km 162+000), em um total de 406 quilômetros de extensão que passará para 415 quilômetros com a conclusão do Contorno de Piracicaba em 2013.

Informa a Diretoria ainda que grande parte da receita bruta obtida pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 (55,8%) advém da cobrança de pedágios. A arrecadação de pedágio está distribuída da seguinte forma entre as praças que a Companhia opera: 7,65% na praça de Conchas, 5,99% na praça de Anhembi, 19,75% na praça de Botucatu, 20,66% na praça de Areiópolis, 20,53% na praça de Agudos, 7,31% na praça de Monte Mor, 4,36% na praça de Rafard, 6,63% na praça de Salto e 7,12% na praça de Rio das Pedras. Outras fontes de receita, menos relevantes, são provenientes de exploração da faixa de domínio e transporte de cargas especiais pelas rodovias. Os fatores que influenciam a receita operacional líquida da Companhia são o volume e classe de veículos pedagiados, bem como as tarifas de pedágio, que são reajustadas anualmente pelo IPCA, conforme previsto no Contrato de Concessão. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 317,2 milhões, R\$ 275,2 milhões e R\$ 242,4 milhões, respectivamente, enquanto que o endividamento financeiro da Companhia foi de R\$ 1.068,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 627,1 milhões em 31 de dezembro de 2012 e de R\$ 481,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, excluindo-se o mútuo com os acionistas, que é subordinado às demais dívidas.

A Diretoria informa que o EBITDA, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram de R\$ 80,7 milhões, R\$ 83,9 milhões e R\$ 77,4 milhões, respectivamente. O resultado financeiro de 2013, de 2012 e 2011 foi uma despesa de R\$ 118 milhões, R\$ 78,1 milhões e R\$80,8 milhões, respectivamente. Com este EBITDA a Companhia obteve uma relação EBITDA sobre receita líquida com arrecadação de pedágio e acessória em nos anos de 2013, 2012 e 2011 de 46,1%, 51,85% e 53,34%, respectivamente. Já a relação de endividamento financeiro sobre EBITDA foi de 12,73X, 7,2X, 6,2X em 2013, 2012 e 2011, respectivamente.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implantar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, tendo em vista a sua forte geração de caixa e capacidade de se financiar, caso haja necessidade.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Companhia possui sua estrutura de capital alavancada e, conforme o Contrato de Concessão, não poderá reduzir o seu capital, a nenhum título, ou adquirir as suas próprias ações sem prévia e expressa autorização da ARTESP.

A Diretoria informa que o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 163,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 188,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 e de R\$ 207,4 milhões em 31

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de dezembro de 2011. O endividamento financeiro da Companhia era de R\$ 1.068,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 627,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, e de R\$ 481,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, excluindo-se o mútuo com os acionistas, que é subordinado às demais dívidas.

Já a relação entre dívida líquida (R\$ 717,4 milhões em 2013, R\$ 579,1 milhões em 2012 e R\$ 454,1 milhões em 2011) e patrimônio líquido passou de 2,19 em 31 de dezembro de 2011 para 3,08 em 31 de dezembro de 2012 e para 4,42 em 31 de dezembro de 2013. A Administração considera esta relação adequada diante do perfil da dívida atual de longo prazo e estágio inicial da empresa. A Companhia não possui, até o presente momento, ações negociadas em bolsas de valores.

(i) hipóteses de resgate

Com relação à possibilidade de resgate de ações ou quotas, a Diretoria informa que não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento, ou seja, que a estrutura de capital da Companhia não contempla hipóteses de resgate de ações.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria informa que este subitem não é aplicável, uma vez que informou no subitem anterior sobre a inexistência de hipóteses de resgate.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das suas atividades operacionais; (ii) aportes de capital próprio, (iii) empréstimos e financiamentos e (iv) captações de recursos no mercado de capitais.

A Companhia já efetuou pagamento do valor de R\$ 517 milhões a título de outorga fixa, conforme item 10.3 do edital da Concessão. Além disso, a Companhia assumiu obrigações de pagar uma outorga variável correspondente a 3% de sua receita bruta até o final do período de concessão e de efetuar investimentos de infraestrutura conforme previsto no Contrato de Concessão.

O endividamento financeiro da Companhia era de R\$ 1.068,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$ 627,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, e de R\$ 481,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, excluindo-se o mútuo com os acionistas, que é subordinado às demais dívidas.

O perfil atual de endividamento da Companhia é de longo prazo, sendo que o saldo do endividamento financeiro, composto basicamente por debêntures, em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.068,2 milhões.

Os Diretores entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações. Para fazer frente aos investimentos e aos compromissos assumidos a Companhia entende que possui plenas condições de buscar fontes de recursos para alongar o perfil de sua dívida e adequar a capacidade de geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria informa que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a própria geração do fluxo de caixa operacional. Quando houve necessidade de financiamento para capital de giro a Companhia utilizou-se de instrumentos usualmente utilizados pelo mercado, contratados junto a bancos comerciais de seu relacionamento.

Os recursos iniciais destinados ao desenvolvimento dos serviços delegados por meio do Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente foram obtidos via financiamento com bancos comerciais e de sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

A estrutura inicial de financiamento da Concessão contemplou a concessão de um empréstimo-ponte à Companhia no valor total de R\$ 340 milhões, sendo que o Banco do Brasil e o Banco Espírito Santo concederam R\$ 170 milhões cada um. Tal operação foi efetivada por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") pela Companhia.

No primeiro semestre de 2010, os bancos ABC e Votorantim ingressaram na sindicalização, concedendo R\$ 30 milhões e R\$ 39 milhões cada um, respectivamente, porém sem alterar o montante total do empréstimo.

A data de vencimento deste financiamento foi alterada de 08 de outubro de 2010 para 08 de dezembro de 2010, e foram acrescentados novos valores ao montante total, R\$ 10 milhões pelo ABC e R\$ 7 milhões pelo Votorantim.

Conforme estabelecido no contrato de empréstimo-ponte, a Companhia estava obrigada a manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 57/43, obedecendo ao critério *pari passu* em relação aos desembolsos realizados. Como o valor inicial do financiamento era de R\$ 340 milhões, a Companhia deveria aportar aproximadamente R\$ 256,5 milhões, valor este que foi integralmente aportado ao longo dos 17 meses iniciais da Concessão.

A Companhia realizou, em dezembro de 2010, uma emissão de 135 notas promissórias comerciais, divididas em 3 séries, no valor total de R\$ 450 milhões, com vencimento em 180 dias após a data de emissão. Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento ("Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão"). Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das cédulas de crédito bancário emitidas pela Companhia no âmbito (a) do Contrato de Abertura de Crédito para Concessão de Financiamento celebrado em 16 de abril de 2009, com posteriores aditamentos, entre a Emissora, Banco do Brasil, Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Cibe Rodovias e Participações S.A., Equipav S.A. – Pavimentação, Engenharia e Comércio, Empate Engenharia e Comércio Ltda., Controlpav Participação e Administração Ltda., Opway Engenharia S.A., Leão & Leão Ltda. e Heber Participações S.A ("Contrato de Financiamento BB") e (b) e do Contrato de Abertura de Crédito para Concessão de Financiamento celebrado em 16 de abril de 2009, com posteriores aditamentos, entre a Companhia, a Ascendi Group SGPS S.A., BES, e Empreendimentos S.A., Cibe Rodovias e Participações S.A., Equipav S.A. – Pavimentação, Engenharia e Comércio, Empate Engenharia e Comércio Ltda., Controlpav Participação e Administração Ltda., Opway Engenharia S.A., Leão & Leão Ltda. e Heber Participações S.A ("Contrato de Financiamento BES" e, em conjunto com o Contrato de Financiamento BB, os "Contratos de Financiamento"), aos quais posteriormente aderiram Banco ABC e Banco Votorantim, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão contavam com as seguintes garantias (i) aval da Heber Participações S.A. ("Heber"), Leão & Leão Ltda. ("Leão") e Ascendi International Holding B.V. ("Ascendi") para as notas promissórias comerciais da primeira série, segunda série e terceira série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão.

Ademais, a Companhia realizou, em junho de 2011, uma emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 séries, no valor total de R\$ 484,2 milhões, com vencimento em 180 dias após a data de emissão ("Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão"). Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

As Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão contavam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da primeira série, segunda série e terceira série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, a Companhia deveria manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 75/25.

Em dezembro de 2011 ocorreu a emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 séries, no valor total de R\$ 484,2 milhões, com vencimento em 180 dias após a data de emissão ("Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão"). Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

As Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão contavam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da primeira série, segunda série e terceira série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, a Companhia deveria manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 75/25. Com a transferência das ações da Leão & Leão Ltda. para a Ascendi, realizada em 2012, houve também a transferência dos avais e garantias.

Em 24 de julho de 2012, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da Quarta Emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"). A emissão foi realizada em 13 de agosto de 2012, composta por 60 notas promissórias comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, totalizando R\$600 milhões ("Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão"), a serem amortizadas em 360 dias contados da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão. Como garantias foram oferecidas a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia e a cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia emergentes da concessão objeto do Contrato de Concessão.

Por fim, em 13 de maio de 2013, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a , a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$1.065.000, remuneradas pela variação do IPCA +juros anuais de 8%. O prazo de vigência é de 15 anos, contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028,e com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro utilizadas, a Diretoria indica verificar item “f” a seguir.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Para os futuros investimentos e para a amortização da dívida de curto prazo a Companhia emitiu, no primeiro semestre de 2013, debêntures ofertadas publicamente, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), no montante de R\$ 1.065.000.000,00.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Os níveis de endividamento e características das dívidas da companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são:

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2013	31/12/2012
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	20.241
Notas promissórias	-	603.605
Empréstimos	37.797	-
Debêntures	3.336	-
Credor pela concessão	257	578
Obrigações tributárias	2.242	2.922
Obrigações trabalhistas	3.737	3.586
Instrumento financeiro derivativo	-	23.454
Provisões	829	3.658
Outros passivos	228	296
Total do Passivo Circulante	70.990	658.340
Não circulante		
Provisões	36.314	19.266
Debêntures	1.027.049	-
Mútuos a pagar a partes relacionadas	45.191	41.615
Outros passivos	2.698	2.925
Total do Passivo Não Circulante	1.111.252	63.806
TOTAL	1.182.242	722.146
PATRIMONIO LÍQUIDO	163.220	188.182
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO	7,243242250	3,837487114

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

		Em 31.12.2013	Em 31.12.2012	Em 31.12.2011	Em 31.12.2010
Modalidade - Credor, Tomador	Indexador	em R\$ milhões			
Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão	100% CDI + 3,7% a.a. Spread	-	-	-	449,5
Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão	100% CDI + 3,7% a.a. Spread	-	-	481,4	-
Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão	100% CDI + 3,7% a.a. Spread	-	603,6	-	-
1ª Emissão de Debêntures Públicas	100% IPCA + 8% a.a. Spread	1.030,4			

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Notas Promissórias de Primeira Emissão foram liquidadas em junho de 2011 e substituídas pelas Notas Promissórias de Segunda Emissão.

As Notas Promissórias de Segunda Emissão foram liquidadas em dezembro de 2011 e substituídas pelas Notas Promissórias de Terceira Emissão, que foram quitadas em agosto de 2012, substituídas pelas Notas Promissórias de Quarta Emissão.

As Notas Promissórias de Quarta Emissão foram liquidadas em julho de 2013 e substituídas pelas 1ª Emissão de Debêntures Públicas, com vencimento em 15 de junho de 2028.

Em 31 de dezembro de 2013 o endividamento financeiro da Companhia era oriundo, em sua totalidade, das debêntures.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia ofereceu garantias reais aos detentores das Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão. Os detentores das Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão possuem, portanto, até o valor dos respectivos bens dados em garantia, prioridade com relação aos demais credores no caso de falência da Companhia, nos termos da legislação falimentar, preferindo-lhes apenas os credores de eventual crédito trabalhista, até o limite de 150 salários mínimos por trabalhador.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Conforme previsto na escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures, a Companhia deverá manter uma relação de dívida sobre capital próprio de 85/15 até dezembro de 2018 e de 75/25 a partir de dezembro de 2018 até a amortização total das debêntures, além de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") igual ou superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) e calculado, a partir (e inclusive) do semestre encerrado em 30 de junho de 2015 até a data de vencimento.

A escritura de emissão das debêntures trazem, ainda, restrições à Companhia quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e quanto à alienação total ou parcial de equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 2/3 dos titulares das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação, excetuando-se as alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, cujos montantes sejam inferiores a 2% do ativo não circulante da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras anuais ou intercalares disponíveis da Companhia, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das debêntures;

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui limites nos financiamentos já contratados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

As informações financeiras da Companhia referentes às demonstrações de resultados, aos balanços patrimoniais e aos fluxos de caixa os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 são derivados das Demonstrações Financeiras, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS. As análises apresentadas abaixo são oriundas de comentários de Diretores da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**Comparação das demonstrações do resultado para exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos resultados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (valores expressos em milhares de reais).

	31.12.2013	A.V	A.H	31.12.2012	A.V
Receita operacional líquida	317.206	100,0%	15,2%	275.247	100,0%
Custos dos serviços prestados	(232.986)	73,4%	27,4%	(182.878)	66,4%
Lucro bruto	84.220	26,6%	-8,8%	92.369	33,6%
Despesas (receitas) operacionais:					
Gerais e administrativas	(21.426)	6,8%	-6,6%	(22.947)	8,3%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	72	0,0%	-150,3%	(143)	0,1%
	(21.354)	6,7%	-7,5%	(23.090)	8,4%
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	62.866	19,8%	-9,3%	69.279	25,2%
Despesas financeiras	(140.415)	44,3%	59,8%	(87.879)	31,9%
Receitas financeiras	22.434	7,1%	129,4%	9.779	3,6%
	(117.981)	37,2%	51,1%	(78.100)	28,4%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(55.115)	17,4%	524,8%	(8.821)	3,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.781	5,9%	1842,2%	967	0,4%
Prejuízo do exercício	(36.334)	11,5%	362,6%	(7.854)	2,9%

Receita Operacional Líquida

A Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 317.206 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, que corresponde a um aumento de R\$ 41.959 mil, ou 15,2%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, em que a receita operacional líquida foi de R\$ 275.247 mil.

Do total de receita líquida tem-se:

- R\$ 186.110 mil foi resultado da receita bruta de arrecadação de pedágio em 2013, comparado a R\$ 172.442 mil em 2012. Segundo a Diretoria da Companhia, apesar da não atualização dos preços dos pedágios em junho de 2013, essa variação positiva de 7,9% deve-se à implementação do sistema de cobrança dos eixos suspensos e do crescimento no tráfego.

- R\$ 142.238 mil foi resultado da receita bruta de serviços de construção em 2013, comparado a R\$ 113.479 mil em 2012. Segundo os Diretores da Companhia, essa variação positiva de 25,3% deve-se ao avanços nas obras do Contorno de Piracicaba e na duplicação da SP-101 e SP-308.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- R\$ 5.432 mil foi resultado das receitas acessórias brutas em 2013, comparado a R\$ 4.800 mil em 2012. Esse aumento de R\$632 mil deve-se, segundo os Diretores da Companhia, à assinatura de novos contratos de aluguel de fibra ótica;
- R\$ 16.574 mil foi resultado de impostos incidentes sobre os serviços prestados (ISS, PIS e COFINS) em 2013, comparado a R\$ 15.474 mil em 2012.

Custos dos Serviços Prestados

Os custos de serviços prestados totalizaram R\$232.986 mil em 2013, que corresponde a um aumento de R\$50.108 mil, ou 27,4%, em relação a 2012, em que os custos dos serviços prestados totalizaram R\$182.878 mil.

Esta variação de R\$50.108 mil nos custos dos serviços prestados advém, segundo os Diretores da Companhia, de:

- um aumento de R\$28.759 mil nos custos com serviços de construção, que totalizaram R\$142.238 mil em 2012 comparado a R\$ 113.479 mil em 2012. Esses serviços de construção são relacionados às obras previstas no Contrato de Concessão e detalhadas no tópico acima.
- um aumento de R\$21.349 mil nos custos operacionais, principalmente pelo aumento da provisão para manutenção em rodovias no montante de R\$ 9.474 mil, pelo início da manutenção das rodovias vicinais, gerando um aumento de R\$ 3.228 mil em Serviços de Terceiros e de R\$ 4.069 mil em Manutenção e Conservação aumento nas amortizações e depreciações, em R\$ 3.192 mil que são calculadas segundo a curva de tráfego esperada na concessão, além de aumento de R\$ 1.386 mil em outras despesas operacionais necessários para a gestão da Concessionária.

Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou lucro bruto no montante de R\$84.220 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 o lucro bruto foi de R\$92.369 mil, ou seja, uma diminuição de R\$ 8.149 mil.

Despesas (Receitas) Operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou despesas operacionais no montante de R\$21.353 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 as despesas operacionais totalizaram R\$23.090 mil, ou seja, uma diminuição de R\$1.737 mil, devido, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, à diminuição nas despesas gerais e administrativas, conforme explicado abaixo.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 21.426 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 22.947 mil, ou seja, uma redução de R\$ 1.521 mil, devido, principalmente, segundo os Diretores da Companhia, às menores despesas com seguros e garantias exigidos pelo contrato de concessão, dada a maior capacidade operacional da Concessionária.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, as outras receitas operacionais foram de R\$ 72 mil enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 houve uma despesa de R\$ 143 mil. Essa variação negativa de R\$ 215 mil, segundo os Diretores da Companhia, deve-se basicamente ao pagamento menor pagamento de taxas de importação de equipamentos em 2013.

Lucro Antes das Despesas e Receitas Financeiras

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro antes das despesas e receitas financeiras diminuiu 9,3%, passando de R\$ 69.279 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 62.866 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Despesas Financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, as despesas financeiras totalizaram R\$ 140.415 mil, que corresponde a um aumento de R\$ 52.536 mil em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 em que as despesas financeiras totalizaram R\$ 87.879 mil. O aumento dessas despesas, segundo os Diretores da Companhia, deve-se à emissão das debêntures de longo prazo no montante de R\$ 1.065.000 mil, alterando o montante total e as características da dívida de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2012.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram R\$ 12.655 mil, passando de R\$ 9.779 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 22.434 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013. Este aumento ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, pelo reconhecimento de ganho em operação com derivativo, além de maior caixa disponível para aplicação com a emissão das debêntures em 15 de junho de 2013.

Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Como resultado dos fatores acima expostos, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 8.821 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 55.115 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 967 mil em 2012, para R\$ 18.781 mil em 2013. Esta variação está relacionada, principalmente, ao prejuízo apurado nos exercícios.

Prejuízo do Exercício

Em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia obteve um prejuízo líquido de R\$ 36.334 mil, que representa um aumento de R\$ 28.480 mil em comparação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, em que o prejuízo líquido foi de R\$ 7.854 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais geraisComparação das nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos resultados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (valores expressos em milhares de reais).

	31.12.2012	A.V	A.H	31.12.2011	A.V
Receita operacional líquida	275.247	100,0%	13,5%	242.405	100,0%
Custos dos serviços prestados	(182.878)	66,4%	13,1%	(161.748)	66,7%
Lucro bruto	92.369	33,6%	14,5%	80.657	33,3%
Despesas (receitas) operacionais:					
Gerais e administrativas	(22.947)	8,3%	42,1%	(16.154)	6,7%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(143)	0,1%	-380,4%	51	0,0%
	(23.090)	8,4%	43,4%	(16.103)	6,6%
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	69.279	25,2%	7,3%	64.554	26,6%
Despesas financeiras	(87.879)	31,9%	-0,6%	(88.421)	36,5%
Receitas financeiras	9.779	3,6%	27,9%	7.648	3,2%
	(78.100)	28,4%	-3,3%	(80.773)	33,3%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.821)	3,2%	-45,6%	(16.219)	6,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	967	0,4%	-80,7%	5.018	2,1%
Prejuízo do exercício	(7.854)	2,9%	-29,9%	(11.201)	4,6%

Receita Operacional Líquida

A Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 275.247 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, que corresponde a um aumento de R\$ 32.842 mil, ou 13,5%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em que a receita operacional líquida foi de R\$ 242.405 mil.

Do total de receita líquida tem-se:

- R\$ 172.442 mil foi resultado da receita bruta de arrecadação de pedágio em 2012, comparado a R\$ 158.685 mil em 2011. Segundo a Diretoria da Companhia essa variação positiva de 8,7% deve-se ao reajuste de 5,5% das tarifas de pedágio em julho de 2012, além de 3,2% de crescimento no tráfego;
- R\$ 113.479 mil foi resultado da receita bruta de serviços de construção em 2012, comparado a R\$ 97.350 mil em 2011. Segundo os Diretores da Companhia, essa variação positiva de 16,6% deve-se ao início das obras do Contorno de Piracicaba e à duplicação da SP-101 e SP-308.
- R\$ 4.800 mil foi resultado das receitas acessórias brutas em 2012, comparado a R\$ 580 mil em 2011. Esse aumento de R\$4.220 mil deve-se, segundo os Diretores da Companhia, à assinatura em 2012 do contrato anual de aluguel de fibra ótica com a Embratel;
- R\$ 15.474 mil foi resultado de impostos incidentes sobre os serviços prestados (ISS, PIS e COFINS) em 2012, comparado a R\$ 14.210 mil em 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custos dos Serviços Prestados

Os custos de serviços prestados totalizaram R\$182.878 mil em 2012, que corresponde a um aumento de R\$21.130 mil, ou 13,1%, em relação a 2011, em que os custos dos serviços prestados totalizaram R\$161.748 mil.

Esta variação de R\$21.130 mil nos custos dos serviços prestados advém, segundo os Diretores da Companhia, de:

- um aumento de R\$16.129 mil nos custos com serviços de construção, que totalizaram R\$113.479 mil em 2012 comparado a R\$ 97.350 mil em 2011. Esses serviços de construção são relacionados às obras previstas no Contrato de Concessão.
- um aumento de R\$5.001 mil nos custos operacionais, principalmente pelo aumento da provisão para manutenção em rodovias no montante de R\$ 7.540 mil, que foi compensado parcialmente pela redução nos gastos com manutenção e conservação no montante de R\$ 1.844 mil.

Lucro Bruto

Em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou lucro bruto no montante de R\$92.369 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 o lucro bruto foi de R\$80.657 mil, ou seja, um aumento de R\$ 11.712 mil.

Despesas (Receitas) Operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou despesas operacionais no montante de R\$23.090 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 as despesas operacionais totalizaram R\$16.103 mil, ou seja, um aumento de R\$6.987 mil, devido, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, ao aumento nas despesas gerais e administrativas, conforme explicado abaixo.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 22.947 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 16.154 mil, ou seja, um aumento de R\$ 6.793 mil, devido, principalmente, segundo os Diretores da Companhia, ao reajuste inflacionário de materiais e serviços contratados, além de aumento nos seguros e garantias de operação, exigidas pelo contrato de concessão.

Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, as outras despesas operacionais foram de R\$ 143 mil enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 houve uma receita de R\$ 51 mil. Essa variação de R\$ 194 mil, segundo os Diretores da Companhia, deve-se basicamente ao pagamento de impostos sobre importação de equipamentos em 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Antes das Despesas e Receitas Financeiras

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro antes das despesas e receitas financeiras aumentou 7,3%, passando de R\$ 64.554 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 69.279 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Despesas Financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, despesas financeiras totalizaram R\$ 87.879 mil, que corresponde a uma redução de R\$ 542 mil em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 em que as despesas financeiras totalizaram R\$ 88.421 mil. A redução dessas despesas, segundo os Diretores da Companhia, deve-se a menor taxa de juros incidente sobre a dívida de curto prazo.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras aumentaram R\$ 2.131 mil, passando de R\$ 7.648 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 9.779 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Este aumento ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, pelo reconhecimento de ganho em operação com derivativo, em 2012, de R\$ 7.780 mil, cujo impacto foi minimizado pela redução das receitas auferidas com rendimentos sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 5.684 mil (R\$ 7.604 mil em 2011 e R\$ 1.920 mil em 2012).

Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Como resultado dos fatores acima expostos, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 16.219 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 8.821 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 5.018 mil em 2011, para R\$ 967 mil em 2012. Esta variação está relacionada, principalmente, ao prejuízo apurado nos exercícios.

Prejuízo do Exercício

Em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia obteve um prejuízo líquido de R\$ 7.854 mil, que representa uma redução de R\$ 3.347 mil em comparação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em que o prejuízo líquido foi de R\$ 11.201 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇO PATRIMONIAL****Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 (valores expressos em milhares de reais).

	31/12/2013	A.V	A.H	31/12/2012	A.V
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.673	0,2%	-94,4%	47.951	5,3%
Aplicações financeiras vinculadas	93.262	6,9%	0,0%	-	0,0%
Contas a receber	16.759	1,2%	18,7%	14.118	1,6%
Despesas antecipadas	2.018	0,1%	-52,8%	4.273	0,5%
Tributos a recuperar	5.454	0,4%	42,3%	3.834	0,4%
Outros ativos	1.253	0,1%	171,2%	462	0,1%
Total do Ativo Circulante	121.419	9,0%	71,9%	70.638	7,8%
Não circulante					
Contas a receber	-	0,0%	-100,0%	3.716	0,4%
Aplicações financeiras vinculadas	254.838	18,9%	0,0%	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.018	2,0%	91,7%	14.094	1,5%
Despesas antecipadas	239	0,0%	-74,9%	951	0,1%
Imobilizado	9.030	0,7%	-1,2%	9.142	1,0%
Intangível	932.918	69,3%	14,9%	811.787	89,2%
Total do Ativo não Circulante	1.224.043	91,0%	45,8%	839.690	92,2%
Total do Ativo	1.345.462	100,0%	47,8%	910.328	100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	31/12/2013	A.V	A.H	31/12/2012	A.V
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e prestadores de serviços	22.564	1,7%	11,5%	20.241	2,2%
Notas promissórias	-	0,0%	-100,0%	603.605	66,3%
Empréstimos	37.797	2,8%	0,0%	-	0,0%
Debêntures	3.336	0,2%	0,0%	-	0,0%
Credor pela concessão	257	0,0%	-55,5%	578	0,1%
Obrigações tributárias	2.242	0,2%	-23,3%	2.922	0,3%
Obrigações trabalhistas	3.737	0,3%	4,2%	3.586	0,4%
Instrumento financeiro derivativo	-	0,0%	-100,0%	23.454	2,6%
Provisões	829	0,1%	-77,3%	3.658	0,4%
Outros passivos	228	0,0%	-23,0%	296	0,0%
Total do Passivo Circulante	70.990	5,3%	-89,2%	658.340	72,3%
Não circulante					
Provisões	36.314	2,7%	88,5%	19.266	2,1%
Debêntures	1.027.049	76,3%	0,0%	-	0,0%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	45.191	3,4%	8,6%	41.615	4,6%
Outros passivos	2.698	0,2%	-7,8%	2.925	0,3%
Total do Passivo Não Circulante	1.111.252	82,6%	1641,6%	63.806	7,0%
Total do passivo	1.182.242	87,9%	63,7%	722.146	79,3%
Patrimônio líquido					
Capital social integralizado	223.578	16,6%	0,0%	223.578	24,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	-	0,0%	-100,0%	(11.372)	-1,2%
Prejuízos acumulados	(60.358)	-4,5%	151,2%	(24.024)	-2,6%
Total do patrimônio líquido	163.220	12,1%	-13,3%	188.182	20,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.345.462	100,0%	47,8%	910.328	100,0%

Ativo Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 121.419 mil em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$ 50.781 mil se comparado ao total em 31 de dezembro de 2012, que era de R\$ 70.638 mil, principalmente pelo aumento de aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures em caixa.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 2.673 mil em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$ 45.278 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 47.951 mil. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente da transferência dos certificados de depósito bancário – CDB's para a conta de aplicações financeiras vinculadas.

Aplicações Financeiras Vinculadas

O saldo de R\$ 93.262 mil em aplicações financeiras vinculadas refere-se às contas reservas de debêntures com possibilidade de saque em até um ano para pagamento de compromissos financeiros ou pela alteração na estimativa de fluxo de caixa futuro da Companhia no que tange os investimentos no ativo intangível e nos custos operacionais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber era de R\$16.759 mil, um aumento de R\$2.641 mil em relação ao saldo de R\$14.118 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, decorre dos valores a receber do pedágio eletrônico uma vez que, estes vencem em até 45 dias não existindo créditos em atraso em 31 de dezembro de 2013.

Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 2.018 mil, uma redução de R\$ 2.255 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 4.273 mil. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é oriunda dos prêmios pagos aos seguros relacionados aos riscos operacionais, aos riscos de engenharia e às garantias sobre arrecadação que são pagos à vista e apropriados no resultado pelo tempo de vigência da apólice.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2013 era de R\$5.454 mil, um aumento de R\$1.620 mil, comparado ao saldo de tributos a recuperar de R\$ 3.834 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, está relacionado ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos das aplicações financeiras.

Outros Ativos

O saldo de outros ativos em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.253 mil, um acréscimo de R\$791 mil, comparado ao saldo de outros ativos de R\$ 462 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente do maior saldo com adiantamento de férias e empréstimos consignados.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante totalizou R\$1.224.043 mil em 31 de dezembro de 2013, um acréscimo de R\$384.353 mil, comparado ao total em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 839.690 mil, principalmente, pelo aumento do ativo intangível e aplicações financeiras vinculadas, conforme explicado abaixo.

Contas a Receber

Refere-se a tarifas não recebidas durante a suspensão da cobrança das tarifas entre os dias 18 e 24 de novembro de 2009, da praça de pedágio situada no município de Conchas, e entre os dias 20 e 24 de novembro de 2009, das demais praças, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Segundo os Diretores, a Companhia pleiteia o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio. Uma vez que a Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias, e, dessa forma, o reequilíbrio econômico e financeiro é devido e previsto no Contrato de Concessão, a Administração não espera incorrer em perdas financeiras decorrente desses valores. Contudo, baseada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem que atualmente o mais provável é que a Companhia recupere os valores via compensação com

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

obras a serem realizadas ou extensão do prazo de concessão, a Companhia, baixou as contas a receber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Aplicações Financeiras Vinculadas

O saldo de R\$ 254.838 mil em aplicações financeiras vinculadas refere-se às contas reservas de debêntures com possibilidade de saque superiores há um ano para pagamento de compromissos financeiros ou pela alteração na estimativa de fluxo de caixa futuro da Companhia no que tange os investimentos no ativo intangível e nos custos operacionais.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 27.018 mil, ou seja, um aumento de R\$ 12.924 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 14.094 mil. Este aumento, segundo os Diretores da Companhia, deve-se às diferenças temporárias e aos impostos diferidos registrados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Imobilizado

O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 9.030 mil, ou seja, uma diminuição de R\$ 112 mil, comparada ao saldo de R\$ 9.142 mil em 31 de dezembro de 2012. A redução, segundo os Diretores da Companhia, deve-se, principalmente, à depreciação da nova sede administrativa na Rodovia SP-308 – Comendador Mario Dedini.

Intangível

O ativo intangível aumentou de R\$ 811.787 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 932.918 mil em 31 de dezembro de 2013. O aumento de R\$ 121.131 mil no saldo do ativo intangível ocorreu, segundo os diretores da Companhia, principalmente, pela evolução de obras, tais como o Contorno de Piracicaba e a Duplicação da SP-101 e SP-308 com previsão de término durante o ano de 2014.

Passivo Circulante

O passivo circulante totalizou R\$ 70.990 mil em 31 de dezembro de 2013, uma diminuição de R\$ 587.350 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 658.340 mil. De acordo com os Diretores da Companhia, essa diminuição é decorrente, principalmente, pela liquidação das notas promissórias (4ª emissão) através da emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total das debêntures era de R\$1.030.385, sendo o montante de R\$ 3.336 classificados no passivo circulante.

Fornecedores e Prestadores de Serviços

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços totalizaram R\$ 22.564 mil, um aumento de R\$ 2.323 mil, comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2012 de R\$ 20.241 mil. Esse aumento ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, pelo avanço nas obras de construção e ampliação da infraestrutura, executadas pela Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Notas Promissórias

O saldo de notas promissórias era de R\$ 603.605 mil em 31 de dezembro de 2012 e tornou-se nulo em 31 de dezembro de 2013. A liquidação das notas promissórias ocorreu, concomitantemente com a emissão de debêntures em junho de 2013.

Empréstimos

O saldo de R\$ 37.797 mil de empréstimo decorre de linha de capital de giro de curto prazo, contratada junto ao Banco Itaú S.A., com limite máximo de R\$ 50 milhões, vencimento em 365 dias e autorizada pela escritura de emissão das debêntures e utilizada para desvios no fluxo de caixa da Companhia no curto prazo.

Debêntures

Em 15 de junho de 2013 foram emitidas 1.065.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 1.065.000 mil com vencimento em 15 anos, atualizado com 100% do IPCA + 8% de spread ao ano e pagamento de juros semestral. Em 15 de dezembro de 2013, foi realizado o primeiro pagamento de juros e o montante de R\$ 3.336 mil refere-se a atualização de juros entre 15 de dezembro e 31 de dezembro de 2013 e que serão pagos em 15 de junho de 2014.

Credor pela Concessão

Desde outubro de 2010, com a quitação da outorga fixa, o único valor devido pela Companhia ao poder concedente é a outorga variável, calculada em 3% sobre as receitas de pedágio e acessórias a ser paga no mês subsequente à arrecadação. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a pagar ao credor pela concessão era de R\$ 257 mil, comparado ao saldo de R\$ 578 mil em 31 de dezembro de 2012. Essa diminuição ocorreu, pois ao não reajustar as tarifas de pedágio em julho de 2013, conforme prevê o contrato de concessão, o poder concedente permitiu às concessionárias cobrar os eixos suspensos, bem como uma diminuição na alíquota da outorga variável de 3% para 1,5%.

Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo das obrigações tributárias era de R\$ 2.242 mil, não tendo ocorrido variações significativas, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 2.922 mil.

Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo das obrigações trabalhistas era de R\$ 3.737 mil, não tendo ocorrido variações significativas, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 3.586 mil.

Instrumento Financeiro Derivativo

Em 2012 com a emissão da 4ª série de Notas Promissórias, foi emitido um instrumento financeiro derivativo para evitar flutuações entre taxas de juros, IPCA e CDI. Com a quitação das notas promissórias com a emissão das debêntures o instrumento financeiro derivativo foi liquidado e, portanto, o saldo em 31 de dezembro de 2013 é nulo. Atualmente a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisões

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de provisões no passivo circulante era de R\$ 829 mil, comparado ao saldo de R\$ 3.658 mil em 31 de dezembro de 2012. Essa diminuição, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente do término da 1ª Intervenção no pavimento ocorrida em 2013 e cujos valores estavam provisionados.

Outros Passivos

O saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 228 mil, uma redução de R\$ 68 mil, comparado ao saldo de R\$ 296 mil em 31 de dezembro de 2012. Na opinião dos Diretores da Companhia não houve variação significativa nestes saldos.

Passivo não Circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 1.111.252 mil em 31 de dezembro de 2013, um acréscimo de R\$1.047.446 mil, comparado ao total em 31 de dezembro de 2012, que era de R\$ 63.806 mil, este acréscimo significativo deve-se quase a sua totalidade ao saldo das debêntures a pagar. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total das debêntures era de R\$1.030.385, sendo o montante de R\$1.027.049 no não circulante.

Provisões

O saldo de provisões no passivo não circulante aumentou de R\$ 19.266 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 36.314 mil em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente, principalmente, do aumento na provisão para manutenção de rodovias que se iniciam em 2017.

Debêntures

Em 15 de junho de 2013 foram emitidas 1.065.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 1.065.000 mil com vencimento em 15 anos, atualizado com 100% do IPCA + 8% de spread ao ano e pagamento de juros semestral. No passivo circulante está contabilizado o principal atualizado pelo IPCA, compensado parcialmente pelas despesas de emissão que são apropriadas ao resultado durante o prazo de vigência das Debêntures.

Mútuos a Pagar a Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de mútuos a pagar a partes relacionadas era de R\$ 45.191 mil, um aumento de R\$ 3.576 mil, comparado ao saldo de R\$ 41.615 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, refere-se à atualização dos juros sobre o saldo principal.

Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de outros passivos era de R\$ 2.698 mil e R\$ 2.925 mil em 31 de dezembro de 2012, não tendo ocorrido variações significativas, segundo os Diretores da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido diminuiu 13,3% ou R\$ 24.962 mil, passando de R\$ 188.182 mil em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 163.220 mil em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, pelo prejuízo reconhecido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 36.334 mil, compensado, parcialmente, pela reclassificação do instrumento financeiro derivativo para o resultado no montante de R\$ 11.372 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais geraisComparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em milhares de reais).

	31/12/2012	A.V	A.H	31/12/2011	A.V
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	47.951	5,3%	75,3%	27.347	3,5%
Contas a receber	14.118	1,6%	42,5%	9.909	1,3%
Despesas antecipadas	4.273	0,5%	388,9%	874	0,1%
Tributos a recuperar	3.834	0,4%	112,1%	1.808	0,2%
Outros ativos	462	0,1%	-62,4%	1.230	0,2%
Total do Ativo Circulante	70.638	7,8%	71,6%	41.168	5,2%
Não circulante					
Contas a receber	3.716	0,4%	0,0%	3.716	0,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.094	1,5%	93,9%	7.269	0,9%
Despesas antecipadas	951	0,1%	286,6%	246	0,0%
Imobilizado	9.142	1,0%	40,3%	6.515	0,8%
Intangível	811.787	89,2%	10,7%	733.510	92,6%
Total do Ativo não Circulante	839.690	92,2%	11,8%	751.256	94,8%
Total do Ativo	910.328	100,0%	14,9%	792.424	100,0%
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e prestadores de serviços	20.241	2,2%	-4,7%	21.249	2,7%
Notas promissórias	603.605	66,3%	25,4%	481.438	60,8%
Credor pela concessão	578	0,1%	7,2%	539	0,1%
Obrigações tributárias	2.922	0,3%	0,1%	2.920	0,4%
Obrigações trabalhistas	3.586	0,4%	2,3%	3.505	0,4%
Instrumento financeiro derivativo	23.454	2,6%	0,0%	-	0,0%
Provisões	3.658	0,4%	-84,3%	23.248	2,9%
Outros passivos	296	0,0%	7,6%	275	0,0%
Total do Passivo Circulante	658.340	72,3%	23,5%	533.174	67,3%
Não circulante					
Provisões	19.266	2,1%	83,8%	10.484	1,3%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	41.615	4,6%	9,0%	38.195	4,8%
Outros passivos	2.925	0,3%	-7,5%	3.163	0,4%
Total do Passivo Não Circulante	63.806	7,0%	23,1%	51.842	6,5%
Total do passivo	722.146	79,3%	23,4%	585.016	73,8%
Patrimônio líquido					
Capital social integralizado	223.578	24,6%	0,0%	223.578	28,2%
Ajuste de avaliação patrimonial	(11.372)	-1,2%	0,0%	-	0,0%
Prejuízos acumulados	(24.024)	-2,6%	48,6%	(16.170)	-2,0%
Total do patrimônio líquido	188.182	20,7%	-9,3%	207.408	26,2%
Total do passivo e patrimônio líquido	910.328	100,0%	14,9%	792.424	100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 70.638 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 29.470 mil comparado ao saldo de R\$ 41.168 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento é decorrente, principalmente do aumento em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, conforme explicado abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 47.951 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 20.604 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 27.347 mil. Esse acréscimo, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente do caixa gerado pelas atividades operacionais e de financiamento, que foi consumido parcialmente pelas atividades de investimento em 2012.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a receber era de R\$14.118 mil, um aumento de 42,5% em relação ao saldo de R\$9.909 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, decorre do reconhecimento da receita com aluguel de fibra ótica para a Embratel, cujo saldo de contas a receber de receitas acessórias em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 4.446 mil.

Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de despesas antecipadas era de R\$ 4.273 mil, um acréscimo de R\$3.399 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$874 mil. O acréscimo mencionado, segundo os Diretores da Companhia, é oriundo dos maiores prêmios pagos aos seguros relacionados aos riscos operacionais, aos riscos de engenharia e às garantias sobre arrecadação que são pagos à vista e apropriados no resultado pelo tempo de vigência da apólice.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2012 era de R\$3.834 mil, comparado ao saldo de tributos a recuperar de R\$1.808 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, está relacionado ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de aplicação financeira.

Outros Ativos

O saldo de outros ativos em 31 de dezembro de 2012 era de R\$462 mil, comparado ao saldo de outros ativos de R\$1.230 mil em 31 de dezembro de 2011. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente ao menor saldo com adiantamento de férias e empréstimos consignados.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante totalizou R\$839.690 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$88.434 mil, comparado ao saldo do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2011 de R\$751.256 mil, principalmente, pelo aumento do ativo intangível, conforme explicado abaixo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a Receber

O saldo das contas a receber de longo prazo era de R\$3.716 mil em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e refere-se, segundo os Diretores da Companhia, ao não recebimento das tarifas de pedágio em novembro de 2009, pelo atraso na liberação da ARTESP para a abertura dos pedágios, bem como pela liminar de Conchas que afetou a arrecadação durante três dias. Esse valor é passível de reequilíbrio econômico-financeiro e o pedido já foi feito à ARTESP, encontrando-se sob análise.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 14.094 mil, ou seja, um aumento de R\$ 6.825 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$ 7.269 mil. Este aumento, segundo os Diretores da Companhia, deve-se às diferenças temporárias e aos impostos diferidos registrados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Imobilizado

O saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 9.142 mil, comparado ao saldo de R\$ 6.515 mil em 31 de dezembro de 2011. O aumento, segundo os Diretores da Companhia, deve-se, principalmente, à construção da nova sede administrativa na Rodovia SP-308 – Comendador Mario Dedin.

Intangível

O ativo intangível aumentou de R\$ 733.510 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 811.787 mil em 31 de dezembro de 2012. O aumento de R\$ 78.277 mil no saldo do ativo intangível ocorreu, segundo os diretores da Companhia, principalmente, pela conclusão de obras, tais como o recapeamento das rodovias e início de outras como o Contorno de Piracicaba e a Duplicação da SP-101 e SP-308, que foi compensando pela amortização em 2012 de R\$ 13.871 mil.

Passivo Circulante

O passivo circulante totalizou R\$ 658.340 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 125.166 mil, comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011, de R\$ 533.174 mil, principalmente pelo aumento das notas promissórias de curto prazo com a emissão da quarta série de notas promissórias.

Fornecedores e Prestadores de Serviços

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços totalizaram R\$ 20.241 mil, uma redução de R\$ 1.008 mil, comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2011 de R\$ 21.249 mil. Esta redução ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, principalmente, pelo término do recapeamento em todas as rodovias administradas pela Companhia.

Notas Promissórias

O saldo de notas promissórias aumentou de R\$ 481.438 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 603.605 mil em 31 de dezembro de 2012. O aumento ocorreu, segundo os Diretores da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Companhia, principalmente, pela quarta emissão de notas promissórias que foi utilizada para o pagamento da terceira emissão de notas promissórias emitida em dezembro de 2011.

Credor pela Concessão

Desde outubro de 2010, com a quitação da outorga fixa, o único valor devido pela Companhia ao poder concedente é a outorga variável, calculada em 3% sobre as receitas de pedágio e acessórias a ser paga no mês subsequente à arrecadação. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a pagar ao credor pela concessão era de R\$ 578 mil, comparado ao saldo de R\$ 539 mil em 31 de dezembro de 2011.

Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo das obrigações tributárias era de R\$ 2.922 mil, não tendo ocorrido variação significativa, comparando-se ao saldo de R\$2.920 mil em 31 de dezembro de 2011.

Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de obrigações trabalhistas era de R\$ 3.586 mil, um aumento de 2,3% comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2011, que era de R\$ 3.505 mil, não tendo ocorrido variação significativa.

Instrumento Financeiro Derivativo

Em 06 de junho de 2012, para mitigar o risco de taxa de juros sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e spread de 3,7% ao ano, a Companhia contratou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um swap de taxa de juros, no qual a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores das taxas de juros variável (CDI e spread de 3,7%) e fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA) calculados com base no valor nominal de R\$600.000. Esse swap pretende dar cobertura (hedge) às notas promissórias a pagar, dessa forma, depois de considerar o efeito do swap de taxa de juros, as notas promissórias, que representam 94% do total do passivo exposto ao CDI, estão sujeitas a taxa fixa de juros. Em 01 de outubro de 2012, a Companhia decidiu por aplicar a contabilidade de hedge para o referido contrato, o qual foi designado formalmente como hedge de fluxo de caixa, pois os testes de eficácia demonstraram que esse hedge é altamente eficaz para compensar mudanças nos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2012, a efetividade foi de 96% e o saldo contabilizado como perda não realizada foi de R\$ 23.454 mil com contrapartida em despesas financeiras e no patrimônio líquido da Companhia.

Provisões

O saldo de provisões em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 3.658 mil, comparado ao saldo de R\$ 23.248 mil em 31 de dezembro de 2011. Essa redução, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente pela redução da provisão para investimentos em rodovias.

Outros Passivos

O saldo de outros passivos em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 296 mil comparado ao saldo de R\$ 275 mil em 31 de dezembro de 2011. Na opinião dos Diretores da Companhia, não houve variação significativa desses saldos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo não Circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 63.806 mil em 31 de dezembro de 2012, um acréscimo de R\$ 11.964 mil, comparado ao saldo de R\$ 51.842 mil em 31 de dezembro de 2011, principalmente pelo aumento das provisões e do mútuo a pagar a partes relacionadas, conforme comentado abaixo.

Provisões

O saldo de provisões no passivo não circulante aumentou de R\$ 10.484 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 19.266 mil em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento, segundo os Diretores da Companhia, é decorrente principalmente do aumento na provisão para manutenção de rodovias.

Mútuos a Pagar a Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de mútuos a pagar a partes relacionadas era de R\$ 41.615 mil, comparado ao saldo de R\$ 38.195 mil em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento de R\$ 3.420 mil, segundo os Diretores da Companhia, refere-se à atualização dos juros sobre o saldo principal.

Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de outros passivos era de R\$ 2.925 mil, comparado ao saldo de R\$ 3.163 mil em 31 de dezembro de 2011, não tendo ocorrido variação significativa, segundo os Diretores da Companhia.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido diminuiu 9,3% ou R\$ 19.226 mil, passando de R\$ 207.408 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$ 188.182 mil em 31 de dezembro de 2012. Essa redução ocorreu, segundo os Diretores da Companhia, pelo prejuízo reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 7.854 mil e pela perda sobre hedge de fluxo de caixa no montante de R\$ 11.372 mil referente ao contrato de swap de taxa de juros, líquida de efeitos tributários.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA****Comparação das demonstrações do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

A tabela abaixo apresenta o sumário dos valores relativos à demonstração do fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	71.531	85.645
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(477.900)	(115.891)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	<u>361.091</u>	<u>50.850</u>
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(45.278)	20.604
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>47.951</u>	<u>27.347</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>2.673</u></u>	<u><u>47.951</u></u>

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 71.531 mil em 2013, o que representa uma redução de R\$ 14.114 mil quando comparado ao caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 85.645 mil em 2012. Esta redução é resultado principalmente dos maiores custos operacionais com o início da manutenção das rodovias vicinais.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Em 2013, houve um caixa utilizado nas atividades de investimento de R\$ 477.900 mil, enquanto que em 2012 o caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 115.891 mil. Esse aumento de R\$ 362.009 mil deve-se, principalmente ao maior volume de recursos investidos pela emissão das debêntures, além do avanço nas obras de construção do Contorno de Piracicaba e nas duplicação da SP-101 e SP-308.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Em 2013, houve um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R\$ 361.091 mil, enquanto em 2012 houve um caixa utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 50.850 mil. A variação ocorreu, principalmente, pela emissão das debêntures em 2013 para pagamento da quarta série de notas promissórias emitida em 13 de agosto de 2012, gerando uma maior entrada de caixa em 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais geraisComparação das demonstrações do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

A tabela abaixo apresenta o sumário dos valores relativos à demonstração do fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	85.645	99.679
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(115.891)	(102.777)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	<u>50.850</u>	<u>(44.680)</u>
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	20.604	(47.778)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>27.347</u>	<u>75.125</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>47.951</u></u>	<u><u>27.347</u></u>

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 85.645 mil em 2012, o que representa uma redução de R\$ 14.034 mil quando comparado ao caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 99.679 mil em 2011. Esta redução é resultado principalmente da redução do saldo de fornecedores em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2011, devido ao término das obras de recapeamento.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Em 2012, houve um caixa utilizado nas atividades de investimento de R\$ 115.891 mil, enquanto que em 2011 o caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 102.777 mil. Esse aumento de R\$ 13.114 mil deve-se, principalmente ao recapeamento da SP-300, SP-101 e SP-308, além das obras do Contorno de Piracicaba e duplicação da SP-101 e SP-308.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Em 2012, houve um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R\$ 50.850 mil, enquanto em 2011 houve um caixa utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 44.680 mil. A variação ocorreu, principalmente, pela emissão da quarta série de notas promissórias em 2012 para pagamento da terceira série de notas promissórias emitida em dezembro de 2011, que gerou uma maior entrada de caixa em 2012, enquanto que em 2011 houve uma saída maior de caixa para o pagamento de notas promissórias.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2.

a) Resultados das operações da Companhia:

i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em abril de 2009, por meio da cobrança de pedágio dos usuários das rodovias. Nos últimos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 a receita líquida da Companhia superou seus custos operacionais e despesas gerais e administrativas, apresentando lucro antes das despesas e receitas financeiras nesses períodos.

Apesar do lucro antes das despesas e receitas financeiras, a Companhia teve prejuízo líquido nos últimos três exercícios sociais, principalmente em razão das operações financeiras de curto prazo necessárias para pagamento da outorga e dos investimentos iniciais nas rodovias, fato comum em projetos de investimento com essas características.

As receitas de pedágio que provêm do sistema de arrecadação manual são recebidas por meio de 3 (três) meios de pagamento, (i) à vista, por meio de dinheiro e cheque, (ii) por meio de Cartão Visa Vale Pedágio, e (iii) Cupom DBTRANS. As duas últimas modalidades de pagamento com prazo de recebimento de até 30 dias. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, 35,5% das receitas de pedágio da Companhia procederam dos pagamentos à vista, 3,4% do Cartão Visa Vale Pedágio e 1,6% do Cupom DBTRANS.

As receitas de arrecadação de pedágio provenientes do AVI (*Automatic Vehicle Identification*) são recebidas em até 45 dias. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 59,5% da receita de pedágio da Companhia procedeu do sistema AVI, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, esse percentual foi de 57% e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 de 55%. Em 2013, dois novos contratos de arrecadação automática foram assinados, um com a Auto Expresso (DBTrans) e outro com a Conect Car. Esses novos contratos têm repasse das receitas em 4 dias, diferentemente do contrato com o Sem Parar, que prevê repasse das receitas em 45 dias. A instalação dos sistemas AVI não reflete em custos para a Companhia, sendo as despesas arcadas pela fornecedora do sistema de identificação automática.

Abertura das Receitas da Companhia (em R\$ mil)	2013	% do Total	2012	% do Total	2011	% do Total
Receitas com arrecadação de pedágio	186.110	58,7%	172.442	62,6%	158.685	65,5%
Receitas de serviços de construção (*)	142.238	44,8%	113.479	41,2%	97.350	40,2%
Receitas acessórias	5.432	1,7%	4.800	1,7%	580	0,2%
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(16.574)	-5,2%	(15.474)	-5,6%	(14.210)	-5,9%
TOTAL	317.206	100,0%	275.247	100,0%	242.405	100,0%

(*) Compensado pelas despesas de construção. De acordo com as práticas contábeis da ICPC 01, elaborada com base na norma de contabilidade internacional IFRIC 12 (Service Concession Arrangements), emitida pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), as concessionárias de serviço público devem reconhecer receitas relativas à prestação de serviços de construção da infraestrutura da concessão, que são, no entanto, compensadas pelos custos de construção. De acordo com o CPC30 – Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Por isso, a Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida, ou seja, a receita de construção é igual à despesa de construção

10.2 - Resultado operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Reajustes das tarifas de pedágio

As tarifas de pedágio cobradas são um dos fatores fundamentais que influenciam a receita bruta e serviços da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente, em 1º de julho, em função da variação acumulada do IPCA no período de 12 meses que vai de 1º de junho do ano anterior até 31 de maio do ano correspondente. Porém, em 2013, o poder concedente não autorizou o reajuste nas tarifas, compensando-a, parcialmente, pela autorização na cobrança de eixos suspensos e na redução do percentual de outorga variável de 3% para 1,5%.

Adicionalmente, as tarifas vigentes nas praças de pedágio localizadas em rodovias de pista simples são reajustadas para tarifas de pista dupla quando a concessionária termina as obras de duplicação no trecho de abrangência do referido pedágio. Para mais detalhes verificar item 7.1 deste formulário de referência.

Crescimento do Tráfego de Veículos e o Crescimento do PIB

O negócio da Companhia é diretamente associado à evolução e crescimento da economia. A Companhia acredita que a evolução do tráfego em suas rodovias acompanhará futuros crescimentos reais do PIB brasileiro.

- b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

- c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações

financeiras. 10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

A Diretoria da Companhia informa que a Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

A Diretoria da Companhia informa que a Companhia não possui nem possuiu participação societária em qualquer sociedade.

c) Eventos ou operações não usuais:

A Diretoria da Companhia informa que a Companhia não efetuou nenhuma operação não usual nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 que tenham impactado seus resultados operacionais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 10.4.**a) Mudanças significativas nas praticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Os diretores da Companhia informam que o parecer do auditor independente relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013: (i) não possui ressalvas e (ii) não possui ênfase. Já para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011: (i) não possuem ressalvas e (ii) possuem uma ênfase, pois a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiências e recomendações presentes na elaboração das demonstrações financeiras confiáveis:

- a) **Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

A Diretoria da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados pela Companhia para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Diretoria da Companhia comenta, ainda, que está atenta às novas tecnologias e investe nos controles da Companhia a fim de aprimorá-los cada vez mais.

- b) **Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

A Diretoria da Companhia informa que o relatório dos auditores independentes não incluiu quaisquer recomendações ou observações relacionadas ao sistema de controles internos da Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

- a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos):

A Diretoria da Companhia informa que não há qualquer transação relacionada com as operações da Companhia que não se encontre contabilizada nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

A Diretoria da Companhia informa que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

A Diretoria da Companhia informa que este item do Formulário de Referência não é aplicável, uma vez que informou no item 10.8 que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

A Diretoria da Companhia informa que este item do Formulário de Referência não é aplicável, uma vez que informou no item 10.8 que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Diretoria da Companhia informa que este item do Formulário de Referência não é aplicável, uma vez que informou no item 10.8 que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

- a) **Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):**

Os Diretores da Companhia informam que o Contrato de Concessão assinado junto ao Poder Concedente determina os investimentos que a Companhia precisa realizar, seus prazos e montante estimados. Estas obrigações de investimentos podem ser divididas em três fases:

A primeira fase foi o Programa Intensivo Inicial (PII) que se destinou à adequação das condições de tráfego. As intervenções realizadas nesta fase foram: remoção de detritos, lixo e entulho das plataformas, limpeza geral das pistas, acostamento, canteiros centrais e laterais de faixa de domínio; retirada e substituição de dispositivos de segurança avariados; poda do revestimento vegetal que esteja prejudicando a sinalização e em locais como praças de pedágio, balanças e postos de; execução de operação tapa buracos em todas as vias; complementação e limpeza de placas e elementos de sinalização vertical, horizontal e aérea; restauração da sinalização horizontal, com substituição de tachas e tachões; recuperação de placas de sinalização; desobstrução de bueiros e elementos de drenagem superficial; recomposição de defensas e balizadores na aproximação dos encontros das obras de arte especiais; e correção de depressões no pavimento junto às cabeceiras das obras de arte especiais.

A segunda fase iniciou-se em 2010 e engloba os principais investimentos da Companhia durante o prazo da Concessão. Nesta fase destacam-se a construção de 12 SAU's, implantação de acostamentos, instalação de sistema inteligente de gestão de rodovia com câmeras, radares, call box e fibra ótica e, por fim, a construção do Contorno de Piracicaba, as duplicações da SP-101 e SP-308, além da construção de marginais e faixas adicionais.

A terceira fase, que será iniciada em 2017, é uma etapa mais de manutenção do sistema viário concedido e ampliado pela Companhia. Nesta fase destacam-se os recapeamentos, a troca de sistemas e equipamentos e a substituição de elementos de segurança e sinalização.

A Diretoria da Companhia informa, ainda, que, até o término da Concessão, a estimativa dos investimentos a serem realizados pela Companhia, em cumprimento ao Contrato de Concessão, é de aproximadamente R\$ 1.128 milhões, em termos nominais, sendo que os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação e outros fatores.

A Diretoria informa que para financiar os investimentos, da fase I descrita acima, a Companhia utilizou o caixa gerado das operações, aportes de capital próprio de seus acionistas e os financiamentos de curto prazo já contratados. Para a fase II serão obtidos recursos de longo prazo no mercado de capitais. E, na fase III, os investimentos serão realizados com recursos próprios, oriundos da arrecadação de pedágio.

- b) **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:**

A Diretoria da Companhia informa que, até a data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.10 - Plano de negócios

- c) Novos produtos e serviços (indicando a descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços).

A Diretoria da Companhia informa que, até a data deste Formulário de Referência, não possui novos produtos, serviços ou projetos em desenvolvimento.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Diretoria acredita que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico em relação à Companhia foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras, conforme facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras, conforme facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa**12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO****12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e regimento interno:****a) atribuições de cada órgão e comitê**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. A Companhia conta com um Conselho Fiscal de caráter não permanente.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição.

Compete ao Conselho de Administração, além da orientação geral dos negócios sociais estabelecida por lei e pelo Estatuto Social:

- a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar suas atribuições, observado o que dispõe o Estatuto Social da Companhia e a lei;
- b) aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou sob análise, e quaisquer outros atos;
- d) convocar a Assembleia Geral, sempre que necessário ou exigido por lei;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;
- f) deliberar a aquisição pela própria Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, desde que previamente aprovado pelo Poder Concedente;
- g) homologar o plano de auditoria interna;
- h) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos pela Companhia;
- i) elaborar, para sua apresentação à Assembleia Geral, o Plano de Negócios da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- j) aprovar previamente à deliberação da Assembleia Geral, a tomada de empréstimos ou financiamentos, bem como a outorga de garantias de qualquer natureza, ou a aprovação de qualquer ato que implique endividamento da Companhia em nível superior ao previsto no Plano de Negócios, submetendo à prévia aprovação do Poder Concedente a contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros (i) que tenha como garantia direitos emergentes da Concessão ou ações integrantes do grupo controlador, e (ii) cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão. Garantias de Contratos de Financiamento

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

onde possa ser oferecida em garantia direitos emergentes da Concessão limitar-se-ão ao valor que não comprometa a execução das obras e serviços concedidos. Poderão ser oferecidos em garantia direitos emergentes da Concessão, até o limite em que não se comprometa a execução das obras e serviços concedidos, observadas, para tanto, as disposições contidas nos artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987/95;

k) indicar o Diretor substituto do Diretor Presidente nos casos de ausência ou impedimento temporário, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia;

l) alienação ou oneração de quaisquer bens móveis ou imóveis de cujo valor não supere o montante de R\$ 200 mil;

m) deliberar sobre o aumento do capital social, nos limites do capital autorizado e fixar as condições da emissão de ações e/ou bônus de subscrição, inclusive preço e prazo de integralização; e

n) deliberar sobre o pagamento pela Companhia de juros sobre capital próprio.

Diretoria

A Diretoria da Companhia deve ser composta por 3 (três) Diretores residentes no Brasil, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, sendo um deles o Diretor Presidente, o outro o Diretor Administrativo Financeiro e o outro o Diretor de Relações com Investidores, podendo os mesmos ser demitidos *ad nutum*.

A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, competindo-lhe administrar e gerir especialmente:

a) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;

b) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;

c) na assinatura de correspondências de assuntos rotineiros;

d) no endosso de instrumentos (cheques) destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia;

e) representação da Companhia em juízo;

f) deliberar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país;

g) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

h) assumir obrigações em nome da Companhia até o valor máximo de R\$ 30 mil.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa*Conselho Fiscal*

O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto por 3 (três) membros, e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será instalado nos exercícios sociais quando houver pedido neste sentido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, sendo eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará os honorários, de acordo com a lei, e estabelecerá o regulamento interno aplicável a tal órgão.

Até a presente data, o Conselho Fiscal não foi instalado.

b) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Até a presente data, o Conselho Fiscal não foi instalado e a Companhia não possui comitês.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria da Companhia representar a Companhia, em juízo ou fora dele, seja ativa ou passivamente, bem como praticar de todos os atos regulares de gestão e os necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitado o disposto na lei e no Estatuto Social, nos limites do Contrato de Concessão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores possuem os seguintes poderes individuais:

Diretor Presidente: Responsável pelas relações externas da Companhia junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, coordenando as atividades das áreas de ouvidoria, jurídica, qualidade e de comunicações e mantendo permanentemente informado o Conselho de Administração sobre as atividades da Companhia; além de ser o responsável pelo atendimento das obrigações oriundas do contrato de concessão. Responsável ainda pela coordenação e condução dos assuntos internos e organizacionais da empresa, bem como supervisão das superintendências de Engenharia de Operações e ainda pelas áreas de planejamento e investimento; possuindo, adicionalmente, os seguintes poderes privativos: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; b) coordenar e orientar as atividades da Diretoria da Companhia; c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento das operações na Diretoria; e d) exercer outras atribuições atribuídas pelo Conselho de Administração.

Diretor Administrativo Financeiro: Responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros da Companhia, bem como pela administração dos seus recursos humanos, informática, transporte, manutenção, materiais e equipamentos. Responsável ainda pela área de natureza contábil, tributária e de controladoria.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Diretor de Relações com Investidores: Responsável por prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e, se for o caso, mercado de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais; bem como manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, cumprindo todos os requisitos, legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas, brasileiras ou estrangeiras, no que lhe for aplicável.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos Membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:****a) prazos de convocação**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) competências

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	26/03/2014
		Jornal Brasil Econômico - SP	26/03/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	18/03/2013
		Jornal Brasil Econômico - SP	16/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	14/05/2013
		Jornal Brasil Econômico - SP	14/05/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	05/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	24/04/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:****a) frequência das reuniões**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem
12.5 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Sebastião Ricardo Carvalho Martins 272.035.656-53 não há	59 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	14/03/2013 14/03/2013	2 anos Sim
Ricardo Jorge Dias de Oliveira 236.128.098-14 não há	43 Gestor	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	09/08/2013 09/08/2013	2 anos Sim
Alexandre Tujisoki 051.364.688-40 Não há	45 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	15/03/2013 15/03/2013	2 anos Sim
Reinaldo Bertin 269.958.678-15 não há	68 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2013 15/03/2013	2 anos Sim
Roberto Mengucci 000.000.000-00	51 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2013 15/03/2013	2 anos Sim
Antônio José Marques Martins da Graça 000.000.000-00 Não há	56 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014 30/04/2014	2 anos Sim
José Renato Ricciardi 036.616.398-11 não há	50 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2013 15/03/2013	2 anos Sim
Joana Guimarães Seródio Ricciardi 000.000.000-00 Não há	34 Gestora	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/05/2012 15/05/2012	2 anos Sim
Wendel da Silva Caleffi 271.306.078-82 Não há	34 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/10/2012 22/10/2012	2 anos Sim
Tiago de Britto Ribeiro Alves Caseiro	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2013	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
000.000.000-00 não há	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2013	Sim
Augusto José de Melo Faria de Barros 000.000.000-00 não há	58 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014 30/04/2014	2 anos Sim
Michele Lombardi 000.000.000-00	39 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2013 15/03/2013	2 anos Sim
Paulo Jorge Cerqueira Fernandes 233.568.868-51	39 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014 30/04/2014	2 anos Sim
Augusto Manuel Fontes de Carvalho 000.000.000-00	59 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014 30/04/2014	2 anos Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Sebastião Ricardo Carvalho Martins - 272.035.656-53

O Sr. Martins é formado em Engenharia Civil com especialização em Transportes pela Universidade de São Paulo e Administração de Transportes Intermodais pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalha no setor de infraestrutura há mais de 30 anos com vasta experiência na coordenação de obras cíveis, projetos de engenharia e operação de tráfego, além de inspeção e regulação de concessionárias de rodovias. Atuou, de 1998 a 2010, na Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões dos Serviços Públicos no Âmbito da Secretaria dos Transportes do Governo do Estado de São Paulo – SP como Diretor de Operações, fiscalizando 12 Concessionárias que administram e operam 30 Rodovias no Estado de São Paulo. Desde março de 2011, atua como Diretor-Presidente da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Martins, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Jorge Dias de Oliveira - 236.128.098-14

Ricardo Oliveira é formado em Gestão de Empresa com especialização em económico-financeiras pelo ISG – Portugal. Tem uma carreira profissional com mais de 20 anos, tendo dedicado 10 anos à Banca comercial e de investimento, na área de Corporate, Structured & Project Finance, e outros 10 anos à gestão directa de Sociedades de Propósito Específico, na área de transportes, quer ao nível de gestão directa das áreas Administrativas e Financeiras e Auditoria, quer ao nível do Controlo de Gestão da Holding que as detinha. Actualmente deslocado para São Paulo, Brasil, onde irá assumir a Direcção Administrativa e Financeira da Concessionária Rodovias do Tiete.

A sua experiência na Banca, desde o início ligada à área de financiamento de infraestruturas, foi alavancada com a sua passagem pelo ABN Amro, onde associou novos componentes de Banca de Investimento e de Mercados de Capitais ao financiamento deste tipo de projectos.

A experiência na gestão directa de SPE's de infraestruturas foi obtida em diversos projectos, em diferentes estágios de desenvolvimento e de classes de activos, comissionados em simultâneo. Nos últimos anos dedicou-se à implementação e optimização de modelos de gestão e controlo deste tipo de activos.

De entre os seus projectos mais relevantes destacam-se:

Em 2004, lançou no Mercado de Capitais Internacional uma operação híbrida de sua concepção, que é ainda única no mundo e que resulta da uma combinação de instrumentos de Project Finance, Corporate Finance e de Derivativos numa só operação. "Eiffel #1 FTC", como foi denominada, é uma monetização simultânea de quatro contratos de projecto e construção dentro de estruturas contratuais de project finance, tendo como facto notável obtido notação de rating "Investment grade" quando nenhum dos seus originadores a detinha.

Em 2010, negociou de forma bem sucedida a primeira PPP Rodoviária em Moçambique, denominada "Concessão Nova Ponte de Tete e Estradas". Esta Concessão faz uso de uma Linha de Crédito ao Desenvolvimento entre Países (Portugal e Moçambique), cujos efeitos foram cedidos à Concessionária, a qual já se encontra a construir a nova Ponte e que irá operar um traçado rodoviário com 700 kms, nos próximos 30 anos.

Alexandre Tujisoki - 051.364.688-40

O Sr. Tujisoki é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, com Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Dom Cabral e MBA em Finanças pela FIPECAFI. O Sr. Tujisoki trabalhou 26 anos no Banco do Brasil em várias posições e assumiu em outubro de 2008 o cargo de Diretor Financeiro da CIBE Participações. É presidente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê.

O Sr. Tujisoki, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Reinaldo Bertin - 269.958.678-15

O Sr. Reinaldo Bertin, ao lado de seus irmãos, é um dos fundadores do Grupo Bertin, criado há mais de 30 anos na cidade de Lins, interior do Estado de São Paulo. O Grupo Bertin iniciou suas atividades no segmento de agroindústria e, a partir de 2003, expandiu suas operações para os setores de infraestrutura e energia. O Sr. Bertin é suplente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Bertin, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Mengucci - 000.000.000-00

os últimos 5 anos, atuou como (i) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) membro efetivo do Conselho de Administração da Atlantia Bertin Concessões S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro efetivo do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Participações S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iv) Diretor de Desenvolvimento Internacional de Negócios, desde julho de 2008, da Autostrade per l'Italia S.p.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estradas na Itália; e (v) membro do Conselho de Administração da Atlantia Bertin Participações S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, atuante no ramo de empreendimentos imobiliários. O Sr. Roberto Mengucci já atuou também como: (i) Vice-Presidente de Fusões e Aquisições da Finmeccanica S.p.a., de 2004 a 2008, companhia com sede na Itália cuja principal atividade consiste na fabricação de sistemas e equipamentos, na pesquisa e treinamento de atividades no setor de tecnologia avançada, de 2004 a 2008, responsável pela área de fusões e aquisições e de alianças estratégicas de venda da companhia; (ii) Diretor Regional do Grupo Telecom Italia, empresa do setor de telefonia fixa e móvel, internet e mídia, com as funções de administrador do seu portfólio internacional, no período entre 1999 a 2004; (iii) Diretor do Grupo Telecom Itália no setor de Fusões e Aquisições e Desenvolvimento de Negócios, responsável por diversas aquisições, especialmente na América Latina e no Mediterrâneo, no período compreendido entre 1996 a 1999; e (iv) Diretor de Projetos no Departamento Internacional da Enel S.p.A., companhia com sede na Itália cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras companhias que atuam, especialmente, no setor da indústria elétrica, no período de 1989 a 1996. O Sr. Roberto Mengucci, membro do Conselho de Administração eleito em 29 de junho de 2012, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Passaporte: YA1413045.

Antônio José Marques Martins da Graça - 000.000.000-00

O Sr. Antônio Martins é vogal do Conselho de Administração do grupo Ascendi desde agosto de 2010. É formado em Engenharia Mecânica e portador de longa experiência no setor da construção nomeadamente na área de infraestrutura. De 1999 a 2001 exerceu o cargo de Diretor geral na Somague, S.A., de 2000 a 2001 foi Presidente do Conselho de Administração da Vialitoral, S.A., tendo de 2001 a 2009 exercido as suas funções profissionais como Administrador da Opway - Engenharia, S.A.

Desde julho de 2009, é vogal do Conselho de Administração da ES Concessões, empresa do Grupo BES voltada para as concessões e parcerias público-privadas em projetos de infraestrutura. Atualmente exerce funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo BES e do Grupo Ascendi sendo no presente Vogal do Conselho de Administração da Ascendi Concessões de Transportes, SGPS, S.A. acumulando também desde agosto de 2010 o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ASCENDI GROUP, SGPS, S.A. É suplente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Martins, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Renato Ricciardi - 036.616.398-11

O Sr. Ricciardi é Administrador Delegado da Autostrade per l'Italia para o Brasil desde 2009; Diretor Presidente da concessionária Triângulo do Sol Auto-estradas S/A desde 1998; Diretor Vice-Presidente da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias desde 2007; Graduado em Administração de Empresas com ênfase em Análise de Sistemas pela Universidade de Ribeirão Preto - 1984; MBA em Controladoria e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - 2001. O Sr. Ricciardi, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Joana Guimarães Seródio Ricciardi - 000.000.000-00

A Sra. Ricciardi é Vice-presidente e membro do Conselho de Administração da Ascendi Group, com o cargo de CFO da empresa. Membro do Conselho de Administração da Esconcessões desde 2012. Integra os quadros do Grupo Banco Espírito Santo há cerca de 10 anos, estando atualmente cedida à ESConcessões. Licenciada em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão. A Sra. Ricciardi, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Wendel da Silva Caleffi - 271.306.078-82

O Sr. Caleff atuou, nos últimos 5 anos, como (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária SPMAR, cuja principal atividade consiste na exploração do trecho Sul do Rodoanel Mario Covas e na construção e exploração do trecho leste do mesmo Rodoanel; (ii) Gerente Financeiro e de RI da Cibe Participações e Empreendimentos S.A., companhia cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) Gerente de Divisão no Banco do Brasil S/A, com atribuições de análise de crédito e gestão da carteira de ativos em operações de Project Finance. O Sr. Caleff, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tiago de Britto Ribeiro Alves Caseiro - 000.000.000-00

O Sr. Caseiro é administrador executivo da Ascendi Group desde 2008, sendo responsável pela atividade da Companhia na América Latina. É também administrador executivo da ESConcessões, empresa do Grupo Banco Espírito Santo, desde 2008, onde atua, até hoje, no acompanhamento das empresas subsidiárias do Banco e no desenvolvimento de novos projetos. É licenciado em Engenharia e Gestão Industrial pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa, Portugal e obteve o mestrado em Política, Economia e Gestão Internacional pela Universidade Aoyama Gakuin (Tóquio – Japão). É membro do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Caseiro, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Augusto José de Melo Faria de Barros - 000.000.000-00

O Sr. Barros possui longa experiência no setor de construção, particularmente nas áreas rodoviária, estruturas e dragagens sendo administrador da Ascendi SGPS, AS desde 2008, onde assumiu funções idênticas às que já exercia anteriormente na Mota-Engil Concessões de Transportes; administrador da Mota-Engil Concessões de Transportes de 2003 a 2008, tendo como pelouro principal as áreas técnicas e de operação e manutenção, quer na vertente do desenvolvimento de novos negócios quer na vertente do acompanhamento de projectos existentes; administrador da Mota-Engil Internacional de 2000 a 2003, tendo como pelouro a área técnica e comercial, nomeadamente a supervisão da preparação de propostas e o subsequente acompanhamento dos projectos; licenciado em Engenharia Civil Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. É suplente do Conselho de Administração da Concessionária Rodovias do Tietê. O Sr. Barros, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Michele Lombardi - 000.000.000-00

Nos últimos 5 anos, atuou como (i) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) Gerente Sênior dna AT Kearny, empresa de consultoria, no período de fevereiro de 2000 a janeiro de 2011; (iii) Gerente responsável pela América Latina da Autostrade per l'Italia, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estradas na Itália, desde janeiro de 2011; (iv) membro do Conselho de Administração da Autostrade Holding do Sur S.A. (Chile), companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na operação e exploração de estradas do Chile; e (v) membro efetivo do Conselho de Administração da Atlantia Bertin Concessões S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (vi) membro efetivo do Conselho de Administração da Triangulo do Sol Participações S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (vii) membro do Conselho de Administração da Atlantia Bertin Participações S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, atuante no ramo de empreendimentos imobiliários; (viii) Diretor Presidente da Sociedad Concesionaria de Los Lagos S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (ix) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Vespucio Sur S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (x) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Costanera Norte S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (xi) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria AMB S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (xii) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Litoral Central S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (xiii) membro do Conselho de Administração da Concessionária Rodovia das Colinas S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Brasil; e (xiv) membro do Conselho de Administração da Concessionária Rodovia MG-050 S.A., companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Brasil. O Sr. Michele Lombardi, membro do Conselho de Administração eleito em 29 de junho de 2012, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Passaporte: YA1007633.

Paulo Jorge Cerqueira Fernandes - 233.568.868-51

Paulo Fernandes é formado em Economia e com especialização em mercado financeiro pela FEP-Portugal. Tem experiência de mais de 10 anos no segmento de concessões português onde ocupou, dentre outros, o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Ascendi. Apresenta vasta experiência na negociação de operações financeiras e gerenciamento de atividades do setor de concessões. Atuou de março de 2009 até março de 2013 como Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rodovias do Tietê. Atualmente é Diretor Financeiro da Mota Engil México.

Augusto Manuel Fontes de Carvalho - 000.000.000-00

Administrador da Ascendi Group desde 2008. Atua, também, como Presidente da Comissão Executiva das Concessionárias Ascendi – Portugal (Ascendi Norte, Ascendi Costa de Prata, Ascendi BLA, Ascendi Grande Porto, Ascendi Grande Lisboa, Ascendi Douro Interior, Ascendi Pinhal Interior) e das operadoras Ascendi OeM e Ascendi IGI desde 2009. Foi Administrador da MECT - Mota-Engil Concessões de Transportes entre 2006 e 2010, Administrador Executivo das Concessionárias Ascendi de 2003 à 2009 e Administrador não executivo da MARTIFER entre 1999 e 2003.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores (incluindo apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12.Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, usuários, fornecedores ou credores. *Accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- manutenção e divulgação de registro informando a quantidade de ações relativas a cada sócio;
- contratação de empresa de auditoria independente para o exame de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- estatuto social claro quanto à: (i) forma de convocação de assembleia geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) composição da remuneração, indicando: i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv) razões que justificam a composição da remuneração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não

estatutária g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.143.590,00		1.143.590,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		656.642,00		656.642,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração		1.800.232,00		1.800.232,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		1.085.000,00		1.085.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		623.000,00		623.000,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração		1.708.000,00		1.708.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		911.000,00		911.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais (INSS e FGTS)		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		403.000,00		403.000,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração		1.314.000,00		1.314.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		909.000,00		909.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais (INSS e FGTS)		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		457.000,00		457.000,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00

Observação		Os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração não são remunerados. O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros remunerados do órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 01/2013 e conforme memória de cálculo constante do item 13.16 deste Formulário de Referência.		
Total da remuneração		1.366.000,00		1.366.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal **13.3** **Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária
13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores, conselheiros fiscais ou órgão de administração, ações ou cotas emitidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária. 13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários
Em os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas, aos controladores da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos seus acionistas controladores, diretos e indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, referida por órgão que não a função que ocupam reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.16 - Outras informações relevantes**13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2013, a Companhia apresenta abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, memória de cálculo do número de membros de cada órgão apresentado no quadro 13.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais:

Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2014:

Conselho de Administração

MÊS	Nº de membros*
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Média	0,00

* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração receberá qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

Diretoria

MÊS	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Média	2,00

13.16 - Outras informações relevantesExercício social que encerrado em 31 de dezembro de 2013:**Conselho de Administração**

MÊS	Nº de membros*
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Média	0,00

* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

Diretoria

MÊS	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Média	2,00

13.16 - Outras informações relevantesExercício social que encerrado em 31 de dezembro de 2012:**Conselho de Administração***

MÊS	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Média	0,00

* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

Diretoria

MÊS	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Média	2,00

13.16 - Outras informações relevantesExercício social que encerrado em 31 de dezembro de 2011:**Conselho de Administração**

MÊS	Nº de membros*
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Média	0,00

* Considera o número de membros remunerados do Conselho de Administração. Como os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, ou seja, como nenhum dos membros (titulares ou suplentes) do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração no exercício, o número de membros considerados para o cálculo é zero.

Diretoria

MÊS	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Média	2,00

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14. RECURSOS HUMANOS****14.1 Descrever os recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:**

a) Número de empregados

Local	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	Atividade
Sede	92	92	77	71	Administrativo
P1 - SP101 Elias Fausto	22	22	22	22	Pedágio
P2 - SP101 Rafard	17	16	16	16	Pedágio
P3 - SP300 Conchas	17	17	17	17	Pedágio
P4 - SP300 Anhembi	18	18	18	18	Pedágio
P5 - SP300 Botucatu	33	33	33	33	Pedágio
P6 - SP300 Areiópolis	31	31	31	31	Pedágio
P7 - SP300 Agudos	34	34	34	34	Pedágio
P8 - SP308 Salto	20	19	19	19	Pedágio
P9 - SP308 Rio Das Pedras	19	20	20	20	Pedágio
SAU 1 - Monte mor	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 2 - Capivari	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 3 - Rafard	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 4 - Elias Fausto	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 5 - Rio das Pedras	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 6 - Laranjal Paulista	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 7 - Conchas	4	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 8 - Anhembi	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 9 - Botucatu	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 10 - Lençóis Paulista	4	4	4	4	SAU - Atendentes
SAU 11 - Agudos	3	3	3	3	SAU - Atendentes
SAU 12 - Botucatu	4	4	4	4	SAU - Atendentes
Outros	70	56	69	48	(Inspetores de Tráfego, Operadores de Radar, Manutenção e Balança
Total	417	401	399	372	

b) número de terceirizados

A companhia possui mais de 500 colaboradores terceirizados, contratados por empresas que prestam serviços de conservação, manutenção, além das principais obras como o contorno de Piracicaba e as duplicações da SP-101 e SP-308. Todos os serviços são realizados dentro do Estado de São Paulo.

c) índice de rotatividade

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados da Companhia, informando:

- a) política de salários e remuneração variável; e b) política de benefícios

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

- c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Ascendi International Holding B.V.						
14.382.914/0001-79	Holandesa	Sim	Sim	16/12/2011		
	11.178.923.798	50,000000%	0	0,000000%	11.178.923.798	50,000000%
Atlantia Bertin Concessões S.A.						
15.019.567/0001-87	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/07/2013		
	11.178.923.797	50,000000%	0	0,000000%	11.178.923.797	50,000000%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	22.357.847.595	100,000000%	0	0,000000%	22.357.847.595	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ascendi International Holding B.V.				14.382.914/0001-79		
Ascendi Group SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900		
900	100,000000	0	0,000000	900	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
900	100,000000	0	0,000000	900	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atlantia Bertin Concessões S.A.				15.019.567/0001-87	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
339.091.238	100,000000	0	0,000000	339.091.238	100,000000
Triângulo do Sol Participações S.A.					
15.296.110/0001-10	Brasileira-SP	Não	Sim	29/06/2012	
339.091.238	100,000000	0	0,000000	339.091.238	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ascendi Group SGPS, S.A.						
ESConcessões, SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
6.666.666	40,000000	0	0,000000	6.666.666	40,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mota Engil, SGPS S.A.						
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900		
10.000.000	60,000000	0	0,000000	10.000.000	60,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	16.666.666	100,000000	0	0,000000	16.666.666	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Triângulo do Sol Participações S.A.				15.296.110/0001-10	
Infra Bertin Participações S.A.					
15.019.317/0001-47	Brasileira-SP	Não	Sim	29/06/2012	
1.027.052.252	100,000000	0	0,000000	1.027.052.252	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.027.052.252	100,000000	0	0,000000	1.027.052.252	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Infra Bertin Participações S.A.				15.019.317/0001-47		
Autostrade Concessoes e Participacoes Brasil Ltda						
02.530.164/0001-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/06/2012		
100.002	50,000001	0	0,000000	100.002	50,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.						
13.516.097/0001-31	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/06/2012		
100.000	49,999999	0	0,000000	100.000	49,999999	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	200.002	100,000000	0	0,000000	200.002	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mota Engil, SGPS S.A.						
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
30.538.198	23,011170	0	0,000000	30.538.198	23,011170	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota						
	Portuguesa	Não	Não			
5.257.005	3,913600	0	0,000000	5.257.005	3,913600	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos						
	Portuguesa	Não	Não			
3.675.066	2,769306	0	0,000000	3.675.066	2,769306	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles						
	Portuguesa	Não	Não			
4.231.630	3,188690	0	0,000000	4.231.630	3,188690	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mota Engil, SGPS S.A.						
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa						
	Portuguesa	Não	Não			
3.746.836	2,823387	0	0,000000	3.746.836	2,823387	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900		
85.229.078	64,223400	0	0,000000	85.229.078	64,223400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Outros						
		Não	Não			
29.300	0,070447	0	0,000000	29.300	0,070447	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	132.707.113	100,000000	0	0,000000	132.707.113	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ESConcessões, SGPS, S.A.					
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.					
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
1.666	16,660000	0	0,000000	1.666	16,660000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.						
Mota Gestão e Participações SGPS S.A.						
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900		
5.100	51,000000	0	0,000000	5.100	51,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	10.000	100,000000	0	0,000000	10.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade Concessoes e Participacoes Brasil Ltda				02.530.164/0001-56	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.					
14.910.438/0001-11	Italiana-SP	Não	Sim	30/09/2012	
287.000.000	48,000000	0	0,000000	287.000.000	48,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Autostrade Holding do Sur S.A.					
10.935.316/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2012	
130.500.001	22,000000	0	0,000000	130.500.001	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Autostrade Portugal - Concessoes de Infraestruturas (ATPCI), S.A.					
05.519.601/0001-29	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2012	
181.590.862	30,000000	0	0,000000	181.590.862	30,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	599.090.863	100,000000	0	0,000000	599.090.863
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.				13.516.097/0001-31		
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.						
09.376.519/0001-43	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/06/2012		
72.770.000	72,770000	0	0,000000	72.770.000	72,770000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Kandarpa Empreendimentos e Participações S.A.						
11.868.592/0001-84	Brasileira-SP	Sim	Não	29/06/2012		
27.230.000	27,230000	0	0,000000	27.230.000	27,230000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	100.000.000	100,000000	0	0,000000	100.000.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.					
Antonio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
517.500	8,625000	0	0,000000	517.500	8,625000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900	
4.200.000.000	70,000000	0	0,000000	4.200.000.000	70,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.					
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
4.201.800.000	100,000000	0	0,000000	4.201.800.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.				14.910.438/0001-11		
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Sim	08/01/2009		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade Holding do Sur S.A.				10.935.316/0001-29		
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	10/06/2009		
999.999	99,999999	0	0,000000	999.999	99,999999	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	10/06/2009		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade Portugal - Concessoes de Infraestruturas (ATPCI), S.A.				05.519.601/0001-29	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.					
	Italiana	Não	Sim	24/06/2009	
6.000.000	100,000000	0	0,000000	6.000.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.000.000	100,000000	0	0,000000	6.000.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.				09.376.519/0001-43		
Fernando Antonio Bertin						
001.854.238-76	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Heber Participações S.A.						
01.523.814/0001-73	Brasileira-SP	Não	Sim	01/02/2011		
588.879.586	99,999996	0	0,000000	588.879.586	99,999996	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Natalino Bertin						
250.015.238-34	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Reinaldo Bertin						
269.958.678-15	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.				09.376.519/0001-43		
Reinaldo Bertin						
269.958.678-15	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Silmar Roberto Bertin						
015.751.668-79	Brasileira	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	588.879.590	100,000000	0	0,000000	588.879.590	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
Antonio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
19.115	38,230000	0	0,000000	19.115	38,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meirelles					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Kandarpa Empreendimentos e Participações S.A				11.868.592/0001-84		
Fernanda Tarallo Libertini						
284.785.868-73	Brasileira	Não	Não			
1	0,100000	0	0,000000	1	0,100000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.						
11.700.878/0001-56	Brasileira-SP	Não	Sim	21/10/2010		
999	99,900000	0	0,000000	999	99,900000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1.000	100,000000	0	0,000000	1.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mota Gestão e Participações SGPS S.A.					
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
517.500	8,625000	0	0,000000	517.500	8,625000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
	Portuguesa	Não	Sim	01/01/1900	
4.200.000	70,000000	0	0,000000	4.200.000	70,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mota Gestão e Participações SGPS S.A.					
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	6.000.000	100,000000	0	6.000.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Sim	08/01/2009		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.						
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	08/01/2009		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade per l'Italia S.p.A.					
Atlantia S.p.A.					
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008	
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade per l'Italia S.p.A.					
Atlantia S.p.A.					
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008	
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
19.115	38,230000	0	0,000000	19.115	38,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Heber Participações S.A.				01.523.814/0001-73	
Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações					
13.451.285/0001-29	Brasileira-SP	Não	Sim	01/02/2011	
87.252.936	100,000000	0	0,000000	87.252.936	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	87.252.936	100,000000	0	0,000000	87.252.936
				87.252.936	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				11.700.878/0001-56	
Carolina Tarallo					
287.994.948-33	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Douglas Tarallo					
948.054.588-87	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Tarallo Libertini					
284.785.868-73	Brasileira	Não	Sim		
1.904	95,200000	0	0,000000	1.904	95,200000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Geraldo José Tarallo					
582.487.818-87	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				11.700.878/0001-56	
Maria Marisol Tarallo Leal					
082.645.658-83	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Rosemay de Fátima Tarallo					
082.219.098-23	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Sueli Aparecida Tarallo Libertini					
025.054.818-65	Brasileira	Não	Não		
16	0,800000	0	0,000000	16	0,800000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	2.000	100,000000	0	0,000000	2.000
				2.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atlantia S.p.A.					
Fondazione Cassa di Risparmio di Torino					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
Sintonia S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	661.827.591	100,000000	0	0,000000	661.827.591
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atlantia S.p.A.					
Fondazione Cassa di Risparmio di Torino					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
Sintonia S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	661.827.591	100,000000	0	0,000000	661.827.591
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
Atlantia S.p.A.						
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008		
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Autostrade per l'Italia S.p.A.						
Atlantia S.p.A.						
	Italiana	Não	Sim	31/03/2008		
662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	662.027.000	100,000000	0	0,000000	662.027.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações				13.451.285/0001-29	
BERF Participações S/A					
07.463.851/0001-10	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JBF Participações S/A					
09.420.237/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JUFERB Participações S/A.					
09.352.199/0001-91	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666666	0	0,000000	216	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Reivo participações Ltda.					
03.370.190/0001-27	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666666	0	0,000000	216	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Gestão e Crescimento I Fundo de Investimento em Participações				13.451.285/0001-29	
Reivo participações Ltda.					
03.370.190/0001-27	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666666	0	0,000000	216	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
SRB Participações S/A.					
09.352.093/0001-98	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	1.296	100,000000	0	0,000000	1.296 100,000000
Viamar Participações S/A					
09.352.086/0001-96	Brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
216	16,666667	0	0,000000	216	16,666667
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atlantia S.p.A.					
Fondazione Cassa di Risparmio di Torino					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
Sintonia S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	661.827.591	100,000000	0	0,000000	661.827.591
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atlantia S.p.A.					
Fondazione Cassa di Risparmio di Torino					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
40.086.897	6,057000	0	0,000000	40.086.897	6,057000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
314.586.509	47,533000	0	0,000000	314.586.509	47,533000
Sintonia S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	04/10/2012	
307.154.185	46,410000	0	0,000000	307.154.185	46,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	661.827.591	100,000000	0	0,000000	661.827.591
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BERF Participações S/A				07.463.851/0001-10	
Claudia M. Frare Bertin Paiva					
145.922.388-85	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando H. Frare Bertin					
215.489.758-42	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Juracy Frare Bertin					
061.826.398-57	Brasileira	Não	Não		
576.301.713	75,280000	0	0,000000	576.301.713	75,280000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Mario H. Frare Bertin					
174.079.598-97	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BERF Participações S/A				07.463.851/0001-10	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
765.585.222	100,000000	0	0,000000	765.585.222	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JBF Participações S/A				09.420.237/0001-04	
Cleonice Espelho Verona Bertin					
094.935.948-31	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
João Bertin Filho					
711.616.358-15	Braileira	Não	Sim		
765.582.220	99,999999	0	0,000000	765.582.220	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	765.582.221	100,000000	0	0,000000	765.582.221
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JUFERB Participações S/A.				09.352.199/0001-91	
Fernanda Pereira Bertin					
262.015.608-40	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Natalino Bertin					
250.015.238-34	Brasileira	Não	Sim		
765.582.221	99,999998	0	0,000000	765.582.221	99,999998
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Natalino Bertin Júnior					
289.745.938-74	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	765.582.223	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Reivo participações Ltda.				03.370.190/0001-27	
Giovani Prado bertin					
117.869.098-98	Brasileira	Não	Não		
10.180.301	22,000000	0	0,000000	10.180.301	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Reinaldo Bertin					
269.958.678-15	Brasileira	Não	Não		
5.928.170	12,000000	0	0,000000	5.928.170	12,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Renato prado Bertin					
117.868.838-05	Brasileira	Não	Não		
10.180.301	22,000000	0	0,000000	10.180.301	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Roberta Bertin Barros					
117.868.978-65	Brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	0	0,000000	10.180.300	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Reivo participações Ltda.				03.370.190/0001-27	
Roberta Bertin Barros					
117.868.978-65	Brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	0	0,000000	10.180.300	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Rubia Bertin Diniz Junqueira					
117.868.988-37	Brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	0	0,000000	10.180.300	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	46.649.372	100,000000	0	0,000000	46.649.372
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Edizione S.r.l.						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mediobanca - Banca di Credito Finanziario						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Pacific Mezz Investco S.a.r.l.						
	italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Sinatra S.a.r.l.						
	italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Sinatra S.a.r.l.						
	italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	1.337.550	100,000000	0	0,000000	1.337.550	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Edizione S.r.l.						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mediobanca - Banca di Credito Finanziario						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Pacific Mezz Investco S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Sinatra S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Sinatra S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	1.337.550	100,000000	0	0,000000	1.337.550	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SRB Participações S/A.				09.352.093/0001-98	
José Henrique Santana Bertin					
366.369.018-02	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Silmar Roberto Bertin					
015.751.668-79	Brasileira	Não	Sim		
765.582.222	99,999999	0	0,000000	765.582.222	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	765.582.223	100,000000	0	0,000000	765.582.223
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Viamar Participações S/A				09.352.086/0001-96	
Aline Granado Bertin					
342.421.568-63	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Antonio Bertin					
001.854.238-76	Brasileira	Não	Sim		
765.582.220	99,999997	0	0,000000	765.582.220	99,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Granado Bertin Vergílio					
308.811.578-21	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	765.582.223	100,000000	0	0,000000	765.582.223

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Viamar Participações S/A				09.352.086/0001-96	
Vitor Granado Bertin					
346.065.088-50	Brasileira	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Carlo Benetton						
	italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Evoluzione S.p.A.						
	italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Gilberto Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Giuliana Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Luciano Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000	
Proposta S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Regia S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
1.500.000.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Carlo Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Evoluzione S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Gilberto Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Giuliana Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Luciano Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000	
Proposta S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Regia S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
1.500.000.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Edizione S.r.l.						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mediobanca - Banca di Credito Finanziario						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Pacific Mezz Investco S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Sinatra S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Sinatra S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	1.337.550	100,000000	0	0,000000	1.337.550	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Edizione S.r.l.						
	Italiana	Sim	Sim	26/06/2012		
930.000	70,000000	0	0,000000	930.000	70,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mediobanca - Banca di Credito Finanziario						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
83.272	6,000000	0	0,000000	83.272	6,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Pacific Mezz Investco S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
184.529	14,000000	0	0,000000	184.529	14,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Sinatra S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sintonia S.p.A.						
Sinatra S.a.r.l.						
	Italiana	Sim	Não	26/06/2012		
139.749	10,000000	0	0,000000	139.749	10,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	1.337.550	100,000000	0	0,000000	1.337.550	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Carlo Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Evoluzione S.p.A.						
	italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Gilberto Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Giuliana Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Luciano Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000	
Proposta S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Regia S.r.l.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	1.500.000.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Carlo Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Evoluzione S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Gilberto Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Giuliana Benetton						
	Italiana	Não	Não			
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Edizione S.r.l.					
Luciano Benetton					
	Italiana	Não	Não		
3.750.000	0,250000	0	0,000000	3.750.000	0,250000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
285.000.000	19,000000	0	0,000000	285.000.000	19,000000
Proposta S.r.l.					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Regia S.r.l.					
	italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ricerca S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Edizione S.r.l.						
Ricerca S.p.A.						
	Italiana	Não	Não	21/06/2012		
300.000.000	20,000000	0	0,000000	300.000.000	20,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL	1.500.000.000	100,000000	0	0,000000	1.500.000.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Caso a Companhia deseje, inserir organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou de qualquer acordo de acionistas do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia, indicar: (a) partes, (b) data de celebração, (c) prazo de vigência, (d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle, (e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, (f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las e (g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

A Atlantia S.p.A, acionista indireta da Companhia, é uma companhia de capital difuso, que possui *float* de 48% e participação relevante da Edizione S.r.L que, da mesma forma, não possui um acionista controlador nem bloco de controle definido. Em ambas as empresas inexistem acordos de acionistas regulando o direito de voto.

O mesmo ocorre com a Heber Participações S.A. e a Reivo Participações S.A., ambas empresas em que existem acionistas relevantes membros de uma família (na primeira indiretamente e na segunda diretamente) que, no entanto, não estão vinculados por acordo de acionistas. São empresas que não possuem um acionista controlador nem bloco de controle definido.

A FM Sociedade de Controle SGPS S.A., da mesma forma, é uma sociedade anônima que não possui um acionista controlador nem bloco de controle definido, tendo seu capital detido por acionistas relevantes membros da mesma família.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam do assunto.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Cibe Investimentos e Participações S.A.	25/07/2010	16.450.000,00	R\$ 22.595.000,0	0	Indeterminado	SIM	8,898000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	-						
Rescisão ou extinção	Quitação antecipada por concordância das partes						
Natureza e razão para a operação	Financiamento CAPEX e Outorga Fixa. CDI + 0,5% a.m.						
Ascendi International Holding B.V.	25/07/2010	16.450.000,00	R\$ 22.596.000,00	0	Indeterminado	SIM	8,898000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	-						
Rescisão ou extinção	Quitação antecipada por concordância das partes						
Natureza e razão para a operação	Financiamento CAPEX e Outorga Fixa. CDI + 0,5% a.m.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter

estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado em relação às condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado em 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

Apesar de não termos regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesses na Companhia, a identificação e administração de nossos conflitos de interesses é feita tendo como parâmetro a Lei das Sociedades por Ações, ou seja, o acionista que tiver interesse conflitante com a matéria colocada em pauta na ordem do dia está vedado de proferir o seu voto. A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação com o intuito de evitar conflito de interesses entre a Companhia e seus acionistas. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação da Assembleia Geral, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia. Além disso, a Companhia sempre observa as condições praticadas no mercado à época ao celebrar qualquer acordo ou contrato ou estabelecer qualquer relação comercial.

Admitindo-se controvérsia quanto a eventual conflito de interesse, formal ou material, o Estatuto Social da Companhia estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas, em especial aquelas previstas no item 16.2, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Com relação à adequação do pagamento compensatório dos contratos com partes relacionadas, temos que os contratos de mútuo com as acionistas foram realizados a taxa referenciada em indicador usual de mercado, com *spread* equivalente ao praticadas no mercado (CDI + 0,5% a.m.), consistindo em suporte dos acionistas que visa a prover liquidez para a Companhia honrar com seus compromissos advindos do Contrato de Concessão. Além disso, os pagamentos de principal, remuneração e demais encargos feitos ou a serem feitos sob a égide destes contratos estão subordinados à prévia quitação pela Companhia de quaisquer financiamentos que tenha contraído perante terceiros.

Além disso, os credores da Companhia consentiram com a celebração dos contratos, tendo sido, ademais, concedidos empréstimos pelos acionistas em montantes proporcionais às suas participações, com a interveniência-anuência dos outros acionistas.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
28/06/2010	223.578.475,95	-	22.357.847.595	0	22.357.847.595

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação ao capital social da companhia foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>De acordo com o art. 30, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das Sociedades por Ações, quantitativamente e quanto à periodicidade de sua distribuição, com dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do art. 202 da referida lei.</p> <p>A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, inclusive "pro-labore" aos administradoresacionistas, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer acionista da Companhia, dissidente de deliberações tomadas em Assembleia Geral que ensejem o direito de recesso, poderá retirar-se da Companhia, recebendo o reembolso do valor de suas ações, observadas as disposições do art. 45 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o art. 135 da Lei das Sociedades por Ações, é necessário o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) do capital com direito a voto para instalação, em primeira convocação, de assembleia geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto Social. Em segunda convocação, a referida assembleia poderá instalar-se com qualquer número. O quórum para aprovação é de maioria absoluta.
Outras características relevantes	Não há

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	16/12/2011
Data de vencimento	16/06/2012
Quantidade (Unidades)	135
Valor total (Reais)	484.200.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.380.000,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais) para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1.076.000,00 (um milhão e setenta e seis mil reais) para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4.304.000,00 (quatro milhões, trezentos e quatro mil reais) para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	13/08/2012
Data de vencimento	13/08/2013
Quantidade (Unidades)	60
Valor total (Reais)	600.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários	Em 13 de agosto de 2012, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em série única, 60 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), totalizando R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), a serem amortizadas em 360 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão. As As Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão foram emitidas fisicamente sob a forma nominativa e depositadas perante o Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, e contam com (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão e (iii) cessão fiduciária dos recebíveis da Companhia. As Notas Promissórias Comerciais da Quarta Emissão foram registradas para negociação no CETIP21. Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada do CDI, acrescida de um spread anual de 3,7%, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia. Nos termos das notas promissórias comerciais, a Companhia não poderá pagar dividendos além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações. Não há, ainda, qualquer restrição à alienação de ativos; no entanto, há restrição para a contratação de novas dívidas ou emissão de novos valores mobiliários.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	23/12/2010
Data de vencimento	21/06/2011
Quantidade (Unidades)	135
Valor total (Reais)	450.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	Em 23 de dezembro de 2010, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para cada nota promissória comercial da primeira série, de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada nota promissória comercial da segunda série e de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para cada nota promissória comercial da terceira série, totalizando R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	20/06/2011
Data de vencimento	17/12/2011
Quantidade (Unidades)	135
Valor total (Reais)	484.200.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.380.000 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais) para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1.076.000 (um milhão e setenta e seis mil reais) para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4.304.000 (quatro milhões, trezentos e quatro mil reais) para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200.000 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais foram emitidas fisicamente sob a forma nominativa e depositadas perante o Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, e contam com (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Elas foram registradas para negociação no CETIP21.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão Pública de Debêntures
Data de emissão	15/06/2013
Data de vencimento	15/06/2028
Quantidade (Unidades)	1.065.000
Valor total (Reais)	1.065.000.000,00

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	<p>Em 15 de junho de 2013, a Companhia emitiu um empréstimo de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.</p> <p>As debêntures serão remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento ocorreu em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil.</p> <p>As debêntures possuem certas cláusulas restritivas, sendo as principais:</p> <p>(a) Pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio (incluindo juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento do dividendo mínimo) ou qualquer outra participação nos resultados, ou realização de qualquer forma de distribuição ou transferência de recursos a seus acionistas;</p> <p>(b) Concessão de mútuo, empréstimo, adiantamento ou qualquer outra modalidade de crédito, por qualquer meio, exceto adiantamentos a fornecedores no curso normal dos negócios;</p> <p>(c) Redução do capital social da Companhia ou resgate de ações da Companhia, exceto se previamente aprovado: (i) pelo Poder Concedente; e (ii) por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim, em primeira convocação, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das debêntures de titularidade dos presentes, em segunda convocação;</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide Escritura de Emissão
Outras características relevantes	<p>Não observância dos índices, a serem acompanhados semestralmente pelo agente fiduciário, com base nas informações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras, revisadas ou auditadas por auditor independente, e fornecidas ao Agente Fiduciário nos termos dos itens (i) e (ii) abaixo:</p> <p>(i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") igual ou superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos) e calculado, a partir (e inclusive) do semestre encerrado em 30 de junho de 2015 até a data de vencimento;</p> <p>(ii) relação entre dívida financeira e capital total de até (a) 85/15 desde a data de liquidação das debêntures até 31 de dezembro de 2018, (b) 75/25 de 31 de dezembro de 2018 até a data de vencimento.</p>

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As debêntures emitidas pela companhia podem ser negociadas pelo CETIP21 e pela BMF/Bovespa.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 - Informação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros: (a) país; (b) mercado; (c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; (d) data de admissão à negociação; (e) se houver, indicar o segmento de negociação; (f) data de início de listagem no segmento de negociação; (g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; (h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; (i) se houver, banco depositário; e (j) se houver, instituição custodiante.

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, e publicações de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia, nos três últimos exercícios sociais

Para fins deste item 18.8, vide seção 18.5 acima deste Formulário de Referência.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

19.4 - Outras informações relevantes**19.4. Outras informações relevantes**

O Contrato de Concessão estipula que a Companhia não poderá, durante todo o prazo da Concessão, adquirir as suas próprias ações sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

20.2 - Outras informações relevantes**20.2. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Devemos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM.

Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer acontecimento relevante relacionado aos seus negócios à CVM e aos respectivos mercados organizados de valores mobiliários. A Companhia deve ainda publicar na imprensa aviso de tais acontecimentos relevantes. Um fato será relevante se puder causar impacto ponderável sobre o preço dos valores mobiliários da Companhia, a decisão dos investidores de negociar valores mobiliários da Companhia ou a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos como titulares de quaisquer dos valores mobiliários da Companhia. Em circunstâncias especiais de proteção de interesse legítimo da Companhia, a mesma poderá apresentar à CVM pedido de tratamento confidencial dos fatos relevantes.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

De acordo com a regulamentação aplicável, devemos fornecer à CVM e aos respectivos mercados organizados de valores mobiliários determinadas informações (i) periódicas, que incluem este Formulário de Referência, o Formulário Cadastral, as informações trimestrais, os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes, editais de convocação e atas de Assembleias Gerais Ordinárias e (ii) eventuais, tais como aviso aos acionistas, editais de convocação e atas de Assembleias Gerais Extraordinárias, fatos relevantes, acordos de acionistas, entre outros.

Normas, regimentos e procedimentos internos

A Companhia ainda não constituiu outros mecanismos internos referentes a divulgação de informações além de sua Política de Divulgação (conforme abaixo definida).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo de informações relevantes não divulgadas pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Manutenção de Sigilo de Informações Relevantes (“Política de Divulgação”), nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada. A política da Companhia, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de agosto de 2011, é destinada aos seus acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes, conforme abaixo definido, a quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos acionistas controladores, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha acesso ou conhecimento de informações relevantes, prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política de Divulgação (as “Pessoas Vinculadas”). Essa política estabelece regras de sigilo e confidencialidade, procedimentos relativos à manutenção de sigilo, bem como atribui responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao Diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

A íntegra da política de divulgação desta Companhia encontra-se disponível na Internet no endereço <http://www.rodoviasdotiete.com.br/ri>.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

(A) Condições Gerais

Nos termos das normas aplicáveis, a Companhia possui sua própria Política de Divulgação, conforme aprovada na reunião do seu Conselho de Administração realizada em 27 de Julho de 2011, que disciplina, dentre outros temas, a divulgação de qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão, (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter tais valores mobiliários, ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de sua emissão ("Informações Relevantes") e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Estão vinculados à Política de Divulgação da Companhia seus acionistas controladores, diretos e indiretos, e as pessoas por eles indicadas para acessar informações da Companhia, membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal (se houver) e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável por esclarecer quaisquer dúvidas a respeito das disposições da Política de Divulgação de Informações, da regulamentação aplicável editada pela CVM e/ou sobre a necessidade de se divulgar ou não determinada informação ao público.

A) Deveres do Diretor de Relações com Investidores

São responsabilidades do Diretor de Relação com Investidores da Companhia:

(i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos. Ademais, a Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia. Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relação com Investidores. Se esta não o fizer em 03 (três) dias, ficará obrigada de comunicar tal informação diretamente à CVM.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e

fiscalização da política de divulgação de informações, ser divulgadas fora do horário de funcionamento das Bolsas de Valores.

B) Exceção à Imediata Divulgação de Informação Relevante

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Nesses casos, a Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de tal Informação Relevante.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento, e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia, o Diretor de Relação com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

C) Dever de Guardar Sigilo Acerca de Informação Relevante

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, a que tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos, nem tratar das Informações Relevantes com aqueles que não tenham necessidade de conhecê-las.

Quaisquer violações da Política de Divulgação verificadas pelas pessoas a ela submetidas deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relação com Investidores.

D) Obrigação de Indenizar

As pessoas submetidas à Política de Divulgação responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras pessoas a esta submetidas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras pessoas submetidas à Política de Divulgação venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, desse descumprimento.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não houve aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação a negócios extraordinários foram exauridas nos itens acima.